



**projeto educativo municipal de santa maria da feira**  
**2013-2017**

## ficha técnica

equipa responsável pela elaboração do PEM

Divisão da Educação – Andreia Santos, Ana Carvalhinho, Claudia Espassandim, Lília Couto

Interlocutores das Escolas:

- Agrupamento de Escolas António Alves Amorim – Luís Filipe Cálix, Rosa Pais
- Agrupamento de Escolas de Argoncilhe – Filomena Vieira, Fernando Sério
- Agrupamento de Escolas de Arrifana – Guiomar Silva
- Agrupamento de Escolas de Canedo – Ângelo Ribeiro, Paulo Dias
- Agrupamento de Escolas Coelho e Castro – Sónia Moreira
- Agrupamento de Escolas Fernando Pessoa – António carneiro, José Manuel Silva
- Agrupamento de Escolas de Lobão – Fernanda Ribeiro, Manuel Couto
- Agrupamento de Escolas de Paços de Brandão – Lucília Costa, Maria José Monteiro
- Agrupamento de Santa Maria da Feira – Ilídio Oliveira, Rogério Costa
- Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas – Alzira Oliveira, Joana Vieira
- Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Mestranda em Ciências da Educação – Catarina Vieira

Consultor da equipa da Universidade Católica do Porto - Valdemar Almeida

Design gráfico – Centro de Recursos Educativos Municipal – Vânia Nobre

## Índice

- I Introdução
  - 1. As competências dos municípios na Educação
  - 2. O papel do Conselho Municipal de Educação e a articulação entre projeto educativo municipal e projetos educativos de escolas/agrupamentos
  - 3. Estratégia metodológica para a construção do projeto educativo municipal (auscultação, envolvimento e implicação dos atores educativos)
- II Contexto e diagnóstico
  - 1. Caracterização social, económica e cultural do município (IDS, economia, emprego, índices de escolarização, apoios sociais/ASE...)   
Breve caracterização demográfica do concelho
  - 2. Rede escolar (pública, privada e cooperativa) e acessibilidades
  - 3. Oferta formativa (pública, privada e cooperativa)
  - 4. Estruturas locais/municipais de apoio, redes de parcerias (instituições, departamentos e equipamentos, agentes, oportunidades,...) e projetos socioeducativos existentes no município
  - 5. Sucesso educativo (resultados académicos, abandono escolar, taxa de transição e de repetência, resultados da avaliação externa das escolas, ...)
  - 6. Análise swot (pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças)
- III Plano de ação
  - 1. Linhas orientadoras do projeto educativo
  - 2. Plano de atividades e calendarização
- IV Avaliação do projeto educativo
- V Glossário
  - 1. Nomes
  - 2. Conceitos
  - 3. Acrónimos
- VI Bibliografia
  - 1. Obras consultadas;
  - 2. Legislação consultada;
  - 3. Sítios da Internet.

### **índice de gráficos**

- Gráfico 1 – Variação da População Residente no concelho 1991-2001-2011
- Gráfico 2 – Total do número de crianças e alunos a frequentar o Ensino Regular em função do ano letivo
- Gráfico 3 – Concentração da Percentagem de Poder de Compra pelos municípios, 2009
- Gráfico 4 – Evolução Número Crianças – Educação Pré-Escolar
- Gráfico 5 – Evolução Número Alunos 1º Ciclo
- Gráfico 6 – Evolução do Parque Escolar e do Número de Alunos do 2º/3º CEB e Secundário por Ano Letivo
- Gráfico 7 – Oferta Formativa
- Gráfico 8 – Cursos EFA por nível de certificação 2009/2010
- Gráfico 9 – CEF ministrados no Concelho no ano letivo 2009/2010
- Gráfico 10 – CEF ministrados no Concelho no ano letivo 2010/2011
- Gráfico 11 – CEF ministrados no Concelho no ano letivo 2011/2012
- Gráfico 12 – CEF ministrados no Concelho no ano letivo 2012/2013
- Gráfico 13 – CP ministrados no Concelho no ano letivo 2009/2010
- Gráfico 14 – CP ministrados no Concelho no ano letivo 2010/2011
- Gráfico 15 – CP ministrados no Concelho no ano letivo 2011/2012
- Gráfico 16 – CP ministrados no Concelho no ano letivo 2012/2013

### **índice de mapas**

- Mapa 1 – Mapa administrativo de Santa Maria da Feira

### **índice de tabelas**

- Tabela 1 – Atores educativos que colaboraram na elaboração do PEM
- Tabela 2 – Distribuição da população do concelho por freguesia e escalões etários
- Tabela 3 – Valores registados no Censos 2011, relativamente à taxa de atividade e de desemprego
- Tabela 4 – Desemprego registado no distrito de Aveiro
- Tabela 5 – Desemprego registado por zona geográfica segundo o género, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (no final do mês)
- Tabela 6 – Total de empresas por município da sede
- Tabela 7 – Atividade Económica
- Tabela 8 – Acessibilidades e transportes
- Tabela 9 – Maiores empregadores do Concelho
- Tabela 10 – Total de Empregados
- Tabela 11 – Qualidade de Vida

Tabela 12 – Ipc, PPC e FDR por NUTS I, II, III e município, 2009

Tabela 13 - Valores relativos ao Ensino e Instrução

Tabela 14 – População em função do nível de ensino atingido

Tabela 15 – Rede Escolar do Concelho em 2012/2013

Tabela 16 – Distribuição dos alunos em função da etapa de Ensino e a Oferta Formativa no ano letivo 2012/2013

Tabela 17 – Total de crianças e alunos a frequentar o Ensino Regular

Tabela 18 – Educação Pré-Escolar – rede escolar pública 2012/2013

Tabela 19 – Rede de educação pré-escolar no concelho (2012/2013)

Tabela 20 – 1ºCEB – rede escolar pública 2012/2013

Tabela 21 – Número de crianças e alunos com Necessidades Educativas Especiais no 1º ciclo

Tabela 22 – Número de alunos abrangidos pela Ação Social Escolar no 1º ciclo

Tabela 23 – Nº de alunos – 2º e 3º CEB – rede escolar pública 2012/2013

Tabela 24 – Nº de alunos – ensino secundário – rede escolar pública 2012/2013

Tabela 25 – Distribuição dos alunos que frequentam o Ensino Básico e Ensino Secundário no ano letivo 2012/2013

Tabela 26 – Variação do número de crianças e alunos no Ensino Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário, por rede institucional

Tabela 27 – Distribuição dos alunos em função do ano de escolaridade

Tabela 28 – Total de Crianças e Alunos por Escolas Agrupadas e Não Agrupadas – 2012/2013

Tabela 29 – Oferta Formativa (2012-2013)

Tabela 30 – Oferta Formativa (2012-2013)

Tabela 31 – Ensino Superior

Tabela 32 – Cursos ministrados no ISPAB e ISVOUGA

Tabela 33 – Distribuição de alunos por ano letivo no Ensino Superior em função da Instituição

Tabela 34 – Nº de inscritos na Universidade Sénior do Concelho

Tabela 35 – IPSS's com Educação Pré-Escolar

Tabela 36 – Escolas Profissionais/ Centros Formação

Tabela 37 – CERCI'S

Tabela 38 – Centros Novas Oportunidades – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

Tabela 39 – Ensino Superior – Licenciaturas e Pós Graduações

Tabela 40 – Outras Entidades com Responsabilidade na Educação

Tabela 41 – Roteiro dos Espaços Educativos

Tabela 42 – AE António Alves Amorim

Tabela 43 – AE Argoncilhe

Tabela 44 – AE Arrifana

Tabela 45 – AE Canedo

Tabela 46 – AE Fernando Pessoa

Tabela 47 – AE Ferreira de Almeida

Tabela 48 – AE Fiães

Tabela 49 – AE Lobão

Tabela 50 – AE Milheirós de Poiares

Tabela 51 – AE Paços de Brandão

Tabela 52 – Escola Secundária de Santa Maria da Feira

Tabela 53 – Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas

Tabela 54 – Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário em % da população residente: total e por nível de ensino

Tabela 55 – Alunos do ensino secundário regular que transitaram de ano: total e por subsistema de ensino

Tabela 56 – Alunos do ensino básico regular que transitaram de ano: total e por nível de ensino

Tabela 57 – População ativa segundo os Censos: total e por grupo etário

Tabela 58 – Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino

Tabela 59 – Valor esperado

Tabela 60 – Indicadores de educação por município, 2009/2010 e 2010/2011

Tabela 61 – Análise Swot

Tabela 62 – Linha Orientadora 1: Criação de um Concelho Educador, Inovador, Empreendedor, Criativo e “Cidadão”

Tabela 63 – Linha Orientadora 2: Qualificação dos Municípes e Elevação das suas Competências Básicas e dos Níveis de Formação

Tabela 64 – Linha Orientadora 3: Reabilitação e Requalificação e/ou Construção de Novos Espaços nos Edifícios Escolares

Tabela 65 – Linha Orientadora 4: Promoção do Trabalho em Rede em Todo o Município

Tabela 66 – Plano de Atividades e Calendarização

Tabela 67 – Categorias da Avaliação Institucional

Tabela 68 – Funções e Critérios de Avaliação

"Marco Paulo descreve uma ponte, pedra por pedra.  
'Mas qual é a pedra que sustenta a ponte?' - pergunta Kublai Khan  
'A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra' - responde Marco -  
'mas pela envergadura do arco que estas formam'.  
Kublai Khan permanece em silêncio, reflectindo.  
Depois acrescenta - 'Por que falar de pedras? Só o arco me interessa'  
Polo responde:  
'sem pedras o arco não existe"

(Ítalo Calvino)

## Projeto Educativo Municipal de Santa Maria da Feira

### I. Introdução

#### 1. As competências dos Municípios na Educação

Até meados da década de 80, não existia grande tradição nas autarquias locais no que respeitava à sua intervenção na administração da educação. Hoje, reconhece-se a importância fulcral da intervenção do poder local em matéria educativa. Neste seguimento, importa referir que:

«A Constituição Portuguesa 1976 veio consagrar o poder local. Nessa base, algumas leis aprovadas no início da década de 1980, contribuem para consolidar o municipalismo. Desejando defender os seus interesses comuns, em algumas regiões, essas autarquias associaram-se, acabando por constituir uma confederação nacional, que se tem manifestado, em tempos recentes, reivindicativa em relação ao poder central. Cometendo aos Municípios a função de desenvolvimento económico e social e recebendo por disposição legal verbas relativamente consideráveis contempladas no Orçamento Geral do Estado, para promoverem esse desenvolvimento, os gestores autárquicos conheceram, nos últimos tempos, um aumento da importância e de prestígio.» (Fernandes, 1997: 69)

Quer isto dizer que o futuro do desenvolvimento socioeconómico estará cada vez mais ao encargo e à responsabilidade das

Câmaras Municipais. O que vai ao encontro do discurso político dos autarcas que defendem a promoção do desenvolvimento sustentável e do património cultural. Com a publicação da legislação que define as competências das autarquias, tem-se vindo a verificar que, nos últimos anos, existe uma preocupação pela capacidade de gestão, com maior autonomia, sentida pelos autarcas. Procurando gerir, dinamizar e rentabilizar todas as sinergias existentes na comunidade. A Constituição da República Portuguesa de 1976 orienta o Sistema Educativo através da inserção das escolas no meio, nas comunidades locais. A ideologia democrática e participativa da Constituição consagra, ainda, o princípio da descentralização e da autonomia das autarquias locais, mas sem prejuízo dos poderes de direção do governo. Ou seja, defende uma autonomia tutelada, pois compete sempre ao Estado a definição dos objetivos e das metas a prosseguir, assim como a indicação dos meios adequados. No entanto, as autarquias podem definir os seus próprios interesses e indicar os fins a atingir. É, sobretudo, durante as décadas de 80 e 90, nomeadamente com o diploma do Decreto-Lei nº43/89, de 3 de Fevereiro (Lei quadro da autonomia), que surgem em “força” os temas relacionados com a descentralização, participação, autonomia, poder local, territorialização das políticas educativas, projeto educativo e integração comunitária da escola. Isto porque as políticas de autonomia constituem-se mais como uma forma de envolver os atores locais na resolução de problemas que o Estado não é capaz de resolver. Neste seguimento, foram adotadas medidas e formas de descentralização e de desconcentração dos serviços, por forma a garantir uma melhor interligação entre o Sistema Educativo e as comunidades locais, mediante adequados graus de participação dos professores, das famílias, das autarquias e de outras entidades relevantes para o bom desenvolvimento local.

Com a publicação da legislação que define as competências das autarquias, tem-se vindo a verificar que, nos últimos anos, existe uma preocupação pela capacidade de gestão, com maior autonomia, sentida pelos autarcas. Procurando gerir, dinamizar e rentabilizar todas as sinergias existentes na comunidade.

Na mesma linha, Sousa Fernandes (2004) identifica três períodos legislativos pós 25 de Abril de 1974, na participação do município na educação:

1º Período – entre 1976 e 1986, isto é, entre as primeiras eleições municipais e a promulgação da Lei de Bases do Sistema Educativo em 1986 – as principais intervenções municipais em matéria de educação prendem-se com a construção, manutenção e financiamento da educação pré-escolar e básica, transportes e acção social escolar, ou seja, o poder local é um mero executor da política educativa do Estado (Decreto-Lei nº 77/84, nº 299/84 e nº 399-A/84);

2º Período – entre 1986 e 1995 – reconhecimento por parte do Estado da sua incapacidade de “gerir” na sua plenitude o sistema educativo, atribuindo aos municípios o estatuto de parceiro social, ou seja, dotá-los de uma maior intervenção em certos domínios da educação, tais como na criação de estabelecimentos de ensino, na intervenção na educação pré-escolar, especial, ensino recorrente e no estabelecimento de parcerias na criação de escolas profissionais. Neste período os municípios passam, também, a integrar o Conselho Nacional de Educação e passam a participar no Conselho de Direção das Escolas. (Lei nº 46/86, Decreto-Lei nº 31/87, Decreto-Lei nº 26/89, Decreto-Lei nº 172/91);



3º Período – a partir de 1995 – participação mais ativa por parte do município na promoção e coordenação da política educativa local, como por exemplo: o apoio na promoção do sucesso educativo nas escolas situadas nos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária; na colaboração prestada no âmbito dos Protocolos com o Ministério da Educação na expansão da educação pré-escolar; participação nos órgãos de Assembleia de Escola e na constituição dos Agrupamentos de Escola; na gestão do pessoal não docente da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico; coordenação local das políticas educativas através do Conselho Local de Educação e Carta Escolar, substituídos mais tarde pelo Conselho Municipal de Educação e pela Carta Educativa (Lei nº 5/97, Decreto-lei nº 147/97, Decreto-Lei nº 115-A/98, Decreto regulamentar nº 12/2000, Lei nº 159/99, Lei nº 169/99, Decreto-Lei nº 7/2003, Lei nº 41/2003).

Com a Lei de Bases do Sistema Educativo (1986), são reconhecidas mais responsabilidades aos municípios em matéria de educação. Esta Lei tornou-se, em certa medida, no texto de referência para a elaboração das políticas educativas que advoga uma maior autonomia para as escolas e a uma descentralização das decisões e dos procedimentos no que concerne ao sistema educativo e uma maior participação e envolvimento da comunidade. É neste seguimento que nos finais da década de 90 são atribuídos ao poder local (autarquias) um conjunto de novas competências.

Em suma, podemos sintetizar as competências das autarquias em matéria de educação, da seguinte forma:

- Construções escolares, equipamentos, financiamento e custos de manutenção;
- Administração local do sistema educativo (criação dos Conselhos Municipais de Educação e elaboração da carta educativa, onde se prevê a criação de escolas e a definição da rede escolar de ensino básico público);
- Apoios socioeducativos (ação social escolar, refeições escolares, bibliotecas escolares, bolsas de estudo, transportes escolares, visitas de estudo, programa de apoio à família, etc.);
- Promoção de projetos socioeducativos;
- Educação extraescolar (participar no apoio à educação extraescolar);
- Autonomia, administração e gestão – participar no processo de constituição dos agrupamentos de escola e intervenção nos contratos de autonomia de escola;
- Participação nos conselhos pedagógicos das escolas, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei 172/91, de 10 de Maio;
- Contratação de pessoal auxiliar de ação educativa para estabelecimentos de ensino pré-escolar e de educação básica do 1º ciclo, em parceria com o Ministério da Educação.

Nos últimos tempos, tem-se assistido a transformações significativas no que concerne ao funcionamento dos municípios em matéria de governação/administração local. Com larga experiência no associativismo, as autarquias locais lidam bem com o quadro legal que fomenta a cooperação interinstitucional e o envolvimento dos atores locais na procura de soluções para o desenvolvimento local ou para lidar com situações que requerem a conjugação de esforços e estabelecimento de parcerias.

Embora previstas algumas competências das autarquias, em matéria de educação, e alguma autonomia dos estabelecimentos de ensino, a nível legislativo, as decisões políticas mais importantes continuam a ser tomadas pelo nível central, ou pelos níveis hierarquicamente dependentes, num processo de desconcentração e desenvolvimento da cidadania.

As atuais competências das autarquias locais, em matéria de educação advêm dos seguintes diplomas:

- Decreto-Lei nº 77/84 que, como refere o artigo 8º da alínea e) compete aos municípios realizar investimentos em centros de educação pré-escolar, escolas dos níveis de ensino que constituem o ensino básico, ...transportes escolares, ...residências e centros de alojamento para estudantes, ação social escolar, outras atividades complementares da ação educativa na educação pré-escolar e no ensino básico e ocupação de tempos livres, equipamentos para educação de base de adultos, ...;
- e, da Lei nº 46/86, de 14 de Outubro, que ao estabelecer a Lei de Bases do Sistema Educativo, e que se organiza através da descentralização, desconcentração e diversificação das estruturas e ações educativas, procurando proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes.

Outro aspeto relevante, relativamente ao papel dos municípios em matéria de educação, relaciona-se com a sua participação nos conselhos consultivos das escolas básicas e secundárias (Despacho nº 8/SERE/89, de 3 de Fevereiro, que define o regulamento provisório dos conselhos pedagógicos e a inclusão de representantes das autarquias locais nos conselhos consultivos dos conselhos pedagógicos das escolas do 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário e Decreto-lei nº 172/91, de 10 de Maio, que define o regime de direção, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensino básico e secundário).

«Além das participações nos órgãos escolares do ensino básico e secundário, em 1989, na sequência da Proposta Global, foi criado o Gabinete de Ensino Técnico, Artístico e Profissional que estimulou a criação de uma rede de escolas profissionais e artísticas de nível secundário constituídas por parcerias e apoiadas por fundos comunitários. Nessas parcerias passaram a ter um papel relevante as câmaras municipais que em muitos casos foram mesmo os seus principais impulsionadores. Estas escolas tiveram um êxito assinalável e em 1995 eram já 173 distribuídas por todo o país. A Lei Quadro da Educação Pré-Escolar constitui, como referimos, o último elemento normativo que ampliou a participação camarária num domínio que, aliás, já lhe era tradicionalmente atribuído. A possibilidade de criação de uma rede pública municipal de jardins-de-infância surge, sem dúvida, como a principal inovação desta Lei.» (Formosinho, Fernandes, Sarmento & Ferreira, 1999: 173)

Com o Decreto-Lei nº 115-A/98, acrescem mais competências para as câmaras municipais, tais como:

- Participação na direção dos estabelecimentos;

- Criação de agrupamentos de estabelecimentos de educação e ensino, em que é obrigatória a audição dos municípios;

- Criação dos conselhos locais de educação;

- Celebração de contratos de autonomia das escolas, nos quais os municípios são parte, juntamente com as escolas e o Ministério de Educação, bem como a avaliação do desempenho das escolas, para efeitos de certificação da existência de condições para que as escolas possam aceder à segunda fase de desenvolvimento da autonomia.

Com este diploma, o governo pretende que a autonomia das escolas e a descentralização sejam as palavras de ordem da nova organização da educação, tendo como finalidade concretizar no meio escolar a democratização, a igualdade de oportunidades e a qualidade do serviço público. Isto é, pretende-se transformar as escolas no centro das políticas educativas através de um processo gradual de autonomia.

A Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, acrescentou algumas competências educacionais ao Decreto-Lei nº 77/84, tais como, segundo o artigo 19º:

- Construir, apetrechar e manter os estabelecimentos de educação pré-escolar e as escolas do ensino básico;

- Elaborar a carta escolar a integrar nos planos diretores municipais;

- Criar os conselhos locais de educação;

- Assegurar os transportes escolares;

- Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico;

- Garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico, como alternativa ao transporte escolar, nomeadamente em residências, centros de alojamento e colocação familiar;

- Participar no apoio às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do ensino básico, no domínio da ação social escolar;

- Apoiar o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa na educação pré-escolar e no ensino básico;

- Participar no apoio à educação extraescolar;

- E, gerir o pessoal não docente de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico.

Já o diploma da Lei nº 169/99, no seu artigo 64º, nº 2, alínea g, estabelece que compete à autarquia «participar em órgãos de gestão de entidades da administração central, nos casos, nos termos e para os efeitos estabelecidos por lei».

A intervenção autárquica no domínio educativo destacou-se, também, com a criação dos Conselhos Locais de Educação, com funções consultivas e de coordenação local das políticas educativas com outras da esfera social. No entanto, este órgão foi reformulado pelo Decreto-Lei nº7/2003, de 15 de Janeiro, que passa a ser designado por Conselho Municipal de Educação, que atribui, também, ao município a elaboração da carta educativa concelhia, negociação de contratos de autonomia, fomentar o desenvolvimento educativo e elaboração de projetos educativos municipais.

No que concerne às cartas educativas, o diploma atrás referenciado define-as no seu artigo 10º como sendo “o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município”, isto é, instrumento essencial de ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino.

Trata-se, pois, de mais uma medida de descentralização administrativa, através do reforço dos modelos de gestão do reordenamento da rede de ofertas de educação e formação, valorizando o papel das comunidades educativas e dos projetos educativos das escolas.

Tendo em vista a sua eficácia e eficiência, visa um melhor (re)aproveitamento dos recursos locais, com o fim de assegurar a igualdade de oportunidades de educação a todas as crianças.

Com o Despacho nº 12591/2006, de 16 de Junho, vê-se reforçado o papel, as atribuições e competências das autarquias locais na partilha de responsabilidades com o Ministério da Educação dos estabelecimentos de ensino pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico. É reconhecido, através deste diploma, o papel que as autarquias, as associações de pais e as Instituições Particulares de Solidariedade Social desempenham ao nível da promoção de atividades de enriquecimento curricular (AEC's), através da organização de respostas diversificadas em função das realidades locais. O município de Santa Maria da Feira foi desde o início entidade promotora das AEC's tendo passado a ficar a cargo dos agrupamentos de escolas desde o ano letivo 2011/12.

Apesar de não haver uma concretização legal relativamente a uma estrutura administrativa descentralizada a nível do poder local, tem-se assistido a uma crescente preocupação dos autarcas relativamente ao investimento na educação, que extravasa as suas atribuições educativas, nas políticas educativas locais. Onde se assiste, atualmente, a um acréscimo acentuado de construção, remodelação do parque escolar municipal, da criação de bibliotecas escolares, de apoio, gestão e implementação de projetos socioeducativos, entre outros investimentos em matéria de educação.

2. O papel do Conselho Municipal de Educação e a articulação entre projeto educativo municipal e projetos educativos de escolas/agrupamentos

O Decreto-Lei 7/2003, de 15 de Janeiro, oficializou a criação dos Conselhos Municipais de Educação em cada um dos concelhos do país. Em consequência, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira aprovou a 24 de Abril de 2003, sob proposta da Câmara, o Regulamento e a composição deste órgão consultivo. Entretanto, o Regulamento foi aprovado em Diário da República no dia 25 de Agosto de 2003. Trata-se de uma «Instância de coordenação e consulta que tem por objetivo promover a nível municipal a coordenação da política educativa, articulando a intervenção no âmbito do Sistema Educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados analisando e acompanhando o funcionamento do

referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de eficácia e eficiência do mesmo.»

No artigo 4º afirma-se que a este órgão compete “deliberar, em especial, sobre as seguintes matérias”, ao nível municipal:

- Coordenação do sistema educativo e articulação da política educativa com outras políticas sociais;
- Acompanhamento do processo de elaboração e de atualização da Carta Educativa;
- Participação na negociação e execução de contratos de autonomia;
- Apreciação de projetos educativos a desenvolver no município;
- Adequação das diferentes modalidades de ação social escolar às necessidades locais;
- Medidas de desenvolvimento educativo;
- Programas e ações de prevenção e segurança na escola e a caminho dela;
- Intervenções de qualificação e requalificação do parque escolar;
- Analisar o funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino e formular propostas de melhoria;
- Ter acesso a informação relativamente aos assuntos a tratar.

Quanto à constituição deste órgão (artigo 5º), é composto pelos seguintes representantes:

- Presidente da Câmara Municipal;
- Presidente da Assembleia Municipal,
- Vereador responsável pela educação, que assegura a substituição do Presidente, nas suas ausências e impedimentos;
- Presidente de Junta de Freguesia eleito pela Assembleia Municipal em representação das freguesias do concelho;
- Diretor Regional de Educação com competências na área do município ou quem este designar em sua substituição;
- Um representante das instituições de ensino superior público (se existir no município);
- Um representante das instituições de ensino superior privado (se existir no município);
- Um representante do pessoal docente do ensino secundário público;
- Um representante do pessoal docente do ensino básico público;
- Um representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública;
- Um representante dos estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário privados;
- Dois representantes das Associações de Pais e Encarregados de Educação;
- Um representante das Associações de Estudantes;
- Um representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social que desenvolvam atividade na área da Educação;
- Um representante dos serviços públicos de saúde;
- Um representante dos serviços da segurança social;

- Um representante dos serviços de emprego e formação profissional;
- Um representante dos serviços públicos da área da juventude e do desporto;
- Um representante das forças de segurança;

Os representantes anteriormente referidos só fazem parte do Conselho Municipal de Educação quando as respetivas estruturas representadas existam no município. No caso de Santa Maria da Feira, não existe representante das instituições de ensino superior público.

É de referir, ainda, que o representante do pessoal docente do ensino secundário público, do pessoal docente do ensino básico público e do pessoal docente da educação pré-escolar pública são eleitos pelos docentes dos respetivos graus de ensino (numa fase inicial de arranque da constituição dos representantes do Conselho Municipal de Educação, esta classe era nomeada). Quem preside a este órgão é o Presidente da Câmara Municipal.

Embora estas competências e atribuições sejam de grande importância são, também, portadoras de uma certa ambiguidade em termos de materialização. Regulamenta competências dos municípios no que concerne à realização de investimentos nos domínios da construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico e à gestão do pessoal não docente dos estabelecimentos de educação e ensino.

O Conselho Municipal de Educação, permite a participação na decisão das políticas educativas a nível local:

- num contexto de emergência de articulação de dinâmicas ao nível da intervenção educativa local, juntamente com as esferas produtivas e sociais que se estimula e se promove o desenvolvimento e a mudança.
- numa perspetiva de concertação de estratégias educativas que se constitui uma linha de ação do fundamento democrático. Esta concertação supõe o reconhecimento do outro e a negociação de formas de trabalho em comum.
- através da mobilização de recursos e de um trabalho conjunto que se torna viável a criação de redes de parceria e de participação e de intervenção em prol de um desenvolvimento comunitário. A participação dos atores é o eixo principal na dinâmica do desenvolvimento local que constitui em si próprio um processo educativo que vai muito além do sentido escolar, pois traduz-se numa lógica participativa e num processo coletivo de aprendizagem.

O Decreto-Lei 7/2003, de 15 de Janeiro, introduziu, ainda, novas competências nas autarquias, concretamente a elaboração das Cartas Educativas. Em 2005 foi elaborada e aprovada a Carta Educativa de Santa Maria da Feira, que face ao diagnóstico realizado, da situação educativa do Concelho, apresenta um conjunto de medidas a serem implementadas a curto e médio prazo, com vista a melhorar o desempenho do sistema educativo.

Nos últimos tempos, tem-se assistido a um conjunto de transformações nos contextos locais de educação, tais como o

aparecimento de novos atores, uma vez que, antes, os atores do contexto educativo resumiam-se aos professores e aos alunos, mas nos dias de hoje, temos também, como atores os pais e encarregados de educação, as autarquias, para além do Estado.

Os desafios da mudança e o investimento na educação fazem do parceria o centro das atenções das políticas educativas. Ao reconhecer-se a valorização da dimensão local da política educativa, destaca-se duas das principais características da nova organização da educação que são, pois, a autonomia das escolas e a descentralização. Favorecer a democraticidade e a participação, promover a igualdade de oportunidades, construir redes de parcerias, partilhar responsabilidades e garantir a qualidade do serviço público da educação são os imperativos das políticas educativas pós 25 de Abril de 1974. Partindo do princípio de que a cidadania é o resultado de uma construção de todos, pretende-se realçar a importância de cada ator social; demonstrando a necessidade de captar e compreender o grau de “envolvimento” dos atores, isto é, valorizando a comunicação, potenciando a participação, autonomia e cooperação, de modo a criar condições para uma melhor rentabilização do Projeto Educativo Municipal. Neste seguimento, pretende-se que este projeto se torne objeto de reflexão para uma cidadania ativa e um sólido desenvolvimento pessoal e social, integrado num recorte de apelo à participação de diversos parceiros. O ponto de partida deste projeto foi, pois, a proposta de análise das políticas educativas locais, no Município de Santa Maria da Feira à luz do contexto de globalização e das mudanças em educação.

3. Estratégia metodológica para a construção do projeto educativo municipal (auscultação, envolvimento e implicação dos atores educativos)

Segundo Pinhal (in Costa, Neto-Mendes & Ventura, 2004: 48) “A primeira metade da década de 90 conheceu algum desenvolvimento da intervenção educativa dos municípios, sobretudo por iniciativas próprias, correspondendo à crescente consciência que foram ganhando da necessidade de intervirem na área.” A descentralização é, pois, uma conceção nova de estado e de poder, que procura coresponsabilizar no sentido de um desenvolvimento socioeconómico do local. Neste sentido, tem sido assumida como uma forma política e organizacional, que procura responder à mudança, facilitando a participação e a autonomia. É nesta perspetiva que as autarquias, segundo o nº1 do artigo 238º da Constituição da República Portuguesa de 1976, recebem uma forte institucionalização, sendo formadas por freguesias, municípios e regiões administrativas e definidas segundo o nº 2 do artigo 237º, como “pessoas coletivas territoriais de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas”.

A democracia é, pois, definida pela extensão da participação que promove e que permite participar ativamente, exercendo com autonomia uma influência ou interferência no processo de decisão. Mas, geralmente, o tipo de participação que ocorre com mais frequência é a participação passiva, onde as pessoas têm uma postura dependente e que não interferem de maneira alguma no processo de decisão.

Neste sentido, só se exerce a cidadania se a participação for ativa, se esta influenciar o processo de decisão. Pois apenas o poder participado é democrático e somente a participação realizada com criatividade permite a mudança. Isto é, quanto

mais se participa, mais se exerce a cidadania, logo, mais integrado se está e vice-versa.

É, de facto, de extrema importância o desenvolvimento de uma valorização de uma estreita ligação e/ou articulação do local com os vários estabelecimentos de ensino, entre os vários níveis de ensino, e outras instituições e serviços locais (de saúde, culturais, desportivos, de emprego, de assistência social, de formação profissional, etc.), por forma a uma melhor rentabilização das políticas educativas locais, através de processos de concertação educativa, de negociação e de procura de consensos. Tratou-se de partilhar decisões e recursos humanos, materiais com representantes locais e desenvolver atividades de projetos comuns.

Assim sendo, a obrigatoriedade da elaboração e implementação do projeto educativo de escola (sendo este definido pelo artigo 3º do Decreto-Lei nº 115-A/98 como o «documento que consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a função educativa») é mais uma medida de descentralização e autonomia das escolas. Na base dos projetos educativos de escola devem estar as razões pedagógicas associadas à heterogeneidade e diversidade dos alunos, desenvolvendo a coesão local.

Apesar de existir um pluralismo metodológico de investigação, a opção recaiu sobre a metodologia preferencialmente adotada nas práticas educativas, que é a investigação-ação, materializada num conjunto de fases que se desenvolvem de forma contínua e que, basicamente, se resumem na sequência: planificação, ação, observação (avaliação) e reflexão (teorização). Este conjunto de procedimentos planeados serão avaliados com base na recolha de evidências, utilizando, para o efeito, as respetivas técnicas e instrumentos de recolha de informação que depois de analisados e debatidos de forma reflexiva, irão ser reformulados no sentido de reconstruir o significado da situação problemática que motivou o objeto desta investigação-ação e com base na planificação inicialmente definida, irá dar origem a um novo ciclo de investigação-ação.

Para o diagnóstico recorreu-se ao método quantitativo, através da recolha e análise dos dados estatísticos oficiais produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística, Ministério da Educação, PORDATA, CCDRn, Agrupamentos de Escolas Agrupadas e Não Agrupadas, Carta Educativa do município de Santa Maria da Feira, Divisão da Educação, Divisão Social e Qualidade de Vida, Observatório da Rede Social de Santa Maria da Feira.

Com base no diagnóstico produzido, foi realizada a análise swot, que permitiu a definição de algumas das linhas orientadoras deste projeto educativo municipal para o período de 4 anos (2013-2017). Para o efeito, foram auscultadas todas as instituições e agentes educativos, descritos na tabela seguinte, sobre o documento originado e procedeu-se à recolha dos respetivos contributos.

Atores educativos que colaboraram na elaboração do PEM





Entidades	Data	Hora	Local
AE António Alves Amorim	11 de novembro	9h30	EB 2/3 Lourosa
Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas		14h30	Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas
Rede Social	12 de novembro	10h00	Núcleo Executivo da Rede Social de Santa Maria da Feira
FapFeira – Presidente		11h00	Gabinete da Vereadora da Educação
AE Coelho e Castro		14h30	EB 2/3 D. Moisés Alves de Pinho
AE Canedo	13 de novembro	14h30	EB 2/3 de Canedo
Fap Feira - Associações de Pais		19h00	Centro Escolar da Igreja – Lourosa
AE Santa Maria da Feira	14 de novembro	9h30	Escola Secundária de Santa Maria da Feira
AE Fernando Pessoa		14h30	EB 2/3 Fernando Pessoa
AE Argoncilhe	15 de novembro	9h30	EB 2/3 de Argoncilhe
Fap Feira - Associações de Pais		19h00	Salão Nobre da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira
AE Arrifana	18 de novembro	9h30	EB 2/3 Arrifana
AE Paços de Brandão	19 de novembro	14h30	EB 2/3 Paços de Brandão
Junta de Freguesia de Argoncilhe	21 de novembro	18h30	Auditório da Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo
Junta de Freguesia de Arrifana			
Junta de Freguesia de Escapães			
Junta de Freguesia de Fiães			
Junta de Freguesia de Fornos			
Junta de Freguesia de Lourosa			
Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares			
Junta de Freguesia de Mozelos			
Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura			
Junta de Freguesia de Paços de Brandão			
Junta de Freguesia de Rio Meão			
Junta de Freguesia de Romariz			
Junta de Freguesia de Sanguedo			
Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas			
Junta de Freguesia de São João de Ver			
Junta de Freguesia de São Paio de Oleiros			
União de Freguesias de Caldas de S. Jorge e Pigeiros			
União de Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior			
União de Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande			
União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo			
União de Freguesias de São Miguel do Souto e Mosteirô			
AE Lobão	25 de novembro	14h30	EB 2/3 Corga de Lobão

## II. Contexto e diagnóstico

1. Caracterização social, económica e cultural do município (IDS, economia, emprego, índices de escolarização, apoios sociais/ASE ...)

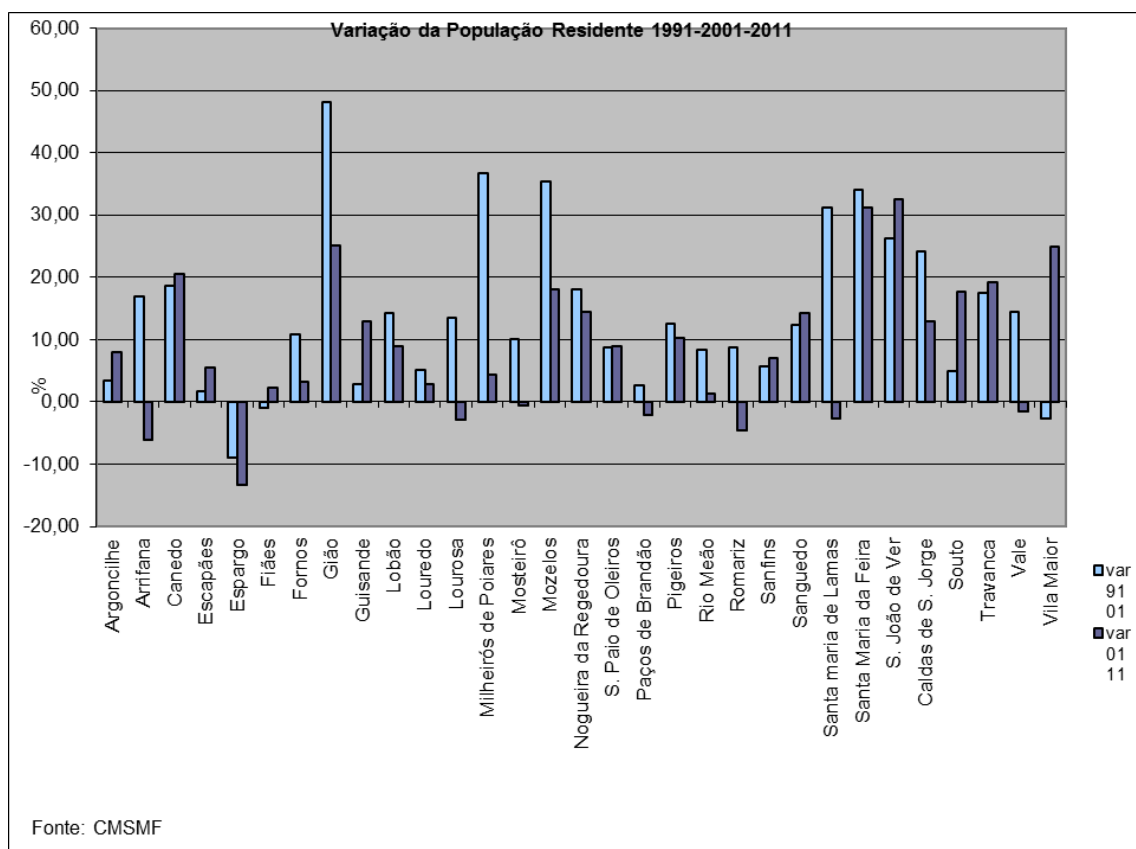
O concelho de Santa Maria da Feira pertence ao distrito de Aveiro, tendo como vizinhos os concelhos de Arouca a este, Vila Nova de Gaia a norte, Espinho e Ovar a oeste e S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis a sul. Com uma área de 215,2 km<sup>2</sup> e uma população residente, segundo o último censo de 2011, de 139.312 habitantes, o concelho é composto por trinta e uma freguesias: Argoncilhe, Arrifana, Caldas de S. Jorge, Canedo, Escapães, Espargo, Fiães, Fornos, Gião, Guisande, Lobão, Louredo, Lourosa, Milheirós de Poiares, Mosteirô, Mozelos, Nogueira da Regedoura, Paços de Brandão, Pigeiros, Rio Meão, Romariz, Sanfins, Sanguedo, Santa Maria da Feira, Santa Maria de Lamas, S. João de Vêr, S. Paio de Oleiros, Souto, Travanca, Vale e Vila Maior.



Mapa administrativo de Santa Maria da Feira, documento esse resultante da Reorganização Administrativa do Território das Freguesias do território nacional de acordo com a publicação da Lei 11-A/2013, de 28 de Janeiro de 2013

### Breve caracterização demográfica do concelho:

- A população do concelho de Santa Maria da feira, recenseada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2011, atingiu os 139.312 indivíduos, correspondendo a mais de metade da população da NUT III Entre Douro e Vouga;
- Santa Maria da Feira mostra, de 1981 a 2001 um crescimento populacional elevado, especialmente na década de 1990, em que o aumento do número de habitantes foi de 14,6%;
- Entre 2001 e 2011 a população residente aumentou 2,46%, tendo o EDV registado uma variação negativa de 0,71% e o continente um aumento de 1,81%. Este aumento de mais do dobro da variação do total do continente é de realçar;
- Em termos de densidade populacional, o concelho apresenta, em 2011, um valor de 645,35 habitantes por km<sup>2</sup>, tendo-se verificado um aumento de 13,55 habitantes por km<sup>2</sup> relativamente a 2001. O valor atingido em 2011 representa mais do dobro da densidade populacional do EDV (319,10 hab/km<sup>2</sup>);
- No gráfico incluído, observa-se a variação da população residente por freguesias nos períodos intercensitários de 1991-2001 e 2001-2011:



No quadro abaixo, observa-se a distribuição da população do concelho, por freguesias, por escalões etários, e considerando os valores deste indicador relativos ao EDV e ao Continente. Assim, pode-se verificar:

- No escalão 0-4 anos, a percentagem de população do concelho de S.M da Feira atinge os 4,56%, valor este ligeiramente superior ao do EDV (4,31) e sensivelmente o mesmo do total do país (4,54%);
- No escalão 5-9 anos, o concelho apresenta uma percentagem de 5,34%, ligeiramente acima do valor do EDV (5,01%) e acima do valor do país (4,93%);
- No escalão 10-13 anos, a percentagem de indivíduos do concelho (4,09%) apresenta valor semelhante ao do EDV (4,50%) e ao do continente (4,25%);
- No escalão 14-19 anos, a percentagem de indivíduos de S.M. da Feira atinge os 6,99%, enquanto o EDV chega aos 6,91% e o continente 6,33%;
- No escalão 20-64 anos, o concelho apresenta uma percentagem da população de 63,59%, cerca de um ponto percentual acima do EDV (62,84%) enquanto que o total do país atinge os 60,65%;
- No escalão 65 e mais anos, o concelho apresenta uma taxa de 14,8%, abaixo do valor do EDV (16,40%) e do total do continente (19,28%);
- Relativamente ao índice de envelhecimento, o concelho de Santa Maria da Feira apresenta um valor de 93,56%, claramente inferior ao do EDV (109,43%) e ao total do país (130,57%). Contudo, relativamente ao índice de envelhecimento atingido em 2001, registou-se um aumento de 55,78% (Em 2001, este indicador cifrava-se nos 60,06%);
- Quanto ao índice de dependência de idosos, o concelho apresenta um valor de 21,34%, valor este também inferior ao do EDV (23,91%) e ao do continente (29,25%). Contudo, relativamente a este indicador em 2001, registou-se um aumento de 36,18%, considerando que neste ano, o índice de dependência de idosos era de 15,67%;
- O índice de dependência de jovens no concelho apresenta um valor de 22,81%, um pouco superior ao do EDV (21,85%) e ao do continente (22,40%). Neste indicador, a variação em relação a 2001 sofreu um decréscimo de 12,61%, já que neste ano o índice de dependência jovem tinha atingido 26,10%.



Unidade Territorial	População Residente	Área (Km <sup>2</sup> )	Densidade Populacional (Hab/Km <sup>2</sup> )	População Residente por Escalões Etários							População Residente por grandes grupos etários				Índice de Envelhecimento	Índice de Dependência de Idosos	Índice de Dependência de Jovens
				0 - 4 anos	5 - 9 anos	10 a 13 anos	14 - 19 anos	20 a 64 anos	65 e + anos	0 - 14 anos	15 - 64 anos	65 e + anos					
<b>Portugal - Continente</b>	10.047.621	89.088,86	112,78	456.396	495.578	427.720	636.083	6.094.056	1.937.788	1.484.120	6.625.713	1.937.788	130,57	29,25	22,40		
<b>EDV</b>	274.859	861,36	319,10	11.859	13.794	12.381	18.993	172.739	45.093	41.209	188.557	45.093	109,43	23,91	21,85		
Santa Maria da Feira	139.312	215,87	645,35	6.363	7.442	6.547	9.741	88.596	20.623	22.042	96.647	20.623	93,56	21,34	22,81		
Argoncilhe	8.420	6,21	1.025,58	375	438	367	612	5.270	1.358	1.295	5.767	1.358	104,86	23,55	22,46		
Avrãna	6.551	5,29	1.238,37	266	315	278	395	4.024	1.273	934	4.344	1.273	136,30	29,30	21,50		
Canedo	6.044	29,37	205,79	310	394	332	437	3.836	735	1.108	4.201	735	66,34	17,50	26,37		
Escarpães	3.309	4,30	765,53	127	147	135	224	2.161	515	451	2.343	515	114,19	21,96	19,25		
Espargo	1.559	4,61	338,18	88	101	76	90	974	230	281	1.048	230	81,85	21,95	26,81		
Feira	12.511	10,24	1.221,78	706	693	556	848	8.227	1.481	2.098	8.932	1.481	70,59	16,58	23,49		
Filões	7.991	6,38	1.252,51	304	394	349	552	5.045	1.347	1.146	5.498	1.347	117,54	24,50	20,84		
Fornos	3.997	3,14	1.081,85	200	214	153	198	2.185	447	599	2.351	447	74,62	19,01	25,46		
Gião	1.815	3,49	520,06	88	123	107	161	1.138	198	345	1.272	198	57,39	15,57	21,12		
Guilande	1.237	4,39	281,78	32	67	61	91	774	212	170	855	212	124,71	24,80	19,88		
Lobão	5.483	7,63	716,61	281	304	306	377	3.440	775	974	3.734	775	79,57	20,76	26,08		
Louredo	1.325	8,06	164,39	68	70	60	101	818	208	214	903	208	97,20	23,03	23,70		
Lourousa	8.636	5,77	1.496,71	319	417	399	623	5.516	1.362	1.235	6.039	1.362	110,28	22,55	20,45		
Milheiros de Poieiros	3.791	7,87	481,70	142	200	198	314	2.403	534	597	2.660	534	89,45	20,08	22,44		
Mozeló	2.038	3,47	587,32	76	114	107	143	1.278	320	323	1.395	320	99,07	22,94	23,15		
Mozelos	7.142	5,81	1.229,26	372	407	352	478	4.660	873	1.208	5.061	873	72,27	17,25	23,87		
Noqueira da Regedorra	5.790	5,10	1.135,29	308	289	314	415	3.695	769	998	4.033	769	77,83	19,07	24,50		
São Paulo de Olenos	4.069	3,91	1.040,66	157	191	168	285	2.591	677	566	2.826	677	119,61	23,96	20,03		
Pegões de Brandão	4.867	3,57	1.363,31	195	238	202	306	3.054	872	678	3.317	872	128,61	26,29	20,44		
Pigeiros	1.181	5,07	232,94	33	61	63	85	749	190	166	825	190	114,46	23,03	20,12		
Rio Meão	4.931	6,68	736,17	195	293	225	322	3.166	730	764	3.437	730	96,55	21,24	22,23		
Romariz	3.023	11,08	272,83	105	141	163	227	1.855	512	456	2.055	512	112,28	24,91	22,19		
Santins	1.882	3,81	493,96	90	80	68	125	1.224	295	264	1.323	295	111,74	22,30	19,95		
Sanguedó	3.600	4,57	787,75	201	211	192	289	2.207	500	654	2.446	500	76,45	20,44	26,74		
Santa Maria de Lamas	5.073	3,75	1.352,80	188	235	213	391	3.264	782	708	3.589	782	110,45	21,79	19,73		
São João de Ver	10.579	15,37	686,29	592	629	525	691	6.909	1.233	1.864	7.482	1.233	66,15	16,48	24,91		
Caldas de São Jorge	2.716	5,57	487,61	116	132	121	183	1.709	455	398	1.963	455	114,32	24,42	21,36		
Souto	4.666	10,34	454,16	170	239	206	313	2.961	807	664	3.225	807	121,54	25,02	20,59		
Travanca	2.242	4,69	478,04	100	114	110	190	1.379	349	361	1.532	349	96,68	22,78	23,56		
Vale	1.903	9,33	203,97	77	104	79	132	1.153	358	283	1.262	358	126,50	28,37	22,42		
Vila Maior	1.511	5,00	302,20	82	87	62	123	931	226	256	1.029	226	86,28	21,96	24,88		



Analisando as taxas de atividade e de desemprego, os valores registados no Censos 2011 são preocupantes, considerando que, apesar de a taxa de atividade no concelho apresentar uma percentagem de 59,82%, valor acima da taxa de atividade do EDV (58,34%) e do continente (55,83%), e de se ter registado um aumento de 15,04% relativamente a 2001, a taxa de desemprego no concelho de S.M. da Feira era, em 2011, de 14,81%, enquanto que no EDV era de 11,99% e no continente de 13,19%. O concelho registou uma variação de 215% relativamente à taxa de desemprego em 2001, que se cifrou então nos 4,7%.

Unidade Territorial	População Residente por Grandes Grupos Etários					População Economicamente Ativa			Taxa de Atividade	Taxa de Desemprego	População Empregada por Setor de Atividade							
	0 - 14 anos		15 - 64 anos	65 + anos	Total	Empregada	Total	1.º emprego			Novo Emprego	Setor Prim.		Setor Sec.		Setor Terc.		
	Pop. c/+ 15 anos	Pop. c/+ 15 anos	Pop. c/+ 15 anos	Pop. c/+ 15 anos	Ind.							%	Ind.	%	Ind.	%	Ind.	%
Portugal - Continente	1.484.120	6.625.713	1.937.768	10.047.621	6.583.501	4.760.963	4.150.252	630.711	114.691	515.712	55,83	13,19	121.055	2,92	1.115.357	26,57	2.913.840	70,21
EDV	41.209	188.557	45.093	274.859	233.650	136.310	119.969	16.341	2.725	13.616	58,34	11,99	1.635	1,36	59.255	49,39	59.079	49,25
Santa Maria da Feira	22.042	96.647	20.623	138.312	117.270	70.154	59.761	10.395	1.615	8.778	59,82	14,81	436	0,73	27.689	46,33	31.636	59,94
Agoncixe	1.295	5.767	1.358	8.420	7.125	4.152	3.378	774	122	652	59,27	16,84	26	0,77	1.454	43,04	1.898	56,19
Arlitana	934	4.344	1.273	6.551	5.617	3.242	2.941	301	41	260	57,72	9,28	6	0,20	1.491	50,70	1.444	49,10
Canelo	1.108	4.201	735	6.044	4.936	2.820	2.394	436	54	382	57,13	15,46	25	1,05	1.234	51,76	1.125	47,19
Escapães	451	2.343	515	3.309	2.888	1.755	1.543	212	36	176	61,41	12,08	6	0,39	718	46,53	819	50,08
Espargo	281	1.048	200	1.559	1.278	785	664	121	14	107	61,42	15,41	3	0,45	226	35,54	425	64,01
Feira	2.098	8.932	1.481	12.511	10.413	6.787	5.916	871	142	729	65,18	12,83	19	0,32	1.666	28,16	4.231	71,52
Filões	1.146	5.498	1.347	7.991	6.845	3.793	3.184	629	101	528	55,41	16,58	36	1,14	1.454	45,95	1.674	59,91
Fornas	599	2.351	447	3.397	2.798	1.800	1.624	176	25	151	64,33	9,76	7	0,43	770	47,41	847	52,16
Gaio	345	1.272	198	1.815	1.470	862	755	127	23	104	60,00	14,40	7	0,38	360	47,68	388	51,39
Guilande	170	855	212	1.237	1.067	573	506	67	9	58	53,70	11,69	12	2,37	254	50,20	240	47,43
Lobão	974	3.734	715	5.423	4.509	2.511	2.177	434	75	359	57,91	16,62	20	0,92	1.017	46,72	1.140	52,37
Louredo	214	903	208	1.325	1.111	618	554	64	14	50	55,63	10,36	12	2,17	284	31,26	288	46,57
Louredo	1.235	6.039	1.362	8.636	7.401	4.383	3.524	849	81	768	59,22	16,37	28	0,79	1.825	51,64	1.681	47,57
Milharede Poiares	597	2.690	534	3.791	3.194	1.971	1.803	168	31	137	61,71	8,52	12	0,67	979	54,30	812	45,04
Moaribó	323	1.395	320	2.038	1.715	1.047	953	94	17	77	61,05	8,96	6	0,63	468	49,11	479	50,26
Mozarões	1.208	5.061	873	7.142	5.944	3.875	3.315	560	93	467	65,30	14,45	13	0,39	1.686	50,86	1.616	46,73
Nogueira da Regedoura	988	4.033	769	5.790	4.802	2.937	2.396	541	56	485	61,16	18,42	10	0,42	1.076	44,81	1.310	54,67
São Paio de Oleiros	566	2.826	677	4.069	3.503	2.654	1.733	321	44	277	56,64	15,63	22	1,27	800	46,16	911	52,57
Paços de Brandão	678	3.317	872	4.867	4.188	2.611	2.101	360	66	294	58,75	14,63	12	0,57	987	46,88	1.102	52,45
Pegões	166	825	160	1.181	1.015	581	510	71	23	48	57,24	12,22	4	0,78	322	63,14	164	36,08
Rio Meão	764	3.437	700	4.931	4.167	2.920	2.115	405	66	339	60,48	16,07	20	0,95	1.104	52,20	991	46,86
Romaniz	456	2.055	512	3.023	2.667	1.425	1.291	134	21	113	55,51	9,40	18	1,39	760	50,42	493	36,19
Sernhas	284	1.323	259	1.862	1.618	955	851	104	20	84	59,02	10,89	2	0,24	385	45,24	464	54,52
Sarzedelo	654	2.446	500	3.600	2.946	1.611	1.338	273	52	221	54,68	16,95	5	0,37	895	44,69	735	54,93
Santa Maria de Lamas	708	3.589	782	5.079	4.371	2.614	2.141	473	79	394	59,80	18,09	11	0,51	1.200	56,05	930	43,44
São João de Ver	1.864	7.482	1.233	10.578	8.715	5.622	4.722	930	130	800	64,85	16,45	33	0,70	1.961	41,53	2.728	57,77
Salas de São Jorge	388	1.863	465	2.716	2.318	1.401	1.188	213	43	170	60,44	15,20	6	0,51	381	48,81	601	50,58
Souto	664	3.225	807	4.696	4.032	2.237	1.916	321	45	276	55,48	14,35	14	0,44	370	40,93	550	56,63
Troanica	361	1.532	349	2.242	1.881	1.067	904	163	42	121	56,73	15,28	4	0,44	370	40,93	550	56,63
Vale	283	1.262	368	1.908	1.620	851	766	85	33	52	62,63	9,99	27	3,52	444	37,96	295	38,51
Vila Maior	286	1.029	226	1.511	1.258	684	578	116	17	99	55,30	16,71	10	1,73	269	46,54	289	51,73

Desemprego registado no distrito de Aveiro

	Maio 2012	Abril 2013	Maio 2013	VARIAÇÃO HOMOLOGA	VARIAÇÃO MENSAL
<b>CONTINENTE</b>	609.273	691.128	666.445	9,38	-3,57
<b>DISTRITO AVEIRO</b>	<b>40.575</b>	<b>44.688</b>	<b>42.691</b>	5,22	-4,47
ÁGUEDA	2.474	2.833	2.772	12,05	-2,15
ALBERGARIA-A-VELHA	1.120	1.321	1.271	13,48	-3,79
ANADIA	1.217	1.455	1.458	19,80	0,21
AROUCA	762	1.072	964	26,51	-10,07
AVEIRO	4.074	4.664	4.672	14,68	0,17
CASTELO PAIVA	1.477	1.508	1.432	-3,05	-5,04
ESPINHO	3.313	3.378	3.210	-3,11	-4,97
ESTARREJA	1.408	1.558	1.435	1,92	-7,89
<b>FEIRA</b>	<b>9.439</b>	<b>9.916</b>	<b>9.317</b>	<b>-1,29</b>	<b>-6,04</b>
ILHAVO	2.242	2.476	2.402	7,14	-2,99
MEALHADA	944	1.098	1.003	6,25	-8,65
MURTOSA	497	531	441	-11,27	-16,95
OLIVEIRA AZEMEIS	2.994	3.294	3.124	4,34	-5,16
OLIVEIRA BAIRRO	1.054	1.236	1.214	15,18	-1,78
OVAR	4.037	4.341	4.182	3,59	-3,66
S.JOÃO MADEIRA	1.266	1.486	1.395	10,19	-6,12
SEVER VOUGA	528	643	608	15,15	-5,44
VAGOS	901	1.056	983	9,10	-6,91
VALE DE CAMBRA	828	822	808	-2,42	-1,70

Fonte: CGTP Aveiro

- O número de desempregados no concelho de Santa Maria da Feira, em Maio de 2013, foi de 9.317, tendo descido ligeiramente em relação ao ano anterior;
- A variação mensal foi de -6.04 no concelho, valor acima do distrito (-4.47) e quase o dobro do valor do continente (-3.57);
- Relativamente à variação homóloga, observamos que no concelho foi -1.29, muito inferior à do distrito (5.22) e à do continente (9.38);
- Em termos de variação mensal o desemprego diminuiu em todos os concelhos, à exceção do concelho de Anadia e Aveiro;
- Santa Maria da Feira é o concelho com maior número de desempregados no distrito de Aveiro.

Desemprego registado por zona geográfica segundo o género, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (no final do mês)

Zona Geográfica	Género		Tempo de Inscrição		Situação face à procura de emprego		Total
	Homens	Mulheres	< 1 ano	1 ano E +	1º Emprego	Novo Emprego	
Norte	136 734	150 625	142 624	144 735	26 281	261 078	287 359
Arouca	422	533	546	409	70	885	955
Oliveira de Azeméis	1 345	1 751	1 719	1 377	178	2 918	3 096
<b>Santa Maria da Feira</b>	<b>4 187</b>	<b>4 903</b>	<b>4 561</b>	<b>4 529</b>	<b>544</b>	<b>8 546</b>	<b>9 090</b>

São João da Madeira	608	760	777	591	63	1 305	1 368
Vale de Cambra	322	489	445	366	57	754	811

Fonte: IEFP

- Santa Maria da Feira, em Junho de 2013, apresentava um total de 9 090 desempregados, sendo as mulheres mais afetadas (4 903);
- Em termos de tempo de inscrição, verificou-se que o número de desempregados inscritos no centro de emprego à menos de 1 ano é ligeiramente superior (4 561) aos que estão inscritos à mais de um ano (4 529);
- Das pessoas desempregadas, 544 estão à procura do 1º emprego e 8 546 estão à procura de um novo emprego.

### Contextualização económica e cultural:

A base institucional é o motor da competitividade e desenvolvimento, incorporando organizações e serviços, empregos e atratividade de iniciativas, produzindo um efeito extremamente dinâmico em qualquer território. Na temática das dinâmicas da função empresarial, verifica-se que Santa Maria da Feira é um concelho com uma posição de destaque quando colocada à escala da Nut III, onde o concelho é o mais dinâmico de toda a região. Estrategicamente situada na confluência de um conjunto de vias de comunicação, que lhe garantem proximidade aos grandes centros urbanos, como Porto, Aveiro e Coimbra, o concelho de Santa Maria da Feira evidencia um modelo de desenvolvimento relacional, por um lado, afirmado pela dinâmica marcada pelo passado milenar, onde se desenvolvem ativamente projetos e apostas no âmbito do desenvolvimento turístico e cultural, por outro lado, pela forte aposta no futuro, onde se evidenciam novos projetos que representam desafios e respostas qualificadas às necessidades e anseios das pessoas, dos territórios e sobretudo definem trajetórias para alcance e projeção do desenvolvimento sustentável do Concelho.

Santa Maria da Feira continua a ser um concelho com uma forte dinâmica empresarial, com uma forte expressão ao nível do setor da cortiça, sediando o maior centro mundial de transformação da cortiça. A relevância e importância do concelho de Santa Maria da Feira no conceito nacional resulta da heterogeneidade das suas freguesias, potenciadoras de um acentuado desenvolvimento económico-social, onde o urbano e o rural se complementam, onde a indústria, o comércio, os serviços, a agricultura e a floresta constituem braços de um harmonioso tronco comum, potenciador de fortes dinâmicas económicas e sociais.

A maior oferta comercial tradicional concentra-se no centro da(s) cidade(s), sendo amplamente dirigida para quem aí reside e/ou trabalha nos serviços públicos de onde se destacam a Câmara Municipal, Tribunal, Cartórios, serviços de saúde como o Hospital S. Sebastião, agências bancárias, associações, piscinas municipais, entre outros.

Com uma programação cultural diferenciadora ao longo de todo o ano, Santa Maria da Feira assume-se como um verdadeiro “Palco de Experiências”, onde o visitante é desafiado a viver em pleno o espírito dos eventos e convidado a regressar sempre que a cultura acontece.





No que se refere ao poder de compra convém referir que Santa Maria da Feira apresenta um crescimento exponencial, no espaço de uma década (1992-2002), no número de dependências bancárias, caixas automáticas e de balcões/agentes de seguradoras, em relação aos restantes concelhos da região de Entre Douro e Vouga.

Empresas por município da sede, segundo a CAE-Ver. 3, 2010

Zona Geográfica	Total	A	B	C	D	E	F	G	H
Portugal	1144150	53654	1321	74081	730	1069	106710	255623	24194
Continente	1096832	47843	1278	71989	713	1014	102033	247285	22448
Norte	366022	11407	428	34693	267	339	33462	90164	6770
EDV	29049	553	15	4355	11	29	2892	7809	403
Arouca	2129	176	7	246	0	3	371	414	57
Oliveira de Azeméis	7019	208	5	1309	5	9	612	1888	94
<b>Santa Maria da Feira</b>	<b>14661</b>	<b>112</b>	<b>1</b>	<b>2128</b>	<b>3</b>	<b>15</b>	<b>1573</b>	<b>3943</b>	<b>181</b>
S. João da Madeira	3000	6	1	357	1	1	90	950	33
Vale de Cambra	2240	51	1	315	2	1	246	614	38
Zona Geográfica	I	J	L	M	N	P	Q	R	S
Portugal	85205	14522	29019	118561	144441	64401	81848	28921	59850
Continente	81506	14020	28006	114609	138475	61815	79082	27386	57330
Norte	26820	3405	8593	34642	39591	23876	27724	6919	16922
EDV	1624	206	713	2074	3413	1599	1532	399	1422
Arouca	126	13	32	126	255	87	84	27	105
Oliveira de Azeméis	332	50	152	452	828	324	314	86	351
<b>Santa Maria da Feira</b>	<b>848</b>	<b>91</b>	<b>400</b>	<b>1039</b>	<b>1731</b>	<b>816</b>	<b>875</b>	<b>226</b>	<b>682</b>
S. João da Madeira	170	36	85	290	410	213	150	48	159
Vale de Cambra	148	16	44	167	189	159	109	15	125

**Legenda:**

- A – Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
- B – Indústrias extrativas
- C – Indústrias transformadoras
- D – Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio
- E – Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição
- F – construção
- G – comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas
- H – Transportes e armazenagem
- I – Alojamento, restauração e similares

- J – Atividades de informação e comunicação
- K – Atividades financeiras e de seguros
- L – Atividades Imobiliárias
- M – Atividades de consultadoria, científicas, técnicas e similares
- N – Atividades administrativas e dos serviços de apoio
- O – Administração pública e defesa; segurança social obrigatória
- P – Educação
- Q – Atividades de saúde humana e apoio social
- R – Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas
- S – Outras atividades de serviços
- T – Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio
- U – Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

<b>Atividade Económica</b>	
Empresas Total	5.044
Percentagem de empresas no setor primário	0.8%
Percentagem de empresas no setor secundário	44.3%
Percentagem de empresas no setor terciário	54.9%
Percentagem de empresas que exportam para a UE	6.7%
Percentagem de faturação em exportações para a UE	20.6%
Percentagem de empresas que exportam para fora da UE	7.2%
Percentagem da faturação em exportações para fora da UE	10.1%

Fonte: Portal "Where-to-invest-in-Portugal" 2011

<b>Acessibilidades e transportes</b>	
Densidade viária da rede nacional do distrito	0,1 Km
Tempo de viagem a Lisboa por estrada	168 min.
Tempo de viagem ao Porto por estrada	25 min.
Tempo de viagem a aeroporto internacional	38 min.
Tempo de viagem a Porto marítimo internacional (com transporte de contentores)	38 min.
Tempo de viagem a Espinho – comboio	15 min.

Fonte: Portal "Where-to-invest-in-Portugal" 2011

Em 2010, as empresas predominantes no concelho de Santa Maria da Feira eram, essencialmente, as indústrias transformadoras de cortiça (fabricação de rolhas e de outros produtos de cortiça), com 2128 empresas por município da sede, e as empresas de comércio por grosso e a retalho e as firmas de reparação de veículos automóveis e motociclos, com 3943 empresas, num total de 14661 empresas.

O grande impulso do concelho tem sido dado pelo desenvolvimento do setor terciário, ao nível do comércio, turismo e serviços (54.9%), num total de 5.044 empresas. O setor industrial, do comércio, do serviço, da agricultura e da floresta, traduziram-se num forte setor exportador para fora da UE (7.2%) a par de um gradual crescimento comercial e de serviços.

## Emprego

### Maiores empregadores do Concelho

CAE Rev. 3		2009
16294	<b>Fabricação de rolhas de cortiça</b> Manufacture of corks of cork	1
15201	<b>Fabricação de calçado</b> Manufacture of footwear	2
41200	<b>Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)</b> Construction of residential and non-residential buildi	3
16295	<b>Fabricação de outros produtos de cortiça</b> Manufacture of other cork products	4
47111	<b>Comércio a retalho em supermercados e hipermercados</b> Retail sale in supermarkets and hypermarkets	5
80100	<b>Atividades de segurança privada</b> Private security activities	6
16293	<b>Indústria de preparação da cortiça</b> Cork preparation industry	7
45200	<b>Manutenção e reparação de veículos automóveis</b> Maintenance and repair of motor vehicles	8
17211	<b>Fabricação de papel e de cartão canelados (inclui embalagens)</b> Manufacture of corrugated paper and paperboard (include	9
10711	<b>Panificação</b> Manufacture of bread	10
49410	<b>Transportes rodoviários de mercadorias</b> Freight transport by road	11
69200	<b>Atividades de contabilidade e auditoria; consultoria fiscal</b> Accounting bookkeeping and auditing activities	12
15202	<b>Fabricação de componentes para o calçado</b> Manufacture of parts of footwear	13
88990	<b>Outras atividades de apoio social sem alojamento, n.e</b> Other social work activities without accommodation, n.e	14
64190	<b>Outra intermediação monetária</b> Other monetary intermediation	15

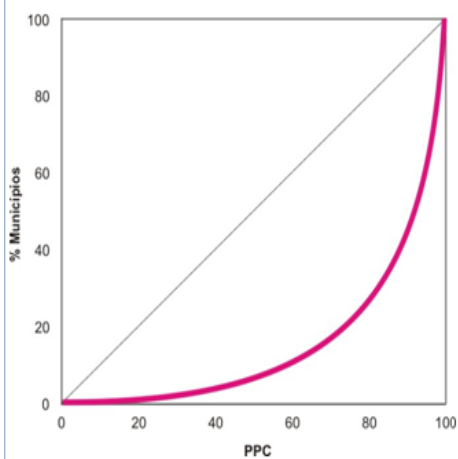
Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos / Ministério da economia

Emprego	
Empregados Total	44.586

Em 2009 a atividade que mais empregava no concelho de Santa Maria da Feira fixava-se nas empresas de fabricação de rolhas de cortiça, seguindo-se as firmas de fabricação de calçado e as empresas de construção de edifícios (residenciais e não residenciais), num total de 44.586 empregados. Assente num comércio tradicional, as empresas, na sua maioria, são asseguradas pelo proprietário e um ou dois funcionários, no máximo.

<b>Qualidade de Vida</b>	
Poder de compra per capita	51,6
Custo por m2 da habitação	883 EUR

Concentração da Percentagem de Poder de Compra pelos municípios, 2009



Fonte: Portal do Instituto Nacional de Estatística

IpC, PPC e FDR por NUTS I, II, III e município, 2009

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Fator Dinamismo Relativo
Portugal	100,00	100,000	-0,179
Continente	<b>100,46</b>	<b>95,810</b>	<b>-0,187</b>
Norte	87,64	30,859	-0,284
Grande Porto	115,04	13,900	-0,366
<b>Entre Douro e Vouga</b>	<b>78,44</b>	<b>2,132</b>	<b>-0,422</b>
Arouca	57,17	0,127	-0,209
Oliveira de Azeméis	73,95	0,494	-0,451
<b>Santa Maria da Feira</b>	<b>76,88</b>	<b>1,073</b>	<b>-0,383</b>
São João da Madeira	129,07	0,264	-0,780
Vale de Cambra	76,34	0,174	-0,466

Fonte: Portal do Instituto Nacional de Estatística

Relativamente ao indicador do poder de compra, segundo o INE, o concelho de Santa Maria da Feira apresentava uma percentagem de 1,073%, inferior a do EDV (2,132) e muito abaixo da percentagem do continente (95,810%). Em 2009, o município concentrava individualmente mais de 1% do poder de compra nacional. O poder de compra encontra-se muito concentrado nos municípios.

**Indicadores relativos ao Ensino e Instrução:**



- Relativamente à taxa de analfabetismo, o valor registado em 2011 no concelho de S.M. da Feira é animador: registou uma percentagem de 3,97%, valor inferior ao do EDV (4,38%) e ao do continente (5,20%) e que representa um decréscimo de 40,75% relativamente à taxa de analfabetismo no concelho em 2001, que era então de 6,7%;
- Quanto ao número de indivíduos com o 1º CEB completo, o concelho apresenta uma percentagem de 28,30%, semelhante à do EDV (28,83%) e acima da percentagem do continente (25,40%). Contudo, relativamente a 2001, verifica-se um decréscimo de 25,47% no número de indivíduos do concelho de Santa Maria da Feira, que apresentavam como grau de instrução atingido o 1º CEB completo;
- Quanto ao número de indivíduos com o 2º CEB completo, Santa Maria da Feira apresenta uma percentagem de 17,11%, semelhante à do EDV (17,17%) e acima do valor do continente (13,23%). Relativamente a 2001, o concelho registou uma variação negativa neste indicador de 2,76%;
- Quanto ao número de indivíduos com o 3º CEB completo, o concelho atingiu 22.000, o que corresponde a uma percentagem de 15,79%, mais uma vez valor semelhante ao do EDV (15,88%) e abaixo do continente (16,30%). Contudo, a variação deste indicador relativamente a 2001 regista um aumento de 41,24%;
- Quanto ao número de indivíduos com curso superior completo, o concelho apresenta, em 2011, uma percentagem de 8,74%, ligeiramente acima da percentagem do EDV (8,27%) mas abaixo da percentagem do continente (11,92%). Contudo, a variação deste indicador relativamente a 2001 regista um aumento de 32,74%.

Unidade Territorial	Não sabe ler nem escrever	Ensino Básico			Secundário	Pós-Sec.	Superior	Taxa de Analfabetismo	Pop. Residente c/ 10 anos e +
		1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo					
		Completo	Completo	Completo					
Portugal - Continente	472.919	2.552.130	1.329.508	1.638.624	1.355.254	83.485	1.198.453	5,20	9.095.647
EDV	10.911	79.264	47.220	43.651	30.424	2.076	22.739	4,38	249.206
Santa Maria da Feira	4.982	39.439	23.841	22.000	15.581	980	12.176	3,97	125.507
Argoncilhe	337	2.490	1.513	1.295	875	59	630	4,43	7.607
Arrifana	244	1.990	1.149	970	682	47	568	4,09	5.970
Canedo	244	1.796	1.170	990	527	36	289	4,57	5.340
Escapães	129	899	588	542	391	24	313	4,25	3.035
Espargo	45	457	219	217	160	11	205	3,28	1.370
Feira	216	2.400	1.665	1.993	1.798	121	2.510	1,94	11.112
Fiães	268	2.597	1.370	1.170	880	43	569	3,67	7.293
Fornos	108	884	553	469	416	36	364	3,62	2.983
Gião	44	510	348	328	183	16	107	2,74	1.604
Guisande	34	414	210	179	130	4	78	2,99	1.138
Lobão	256	1.531	1.067	829	542	28	358	5,23	4.898
Louredo	89	389	283	170	130	5	81	7,50	1.187
Lourosa	316	2.690	1.506	1.441	882	50	518	4,00	7.900
Milheirós de Poiares	134	1.123	750	635	361	33	234	3,89	3.449
Mosteiró	80	568	434	295	192	9	110	4,33	1.848
Mozelos	193	1.963	1.200	1.178	909	55	609	3,03	6.363
Nogueira da Regedoura	218	1.736	904	945	610	46	457	4,20	5.193
São Paio de Oleiros	189	1.150	666	675	492	33	306	5,08	3.721
Paços de Brandão	170	1.298	721	768	656	38	555	3,83	4.434
Pigeiros	50	376	232	174	112	6	60	4,60	1.087
Rio Meão	173	1.516	883	771	536	32	335	3,89	4.443
Romariz	161	962	645	453	259	10	142	5,80	2.777
Sanfins	61	606	299	281	229	11	164	3,56	1.712
Sanguedo	139	1.027	584	578	351	20	275	4,36	3.188
Santa Maria de Lamas	171	1.464	813	908	654	38	418	3,68	4.650
São João de Ver	333	2.680	1.767	1.768	1.300	86	980	3,56	9.358
Caldas de São Jorge	98	778	497	470	294	15	190	3,97	2.468
Souto	221	1.488	836	694	474	22	316	5,16	4.287
Travanca	66	640	338	368	239	21	234	3,25	2.028
Vale	143	579	375	237	154	16	68	8,30	1.722
Vila Maior	52	438	256	209	163	9	133	3,87	1.342

População em função do nível de ensino atingido

População total (Censos 2011)	139,393	
População que atingiu o nível do ensino básico	93,015	68,40%
População que atingiu o nível do ensino secundário	15,468	11,40%
População que atingiu o nível de ensino pós secundário	9,576	7,00%

2. Rede escolar (pública, privada e cooperativa) e acessibilidades

O concelho de Santa Maria da Feira é constituído por um total de 105 estabelecimentos de ensino da rede pública que abrange 31 Jardins de Infância, 20 escolas de 1º ciclo, 43 escolas básicas integradas com a educação pré-escolar, 8 escolas de 2º e 3º ciclo e 3 escolas de 2º, 3º ciclo e secundário, relativamente ao ano letivo 2012/2013.

Os estabelecimentos de ensino do concelho integram a rede escolar pública, privada e com contrato de associação. Estes estabelecimentos agrupam um ou mais ciclos de estudos, como se pode observar na tabela seguinte.

Rede escolar do concelho em 2012/2013

Agrupamento/Escola	Constituição do Agrupamento	Freguesia	Pré-escolar	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Ens. Sec.
AE António Alves Amorim	EB 1 / JI de Aldeia Nova	Lourosa	x	X			
	EB 1 / JI de Casalmeão		x	X			
	EB 1 / JI Igreja		x	X			
	Escola Básica António Alves Amorim - Lourosa (Escola Sede)				x	x	
	EB 1 da Vergada	Mozelos		X			
	EB 1 / JI de Prime		x	x			
	EB 1 / JI Sobral		x	x			
	EB 1 / JI Fonte Seca	São João Ver	x	x			
Subtotal		6	7	1	1	0	
AE Argoncilhe	EB 1 / JI Aldriz	Argoncilhe	x	x			
	EB 1 / JI nº 2 Carvalhal		x	x			
	EB 1 / JI São Domingos		x	x			
	EB 2/3 Argoncilhe (Escola Sede)				x	x	
	JI Ordonhe		x				
	EB 1 / JI Pousadela de Baixo	Nogueira Regedoura	x	x			
	EB 1 / JI Souto		x	x			
	EB 1 / JI Arraial (Centro Escolar)	Sanguedo	x	x			
	JI Candal		x				
	JI nº 1 da Igreja		x				
Subtotal		9	6	1	1	0	
AE Arrifana	EB 1 Outeiro	Arrifana		x			
	EB 1 / JI Bairro		x	x			
	EB 1 Carvalhosa			x			
	EB 2/3 Arrifana (Escola Sede)				x	x	
	JI Fontainhas		x				
	JI Manhouce		x				
	EB 1 / JI Igreja	Escapães	x	x			
	EB 1 / JI Nadais		x	x			
	EB 1 / JI Santo António		x	x			
	EB 1 Igreja	Milheirós de Poiães		x			
	JI Pereiro		x				
	EB 2/3 Milheirós de Poiães				x	x	
	EB 1 Cimo de Aldeia, Pigeiros	Pigeiros		x			
	JI Bajouca		x				
EB 1 / JI Igreja	Romariz	x	x				
Subtotal		9	9	2	2	0	
AE Canedo	EB 1 Mirante	Canedo		x			
	JI Sobreda		x				



	EB 1 / JI Mosteirô		x	x			
	EB 2/3 Canedo (Escola Sede)				x	x	
	EB 1 / JI Vilares		x	x			
	EB 1 Presinha	Vila Maior		x			
	JI Igreja		x				
	Subtotal		4	4	1	1	0
AE Corga de Lobão	EB 1 / JI Beira	Gião	x	x			
	EB 1 Viso	Guisande		x			
	JI Fornos		x				
	JI Igreja		x				
	EB 1 / JI Candal	Lobão	x	x			
	EB 2/3 Corga (Escola Sede)				x	x	x
	EB 1 / JI Igreja		x	x			
	JI Aldeia Nova		x				
	EB 1 / JI Louredo (Centro Escolar)	Louredo	x	x			
	EB 1 Póvoa	Vale		x			
	JI Pessegueiro		x				
	JI Póvoa nº 1		x				
	JI Póvoa nº 2		x				
	Subtotal		10	6	1	1	1
AE Doutor Ferreira de Almeida	EB 1 / JI Farinheiro	Fornos	x	x			
	EB 1 / JI Ribeiro		x	x			
	JI Carvalheiro		x				
	EB 1 / JI Cavaco	Santa Maria da Feira	x	x			
	EB 2/3 Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira Almeida (Escola Sede)				x	x	
	EB 1 Aldeia	Sanfins		x			
	JI Carvalhosa		x				
	JI Gandara		x				
	EB 1 / JI Beire	São João Ver	x	x			
	EB 1 Gesteira			x			
	EB 1 / JI São Bento		x	x			
	EB 1 / JI Souto Redondo		x	x			
	Subtotal		9	8	1	1	0
AE Fernando Pessoa	EB 1 / JI Espargo (Centro Escolar)	Espargo	x	x			
	EB 1 Feira nº 1	Santa Maria da Feira		x			
	EB1 Feira nº 2			x			
	EB 1 Milheirós			x			
	EB 2/3 Fernando Pessoa (Escola Sede)					x	x
	JI Cruz		x				
	JI Milheirós		x				
	JI Montinho		x				
	Escola Secundária Santa Maria da Feira					x	x
EB 1 / JI Mosteirô (Centro Escolar)	Mosteirô	x	x				





	EB 1 Badoucos	Souto		x			
	EB 1 / JI Tarei		x	x			
	EB 1 / JI Valrico (Centro Escolar)		x	x			
	JI Macieira		x				
	JI Padrão nº 1		x				
	EB 1 / JI Mieiro	Travanca	x	x			
	EB 1 / JI Outeiro		x	x			
	Subtotal		11	10	2	2	1
AE Fiães	EB 1 Caldelas	Caldas São Jorge		x			
	JI Arcozelo		x				
	JI Azevedo		x				
	JI Igreja		x				
	EB 1 / JI Avenida	Fiães	x	x			
	EB 1 / JI Chão do Rio		x	x			
	EB 1 Soutelo			x			
	EB 1 / JI nº 2 Vendas Novas		x	x			
	EB 2,3 / S D. Moisés Alves de Pinho - Fiães (Escola Sede)				x	x	x
	JI Barroca		x				
	JI Valos de Igreja		x				
	Subtotal			8	5	1	1
AE Paços de Brandão	EB 1 / JI Igreja	Paços de Brandão	x	x			
	EB 1 / JI Portela		x	x			
	EB 1 Póvoa			x			
	EB 2/3 Paços de Brandão (Escola Sede)				x	x	
	EB 1 / JI Outeiro	Rio Meão	x	x			
	EB 1 / JI Santo António		x	x			
	EB 1 Igreja	São Paio de Oleiros		x			
	JI Lapa		x				
	JI Quebrada		x				
	EB 1 Santa Maria de Lamas nº 1	Santa Maria de Lamas		x			
	EB 1 / JI Santa Maria de Lamas nº 3		x	x			
	JI Lagoinha		x				
	Subtotal			8	8	1	1
	Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas	Santa Maria de Lamas			x	x	x
Subtotal		0	0	1	1	1	
Total		74	63	12	12	4	

Com a reorganização da rede escolar o concelho passou de 11 agrupamentos de escolas a 9 agrupamentos de escolas, no presente ano letivo 2012/2013, tendo sido considerado os recursos e materiais disponíveis, a comunidade escolar e a zona envolvente, facilitando a deslocação dos alunos.

A rede escolar pública organiza-se, no ano letivo 2012/2013, em 9 Agrupamentos de Escola, existindo uma escola não agrupada, com contrato de associação, 6 estabelecimentos de ensino privados e 2 Institutos Superiores.

Distribuição dos alunos em função da etapa de Ensino e a Oferta Formativa no ano letivo 2012/2013

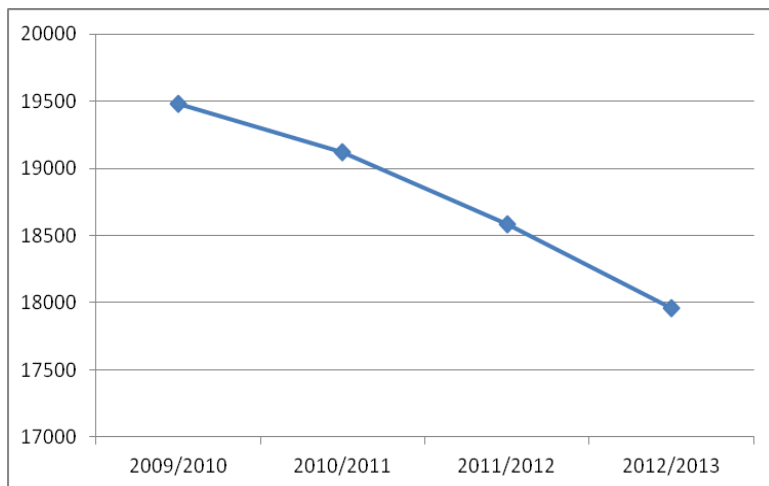
Níveis de Educação, Formação e Aprendizagem		Rede			Total	
		Pública	Contrato de Associação	Privada		
Ensino Pré-Escolar		2202		192	2394	
Ensino Básico	1º Ciclo	5173		287	5460	
	2º Ciclo	2605	418	121	3144	
	3º Ciclo	3862	767	121	4750	
Ensino Secundário	Cursos Científico-Humanísticos	448	290	69	807	
	Cursos Profissionais	248	106		354	
Educação e Formação de Jovens e Adultos	Cursos de Educação e Formação	Básico	253	0		253
Ensino Superior	1º Ciclo		558			558
	CETs - Cursos de Especialização Tecnológica		33			33
	Pós-Graduações		15			15
Total		15397	1581	790	17768	

Entre os anos letivos 2009/2010 e 2012/2013 verificou-se que o número total de crianças e alunos a frequentar o ensino regular nos estabelecimentos de educação da rede pública diminuiu em 1 520 crianças e alunos, devendo-se provavelmente à diminuição da taxa de natalidade e à crise económica e social que o país atravessa.

Total de crianças e alunos a frequentar o Ensino Regular

Nível de Ensino	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	
Ensino Pré-Escolar	2352	2314	2319	2202	
Ensino Básico	1º Ciclo	6034	5667	5410	5173
	2º Ciclo	3319	3330	3133	3023
	3º Ciclo	4749	4853	4861	4629
Ensino Secundário	3026	2955	2863	2933	
Total	19480	19119	18586	17960	

Total do número de crianças e alunos a frequentar o Ensino Regular em função do ano letivo



Entre os anos letivos 1998/1999 e 2012/2013, constatou-se um aumento dos alunos que frequentam a Educação Pré-Escolar, cerca de 300 crianças, devendo-se ao alargamento do acesso e requalificação do parque de educação pré-escolar, adequando a oferta global da rede de educação pré-escolar. A melhoria da oferta de educação pré-escolar e o alargamento do acesso a essa oferta poderão contribuir para prevenir e combater o insucesso escolar, de criar oportunidades e preparar os alunos para transitar entre níveis e ciclos de ensino. A Lei-Quadro da educação pré-escolar (Lei nº 5/97, de 10 de fevereiro) defende que esta etapa favorece “a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário”.

No ano letivo 2012/2013, a educação pré-escolar da componente pública é composta por 122 salas de atividade e abrange 2 153 crianças entre os 3 anos de idade e a idade de ingressarem no 1º CEB (5/6 anos). A maioria das crianças tem 5 anos de idade, 37.53% e as crianças com 6 anos representam 0.37% na educação pré-escolar.

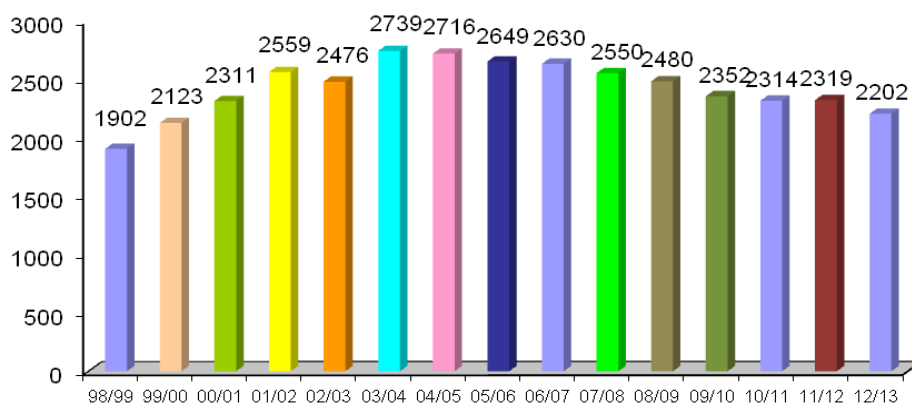
#### Educação Pré-Escolar – rede escolar pública 2012/13

Agrupamento	Nº salas	Nº turmas	Crianças com NEE					Crianças inscritas (incluindo crianças com NEE)				Total
			3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	Total	3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	
António Amorim	12	12	0	3	0	1	4	71	93	105	1	270
Argoncilhe	17	15	0	1	2	1	4	75	113	125	2	315
Arrifana	16	13	0	0	2	0	2	50	66	69	1	186
Canedo	7	7	0	2	0	0	2	22	46	50	0	118
Corga	14	14	1	0	1	0	2	60	73	84	1	218



Fernando Pessoa	18	18	0	3	0	0	3	85	126	147	0	358
Ferreira de Almeida	14	14	2	2	3	1	8	82	86	66	1	235
Fiães	10	10	0	1	1	2	4	47	73	75	2	197
Paços de Brandão	14	14	0	2	0	0	2	74	95	87	0	256
<b>Total</b>	<b>122</b>	<b>117</b>	<b>3</b>	<b>14</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>29</b>	<b>566</b>	<b>771</b>	<b>808</b>	<b>8</b>	<b>2153</b>

### Evolução Número Crianças - Educação Pré-Escolar



A rede de educação pré-escolar no concelho contempla uma rede pública, social e privada. A rede pública é suportada por 74 estabelecimentos de ensino, 23 Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e 5 estabelecimentos de ensino privado.

Rede de educação pré-escolar no concelho (2012/2013)

Rede	Nº de JI's	Nº de salas	Frequência					Total
			3 anos	4 anos	5 anos	6 anos		
Pública	74	116	622	781	791	8	2202	
IPSS	23	58	381	369	282		1053	
Privada	5		57	66	69		197	
<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>174</b>	<b>1060</b>	<b>1216</b>	<b>1142</b>	<b>8</b>	<b>3702</b>	

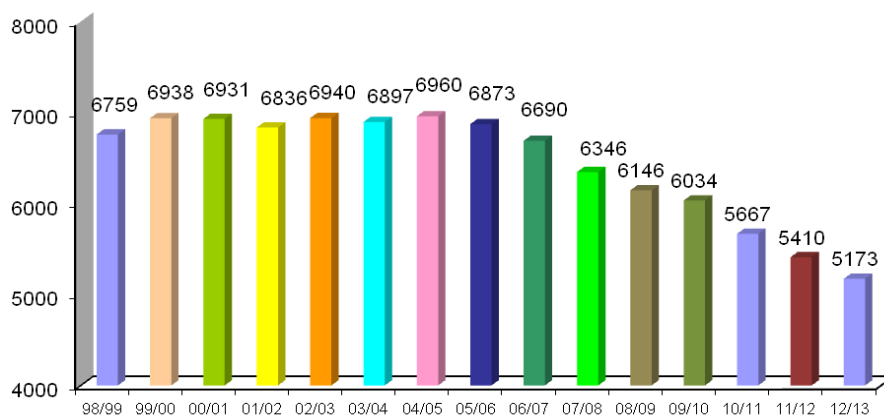
O ensino básico é composto pelo 1º, 2º e 3º ciclo. No ano letivo 2012/2013, na rede escolar pública, o 1º ciclo contava um total de 5 162 alunos, o 2º ciclo com 2 605 e o 3º ciclo com 3 862 alunos.

#### 1º CEB – rede escolar pública 2012/13

Agrupamento	Nº salas	Nº salas mod.	Turmas desl.	Nº de turmas		Nº de alunos (incluindo alunos com NEE)	Total
				Ano	Ano		

				1º	2º	3º	4º	Mistas	Total	1º	2º	3º	4º	
António Alves Amorim	34	3	0	8	10	8	9	3	35	164	188	178	195	725
Argoncilhe	38	0	0	5	5	4	3	11	28	130	147	137	161	575
Arrifana	37	2	0	4	5	2	2	14	27	114	135	127	156	532
Canedo	13	1	2	2	2	1	3	6	14	50	70	64	92	276
Corga	26	1	0	5	6	6	8	1	26	110	109	116	123	458
Fernando Pessoa	46	0	0	9	10	10	11	6	46	227	235	205	261	928
Ferreira Almeida de	33	2	0	7	6	7	6	6	32	127	122	139	158	546
Fiães	22	0	0	4	4	4	5	2	19	95	98	103	102	398
Paços Brandão de	40	0	0	7	8	9	9	1	34	166	169	181	208	724
<b>Total</b>	<b>289</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>51</b>	<b>56</b>	<b>51</b>	<b>56</b>	<b>50</b>	<b>261</b>	<b>1183</b>	<b>1273</b>	<b>1250</b>	<b>1456</b>	<b>5162</b>

Evolução Número Alunos 1.º Ciclo



Cada vez mais tem-se assistido a uma reforma da escola regular e a uma nova noção de educação, uma educação para todos. Todos os alunos têm o direito de frequentarem o mesmo tipo de ensino e o mesmo plano de estudos, independentemente das suas diferenças individuais ao nível físico, psicológico, cognitivo ou social.

Atualmente as escolas e as turmas são mais heterogêneas, integrando pessoas portadoras de deficiência, promovendo, assim, uma escola inclusiva “em que todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentam. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos de aprendizagem de modo a garantir um bom nível de educação para todos

através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades...”

A Educação Especial é uma modalidade de educação que abrange todos os níveis de ensino da rede pública, privada e cooperativa, integrando a pessoa com necessidades educativas específicas na vida ativa.

Nestes 4 últimos anos letivos tem-se assistido a um aumento dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, em relação ao ano letivo 2009/2010, um aumento de 1.49%, em que cada escola adapta-se a todos os alunos, fazendo todas as mudanças necessárias e criando um ambiente o mínimo restritivo possível.

Número de crianças e alunos com Necessidades Educativas Especiais no 1º ciclo

	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013
%	2,32%	2,96%	3,40%	3,81%
Nº	140	168	184	197

O número de alunos que beneficiam da Ação Social Escolar (ASE) tem vindo a diminuir, relativamente ao ano letivo de 2009/2010, uma diminuição de 911 alunos, podendo ser explicado pelo fato de o número de alunos do 1º ciclo do ensino básico ter vindo a diminuir.

Número de alunos abrangidos pela Ação Social Escolar no 1º ciclo

	2009/2010		2010/2011		2011/2012		2012/2013	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
<b>Escalão A</b>	29,30%	1768	25,80%	1462	21,65%	1171	22,58%	1168
<b>Escalão B</b>	25,67%	1549	25,99%	1473	23,62%	1278	23,93%	1238
<b>Total</b>	54,97%	3317	51,79%	2935	45,27%	2449	46,51%	2406

Nº de alunos – 2º e 3º CEB – rede escolar pública 2012/13													
(CEF = cursos de educação e formação) (NEE = alunos com necessidades educativas especiais)													
Escola/Agrupamento	Nº de salas	5º ano		6º ano		7º ano		8º ano			9º ano		
		NEE	Total	NEE	Total	NEE	Total	CEF	NEE	Total	CEF	NEE	Total
Argoncilhe	29	7	97	14	109	5	115	17	5	100	31	5	105
Arrifana	41	8	170	9	159	7	188	23	3	133	46	9	64
Canedo	29	4	97	3	111	8	125	0	6	102	28	6	103
Corga	28	4	126	4	127	9	147	0	8	115	13	1	114
Fernando Pessoa	39	11	269	4	228	6	224	0	2	133	0	2	137
António A. Amorim	15	5	109	7	120	3	118	0	5	97	15	2	115
Ferreira de Almeida	24	9	117	8	135	5	155	0	6	134	40	4	97
Paços de Brandão	28	2	125	2	117	6	140	0	1	117	0	0	101



Coelho e Castro	55	3	131	8	155	7	151	19	3	140	20	5	138
Sec. Sta M <sup>a</sup> da Feira	83	0	49	1	54	0	93	0	0	143	0	1	131
Colégio Lamas	123	4	194	11	224	11	273	0	9	245	0	7	249
Total	494	57	1484	71	1539	67	1729	59	48	1459	194	42	1441

Nº de alunos – ensino secundário – rede escolar pública 2012/13 (CEF = cursos de educação e formação) (NEE = alunos com necessidades educativas especiais) (CP = cursos profissionais) (CCH = cursos científico-humanísticos)														
Escola/AE	Nº de salas	10º ano				11º ano				12º ano				Total
		CP	CCH	NEE	Total	CP	CCH	NEE	Total	CP	CCH	NEE	Total	
Corga	28	0	0	0	0	20	0	0	20	9	0	0	9	29
Coelho e Castro	55	71	89	2	160	59	84	0	143	43	88	0	131	434
Sta M <sup>a</sup> Feira	83	177	359	6	536	118	328	0	446	65	274	0	339	1321
Colégio Lamas	123	106	290	4	396	123	261	5	384	79	290	0	369	1149
Total	494	354	738	12	1092	320	673	5	993	196	652	0	839	2924

A rede escolar do ensino básico é composta pela rede pública, privada e cooperativa. No ano letivo 2012/2013 frequentaram um total de 13 354 alunos, sendo 11 640 a estudar no ensino público, 1 185 a frequentar o ensino privado com contrato de associação e 529 no ensino privado.

Distribuição dos alunos que frequentam o Ensino Básico e Ensino Secundário no ano letivo 2012/2013

Rede	1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Ensino Básico - Total do nº de alunos	Ensino Secundário	
	Nº de escolas	Nº de alunos	Nº de escolas	Nº de alunos	Nº de escolas	Nº de alunos		Nº de escolas	Nº de alunos
Pública	63	5173	11	2605	11	3862	11640	3	1775
Contrato de Associação			1	418	1	767	1185	1	1149
Privada	3	287	1	121	1	121	529	1	69
Total	66	5460	13	3144	13	4750	13354	5	2993

Relativamente à evolução do parque escolar, regista-se uma diminuição em todos os níveis de ensino. Uma vez que os dados da Educação Pré-Escolar no ano letivo 2009/2010 não estavam disponíveis, verificamos que entre o ano letivo 2010/2011 e 2012/2013 houve uma diminuição de 470 crianças, 12,22%. O Ensino Secundário apresenta uma ligeira diminuição, 0,79% em relação ao ano letivo 2009/2010, podendo ser explicado pelo fato de a diminuição da natalidade ainda não se ter refletido nestes quatro anos letivos. Os estabelecimentos de ensino da rede pública são muito superiores aos estabelecimentos de ensino privados, abrangendo um maior número de alunos.

Varição do número de crianças e alunos no Ensino Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário, por rede institucional

Rede	Educação Pré-Escolar - Total de crianças	Varição 2009/10-2012/13	Ensino Básico (1º Ciclo) - Total de crianças	Varição 2009/2010-2012/2013



	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	Nº	%	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	Nº	%
Pública	2352	2314	2319	2202	-150	-6,38%	6034	5667	5410	5173	-861	-14,27%
IPSS	s.d.	1322	1126	1053	-269	-20,35%						
Contrato de Associação												
Privada	s.d.	209 *	72 **	120	-89	-42,58%	247	299	288	287	40	16,19%
Total	2352	3845	3517	3375	1023	43,49%	6281	5966	5698	5460	-821	-13,07%

Ensino Básico (2º e 3º Ciclo) – Total de crianças				Variação 2009/10-2012/13		Ensino Secundário – Total de crianças				Variação 2009/10-2012/13	
2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	Nº	%	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	Nº	%
6876	6804	6756	6467	-409	-5,95%	1895	1765	1730	1784	-111	-5,86%
1399	1379	1238	1185	-214	-15,30%	1131	1191	1133	1149	18	1,59%
241	241	224	242	1	0,41%		31	48	69	38	122,58%
8516	8424	8218	7894	-622	-7,30%	3026	2987	2911	3002	-24	-0,79%

Nota: A variação da Educação Pré-Escolar nas IPSS's e na rede privada é face ao ano 2010/2011, pois não tivemos acesso aos dados do ano 2009/2010

\* Os dados do Jardim de Infância "O Amiguinho" não estavam disponíveis

\*\* Só nos foram disponibilizados os dados do Colégio Santa Eulália – CASTIIS

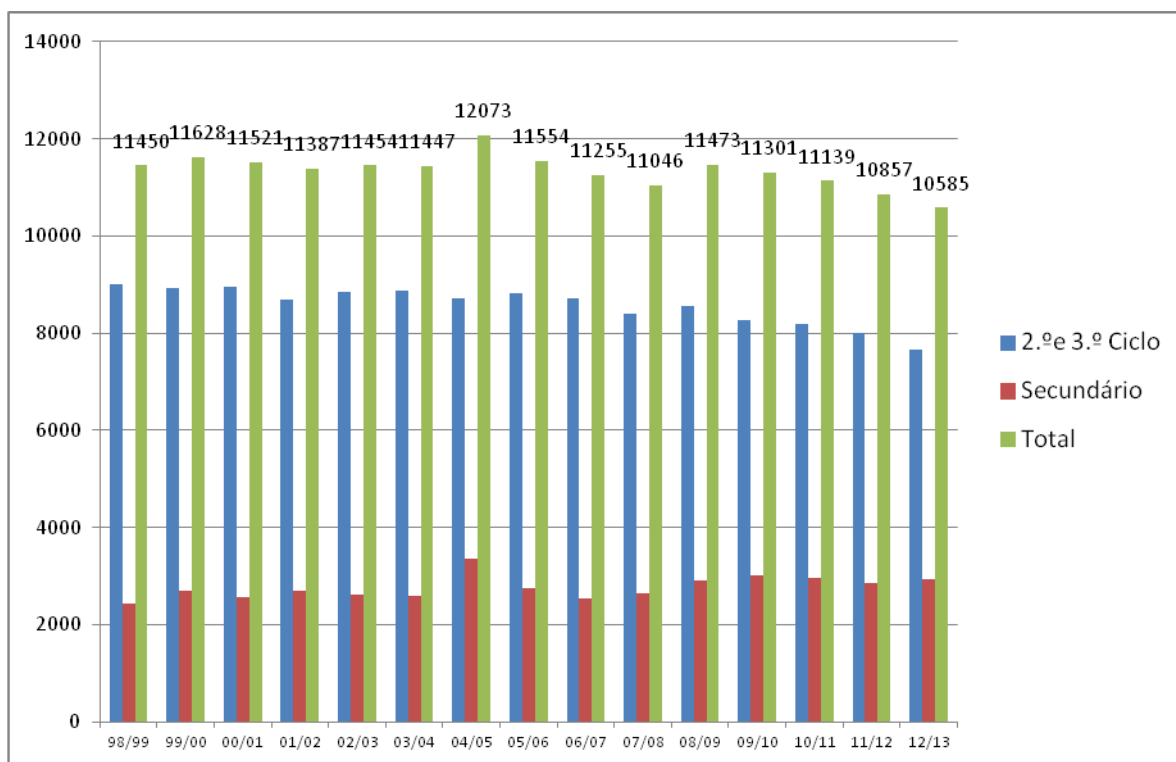
Apenas o 10º ano de escolaridade apresenta um aumento de 4.99% no número de alunos, podendo ser explicado pelo fato de a lei ter alterado de 9 anos para 12 anos de frequência escolar obrigatória e pela maior oferta formativa, com a introdução do programa Novas Oportunidades e do Ensino Profissional, mais direcionados para o exercício de uma profissão, articulando com o setor empresarial local.

Distribuição dos alunos em função do ano de escolaridade

Ano de escolaridade	Total de alunos				Variação 2009/2010-2012/2013	
	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	Nº	%
10º ano	1062	1091	1097	1115	53	4,99%
11º ano	1044	959	999	1017	-27	-2,59%
12º ano	920	936	815	861	-59	-6,41%
Total	3026	2986	2911	2993	-33	-1,09%

Evolução do Parque Escolar e do Número de Alunos do 2º/3º CEB e Secundário por Ano Letivo



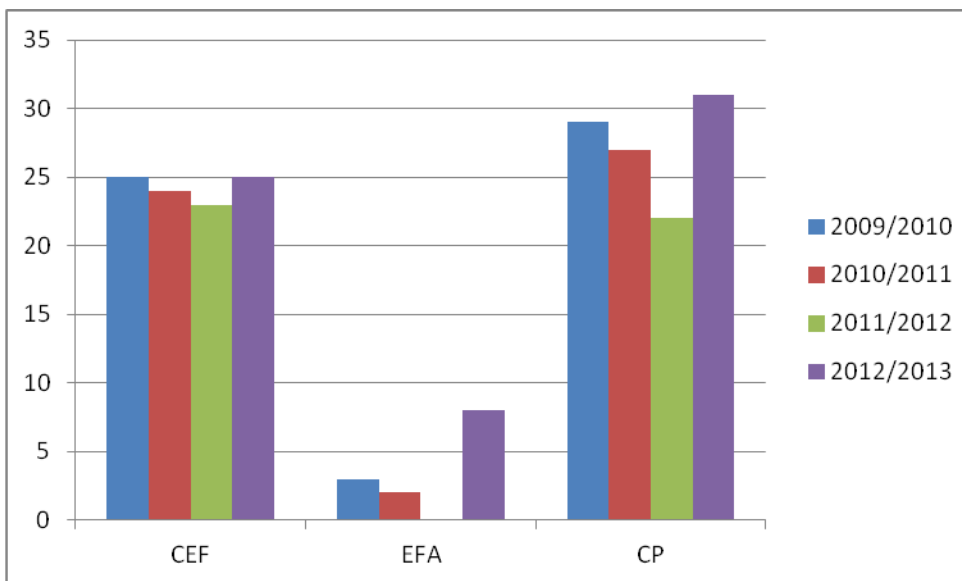


### Total de Crianças e Alunos por Escolas Agrupadas e Não Agrupadas – 2012/13

Escola	Total de crianças ensino pré-escolar	Total alunos 1º CEB	Total alunos 2º CEB	Total alunos 3º CEB	Total alunos secundário	Total
Argoncilhe	320	563	206	320	---	1409
Arrifana	188	534	329	472	---	1523
Canedo	122	281	208	330	---	941
Lobão	226	454	253	376	29	1338
Fernando Pessoa	357	934	497	494	---	2282
António A. Amorim	278	725	229	330	---	1562
Dr Ferreira de Almeida	235	546	252	386	---	1419
Paços de Brandão	279	725	242	358	---	1604
Coelho e Castro	197	411	286	429	434	1757
Secundária Sta Mª Feira	---	---	103	367	1321	1791
Colégio Lamas	---	---	418	767	1149	2334
<b>Total</b>	<b>2202</b>	<b>5173</b>	<b>3023</b>	<b>4629</b>	<b>2933</b>	<b>17960</b>

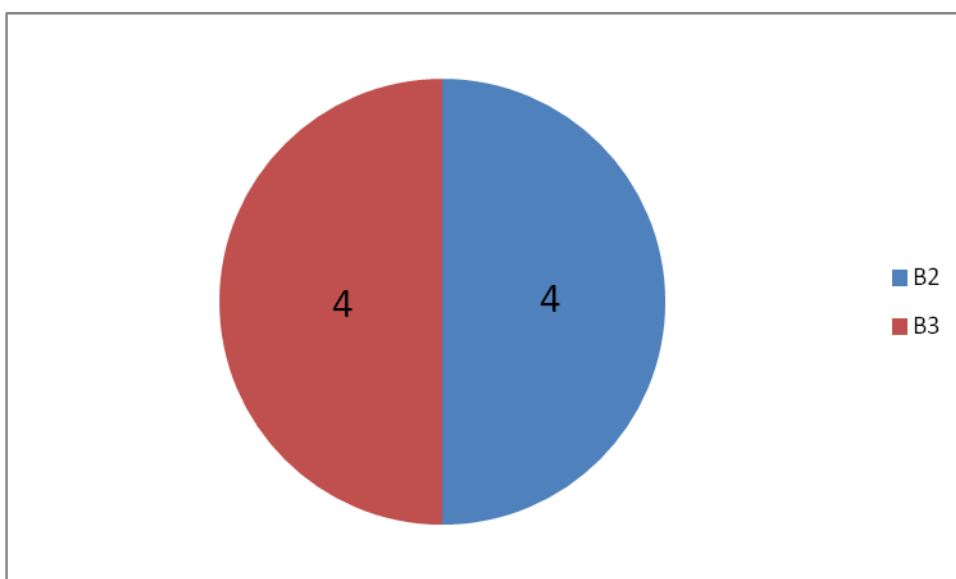
### 3. Oferta formativa (pública, privada e cooperativa)

#### Oferta Formativa



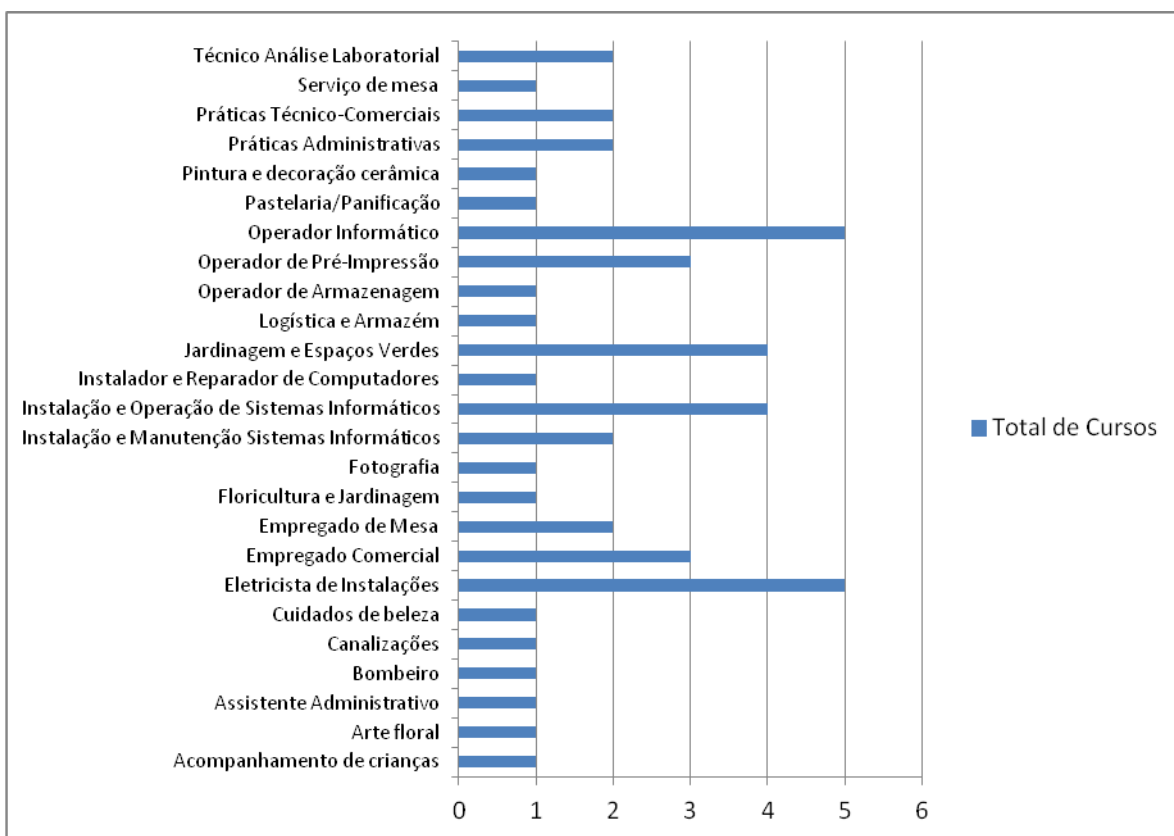
Nestes últimos quatro anos letivos, têm-se verificado um maior investimento na oferta formativa nos Cursos Profissionais (CP) e um menor investimento nos cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA). Os Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF) são direcionados para jovens com idade igual ou superior a 15 anos ou habilitações escolares inferiores ao 6º, 9º e 12º ano ou o 12º ano de escolaridade já concluído e não tenham uma qualificação profissional ou quiserem possuir uma qualificação de nível superior à que detêm. Os Cursos Profissionais (CP) são um percurso de nível secundário e funcionam em estabelecimentos de ensino públicos, privados e profissionais. Estes cursos resultam do esforço das escolas, do município e do tecido empresarial local.

Cursos EFA por nível de certificação 2009/2010



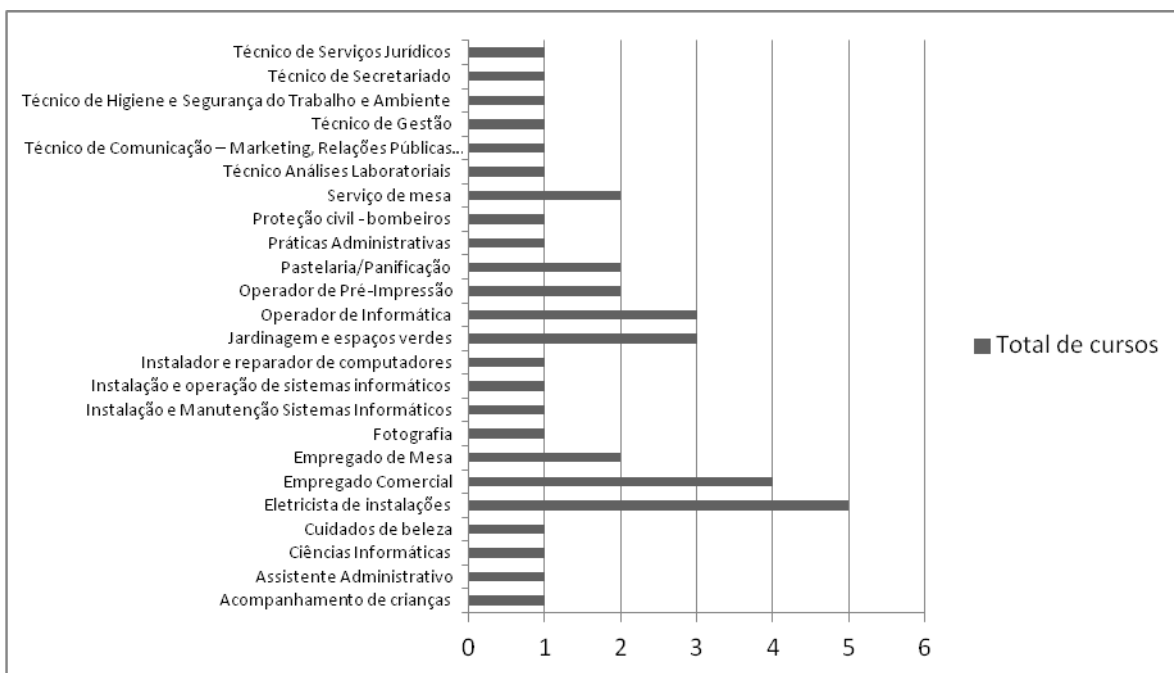
Os cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) passaram a estar ao cargo dos Centro de Novas Oportunidades (CNO), em 2009. Estes cursos são uma oferta de educação e formação para adultos que queiram aumentar as suas qualificações. Desenvolvem-se segundo percursos de dupla certificação (escolar e profissional). O nível B1 destina-se a adultos que ainda não possuem o 1º ciclo do ensino básico, não tivemos acesso aos dados relativo ao ano 2009/2010. O nível B2 a adultos que já detenham o 1º ciclo do ensino básico e queiram concluir o 2º ciclo do ensino básico, nesse ano letivo, 4 escolas dispunham deste nível de certificação. O nível B3 dirige-se a adultos que já detenham o 2º ciclo do ensino básico e que pretendam concluir o ensino secundário, existindo também 4 escolas da rede pública a disponibilizar este serviço, sabendo que uma das áreas de formação era a informática, mas não tivemos acesso às outras áreas formativas.

CEF ministrados no Concelho no ano letivo 2009/2010



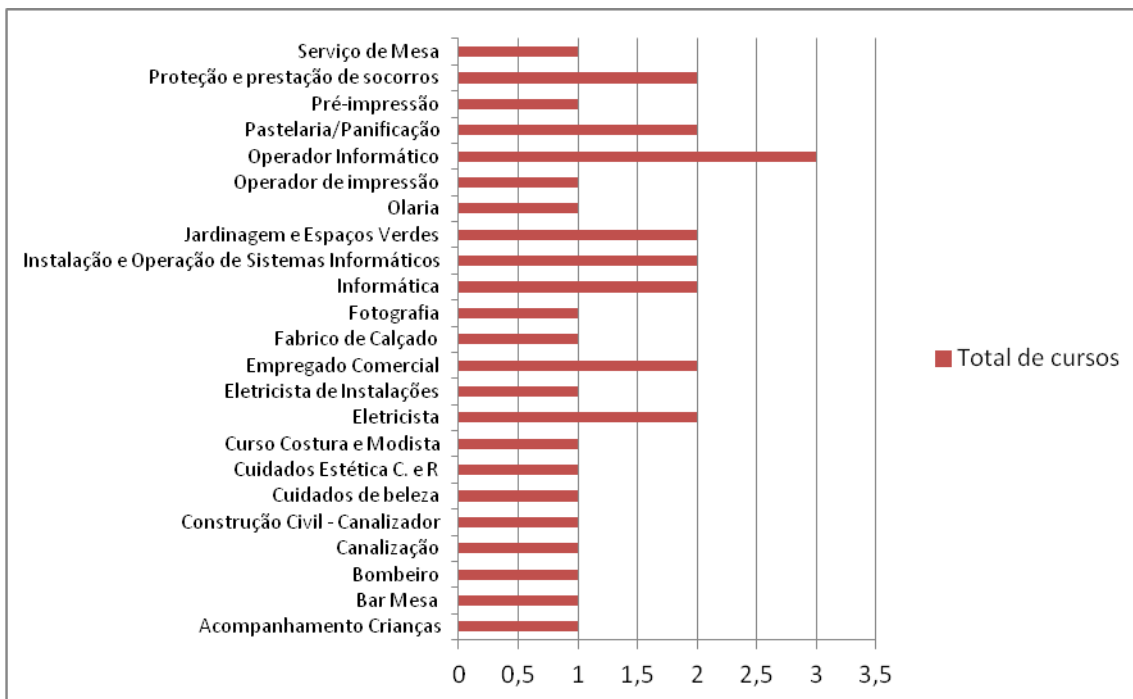
No concelho no ano letivo 2009/2010 houve uma maior procura dos cursos de operador de informática e de eletricista de instalações.

**CEF ministrados no Concelho no ano letivo 2010/2011**



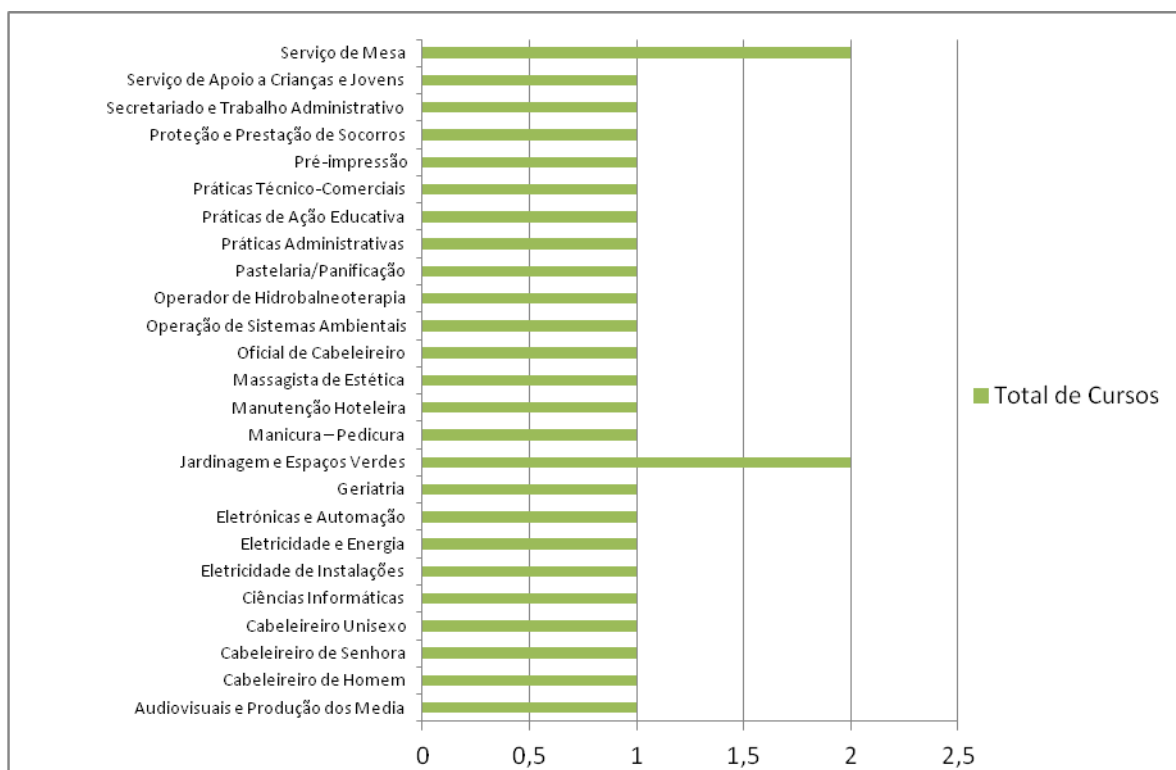
Em 2010/2011 manteve-se a oferta no curso de Eletricista de Instalações e aumentou-se a oferta no curso de Empregado Comercial.

**CEF ministrados no ano letivo 2011/2012**



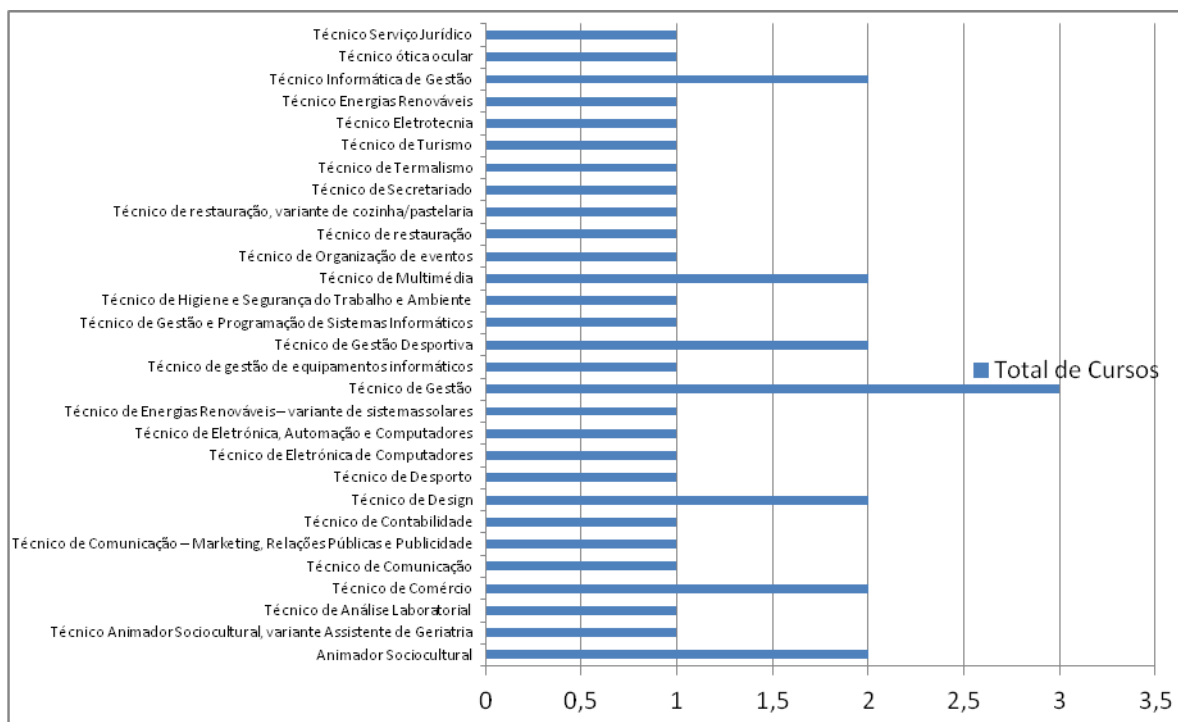
Manteve-se a oferta no curso de Operador de Informática e diminui-se a oferta no curso de Eletricista de Instalações, por provavelmente já não estar a satisfazer os interesses dos formandos.

#### CEF ministrados no Concelho ano letivo 2012/2013



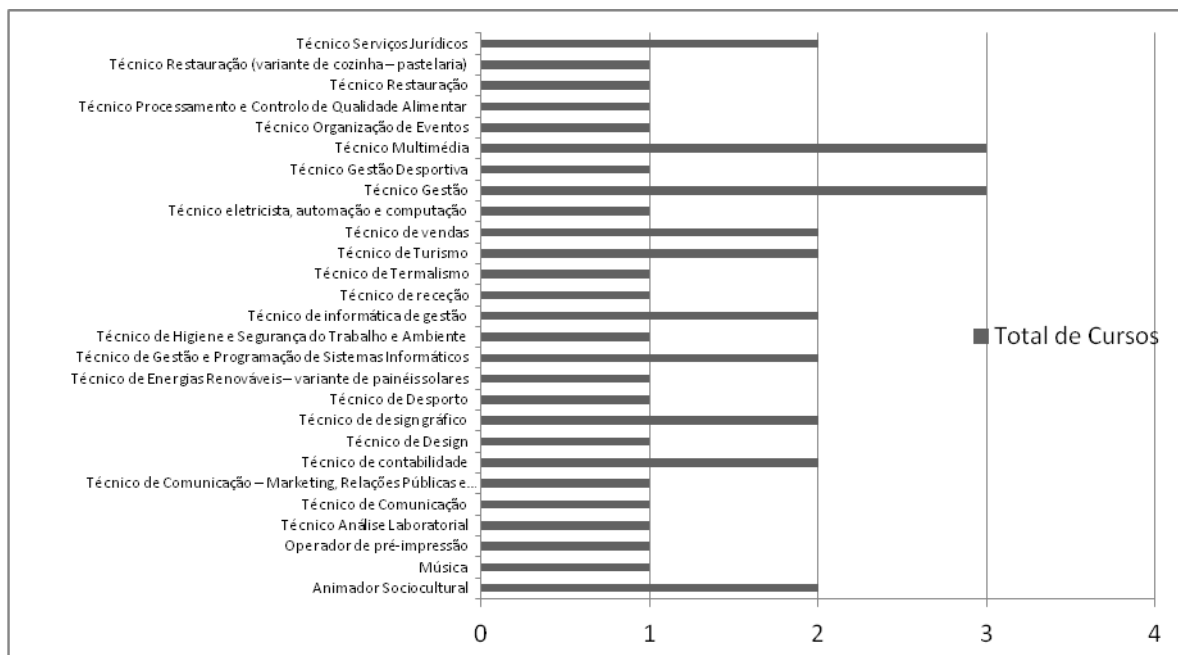
No ano letivo 2012/2013 apostou-se mais na oferta nos cursos de Serviço de Mesa e Jardinagem e Espaços Verdes. Estes cursos são ministrados em estabelecimentos de ensino da rede pública, particular e cooperativa, nos Centros de Formação Profissional do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e outras entidades formadoras acreditadas.

CP ministrados no Concelho no ano letivo 2009/2010



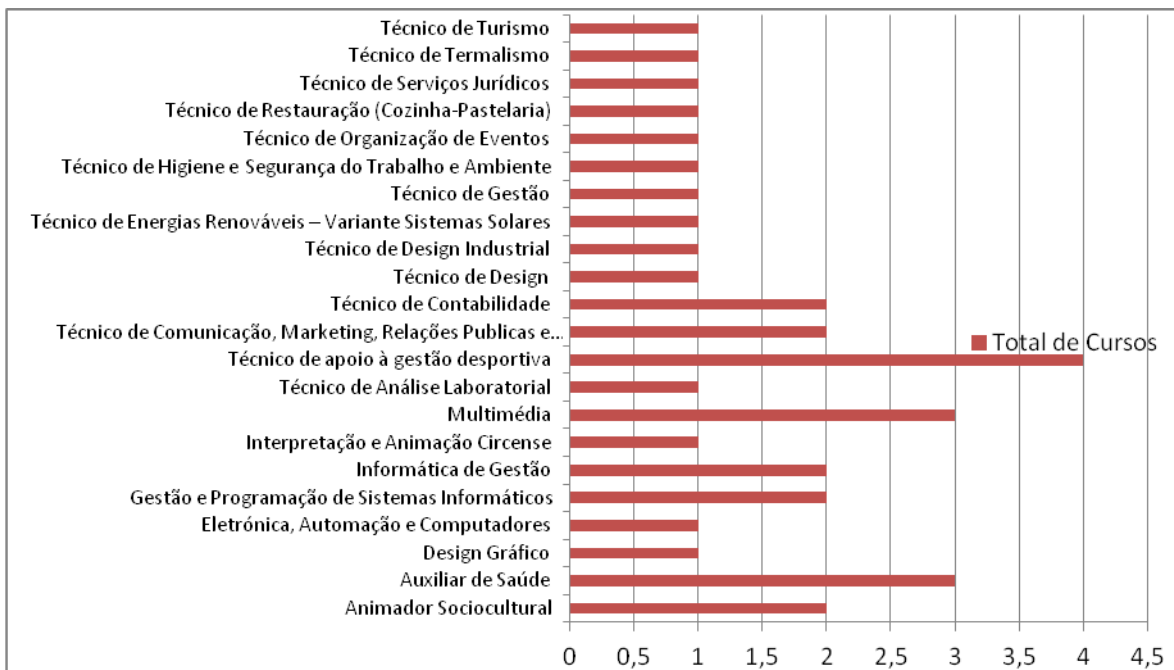
O curso privilegiado no ano letivo 2009/2010 foi o curso de Técnico de Gestão.

CP ministrados no Concelho ano letivo 2010/2011



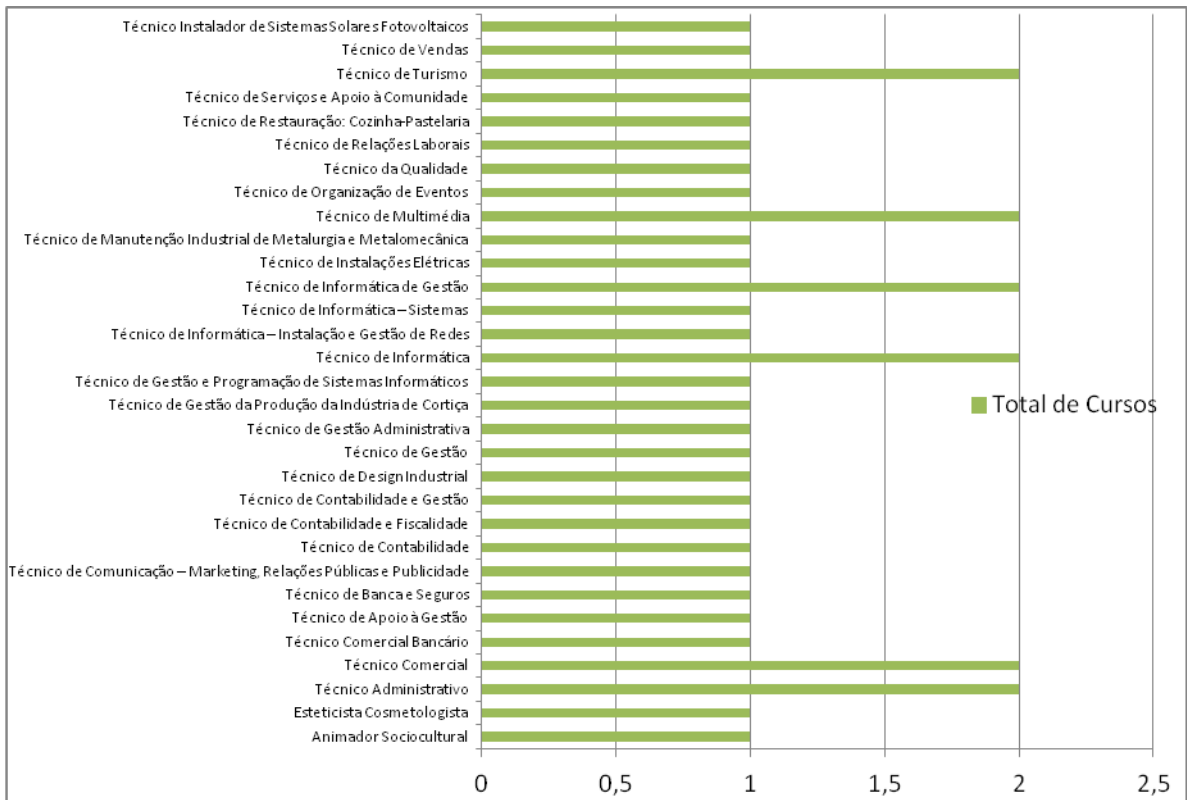
Em 2010/2011 manteve-se a oferta no curso de Técnico de Gestão e aumentou-se a oferta no curso de Técnico de Multimédia.

CP ministrados no Concelho no ano letivo 2011/2012



No ano letivo 2011/2012 manteve-se a oferta no curso de Multimédia e aumentou-se a oferta de Técnico de apoio à gestão desportiva e em relação ao ano letivo anterior adicionaram à oferta formativa o curso de Auxiliar de Saúde.

CP ministrados no concelho no Concelho no ano letivo 2012/2013



No ano letivo 2012/2013 existiu uma diversificada oferta de cursos, sendo a oferta maior nos cursos de Técnico de Turismo, Técnico de Multimédia, Técnico de Informática, Técnico Comercial e Técnico Administrativo.



Oferta Formativa (2012-2013)			
Entidade	EFA/DC	CEF	Cursos Profissionais
	Cursos a propor	Cursos a propor	Cursos a propor
Agrupamento de Escolas de Argoncilhe	Técnico de Cozinha e Pastelaria	Serviço de Mesa	
Agrupamento de Escolas de Arrifana e Milheirós de Poiares		Pastelaria/Panificação	
Agrupamento de Escolas Dr Ferreira de Almeida		Jardinagem e Espaços Verdes	
Agrupamento de Escolas de Fiães	Técnico de Instalações Elétricas	Eletricidade de Instalações	Animador Sociocultural
	Técnico de Cerâmica		Técnico de Informática de Gestão
	Técnico de Sistemas Solares Técnicos		Técnico de Turismo
Agrupamento de Escolas de Lobão		Pré- Impressão	
Agrupamento de Escolas Paços de Brandão	Técnico de Informação e Animação Turística	Jardinagem e Espaços Verdes	
Escola Secundária c/ 3º CEB de Santa Maria da Feira	Técnicas de Cozinha/Pastelaria		Técnico de Organização de Eventos
			Técnico de Contabilidade
			Técnico de Multimédia
			Técnico de Restauração: Cozinha-Pastelaria
			Técnico de Design Industrial
			Técnico de Informática Gestão
Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas			Técnico de Turismo
			Técnico de Instalações Elétricas
			Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos
			Técnico de Multimédia
Escola Profissional de Paços de Brandão			Técnico Gestão
			Técnico de Comunicação – Marketing, Relações Públicas e Publicidade

Oferta Formativa (2012-2013)			
Entidade	EFA/DC	CEF	Cursos Profissionais
	Cursos a propor	Cursos a propor	Cursos a propor
Cincork – Centro de Formação Profissional da Indústria da Cortiça			Técnico de manutenção Industrial de Metalurgia e Metalomecânica
			Técnico de Gestão da Produção da indústria da Cortiça
			Técnico da Qualidade
Decel – Centro de Formação Santa Isabel		Oficial de Cabeleireiro	Técnico de Contabilidade e Gestão
			Técnico de Gestão Administrativa
			Técnico de Informática
			Técnico de Serviços e Apoio à Comunidade
			Técnico Comercial
Feirensino		Audiovisuais e Produção dos Media	Técnico Administrativo
		Ciências Informáticas	Técnico Instalador de Sistemas Solares Fotovoltaicos
		Eletrónicas e Automação	
		Secretariado e Trabalho Administrativo	
		Eletricidade e Energia	
		Serviço de Apoio a Crianças e Jovens	
ABC do Cabeleireiro e da Estética – escola Profissional de cabeleireiros e Estética, Lda (pólo de Santa Maria da Feira)		Cabeleireiro de Senhora	Esteticista Cosmetologista
		Cabeleireiro de Homem	
		Cabeleireiro Unisexo	
		Manicura – Pedicura	
		Massagista de Estética	
Winet Institute – Centro de Formação			Técnico Comercial
			Técnico de Vendas
			Técnico de Informático
Academia APAMM – Centros de Formação	Artesanato	Geritria	
	Trabalho Social e Orientação	Manutenção Hoteleira	
	Floricultura e Jardinagem	Operação de Sistemas Ambientais	
	Floricultura e Jardinagem	Operação de Sistemas Ambientais	
		Proteção e Prestação de Socorros	
		Práticas Administrativas	
		Práticas Técnico-Comerciais	
		Práticas de Ação Educativa	
SISEP – Sindicato dos Profissionais de Seguros de Portugal (pólo de Santa Maria da Feira)			Técnico de Informática – Instalação e Gestão de Redes
			Técnico de Informática – Sistemas
			Técnico de Contabilidade e Fiscalidade
			Técnico de Apoio à Gestão
			Técnico Comercial Bancário
			Técnico de Banca e Seguros
		Técnico de relações Laborais	

O concelho de Santa Maria da Feira possui duas instituições de ensino particular, o Instituto Superior de Paços de Brandão (ISPAB) e o Instituto Superior de Entre Douro e Vouga (ISVOUGA), que asseguram 8 Licenciaturas, 11 Pós-Graduações, 6 cursos de Formação Avançada/Continua, 22 cursos de Formação Modular Certificada e 5 Cursos de Especialização Tecnológica (CET's). Apresentam um total de 2 983 alunos.

O ISPAB aposta em áreas nos domínios das ciências da gestão e da administração, da comunicação e das engenharias e tecnologias. Dotado do modelo pedagógico teórico-prático, os cursos ministrados são direcionados para responder às várias saídas profissionais, formando técnicos polivalentes e especializados. É uma instituição que promove o espírito de cidadania, de respeito e a promoção e realização do indivíduo, defendendo o “saber saber”, ao “saber fazer” e ao “saber ser”.

O ISVOUGA disponibiliza cursos nas áreas das ciências empresariais, ciências da comunicação, ciências jurídicas e tecnologias. Dão prioridade ao combate ao insucesso escolar e à promoção de currículos versáteis e diferenciados para os alunos, preocupando-se com a integração e mobilidade profissional dos estudantes.

Ambas as instituições propõem-se a criar e reforçar competências capazes de impulsionar o desenvolvimento económico e social do país e da região em que se inserem.

Ensino Superior				
Entidade	Licenciaturas	Pós-graduações	CETS	Formação contínua
ISVOUGA - Instituto Superior de Entre o Douro e Vouga	Contabilidade	Ciências da Comunicação (ramos marketing e publicidade/relações públicas)	Técnicas de Gestão Comercial e Marketing	Adobe Photoshop
	Gestão de Empresas	Finanças	Produção industrial	Alemão
	Engenharia de Produção Industrial	Gestão da Qualidade	Técnicas de Contabilidade e Finanças	Curso de Preparação para o Exame da OTOC
	Marketing, Publicidade e Relações Públicas	Solicitadoria	Técnico Especialista em Banca e Seguros	Excel
	Solicitadoria	Tecnologias da Informação e da Comunicação		Imposto sobre Imóveis
		Direção Comercial e Marketing		Inglês de Negócios
		Gestão		Metodologias de Investigação Científica
		Técnico Superior de Segurança e Higiene no Trabalho		Técnicas de Apresentação
		Ciências Empresariais		
		Programação para plataformas e-mobile		
ISPAB - Instituto Superior de Paços de Brandão	Gestão e Contabilidade	Supervisão Pedagógica		Unidades Curriculares Isoladas



	Marketing, Publicidade e Relações Públicas	Administração Escolar		Formação Modular Certificada
		Gestão Ambiental		Formação Contínua e Profissional
		Gestão Financeira		Formação Pedagógica de Formadores
		Gestão da Qualidade		

Cursos ministrados no ISPAB e ISVOUGA

	Licenciaturas	Pós-graduações	Formação Avançada/Contínua	Formação Modular Certificada		CET's
Instituto Superior de Paços de Brandão (ISPAB)	Engenharia Química	Gestão Ambiental	Curso de Preparação para o Exame de Ingresso na Inspeção Tributária	Animação e Dinamização de Atividades para Crianças	Informática	
	Gestão e Contabilidade	Gestão Financeira	Curso de Preparação ao Exame de Acesso à OTOC	Acompanhamento de Crianças	Internet	
	Marketing, Publicidade e Relações Públicas	Gestão da Qualidade	Legislação Laboral - As recentes alterações ao Código do Trabalho	Serviços de Apoio a crianças e Jovens	Comunicação	
		Higiene e Segurança no Trabalho	Direito da Empresa e dos Negócios	Inglês	Recursos Humanos	
		Marketing de Eventos		Espanhol	Direito	
		Marketing e Assessoria de Comunicação		Francês	Legislação Laboral e Comercial	
				Gestão de Empresas	Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde do Trabalho	
				Gestão de Eventos / Marketing	Proteção de Pessoas e Bens	
				Gestão do Tempo	Socorrismo	
				Contabilidade	Ambiente	
			Fiscalidade	Expressão Dramática, Corporal, Vocal e Verbal		
Instituto Superior de Entre Douro e Vouga (ISVOUGA)	Solicitadoria	Marketing Digital e Comércio Eletrónico	Curso de formação em insolvência e recuperação de empresas e de pessoas singulares			Técnicas de Gestão Comercial e Marketing
	Gestão de Empresas	Direção e Gestão da Força de Vendas	Curso de preparação para o exame da OTOC			Produção Industrial
	Contabilidade	Gestão de Projetos				Técnicas de Contabilidade e Finanças

	Marketing, Publicidade e Relações Públicas	Programação Para Plataformas Mobile				Técnico(a) Especialista em Banca e Seguros
	Engenharia de Produção Industrial	Finanças				Gestão de Turismo

Distribuição de alunos por ano letivo no Ensino Superior em função da Instituição

Instituto/Escola	Nº de alunos				
	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	Total
ISPAB	151	142	98	82	473
ISVOUGA	706	656	624	524	2510
Total	857	798	722	606	2983

Tem-se verificado uma diminuição no número de alunos, entre o ano letivo 2009/2010 e 2012/2013, uma quebra de cerca de 250 alunos, 29.29%.

No concelho existe uma Universidade Sénior, a Academia De Cultura e Cooperação fundada em 1996. Estas instituições são "a resposta socioeducativa, que visa criar e dinamizar regularmente atividades sociais, culturais, educacionais e de convívio, preferencialmente para e pelos maiores de 50 anos. Quando existirem atividades educativas será em regime não formal, sem fins de certificação e no contexto da formação ao longo da vida", criando um sentimento nestas pessoas de utilidade, participação e que ainda se encontram ativos socialmente.

Nº de inscritos na Universidade Sénior do Concelho

Universidade Sénior	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013
Academia De Cultura E Cooperação				

4. Estruturas locais/municipais de apoio, redes de parcerias (instituições, departamentos, equipamentos, agentes, oportunidades...) e projetos socioeducativos existentes no Município

A Rede Social foi criada através da Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, de 18 de novembro, sendo um programa que promove o desenvolvimento social local e tem como objetivo criar redes de apoio social, envolvendo toda a comunidade para resolver os seus problemas sociais. Esta Rede Social concretiza-se com a criação do Conselho Local de Ação Social (CLAS) e do Núcleo Executivo. O CLAS enquadra-se nos objetivos definidos no Artigo 1º da Resolução do Conselho de Ministros e no Artigo 3º do Decreto-Lei nº 115/2006, nomeadamente:

- a) Desenvolver uma parceria intersectorial dinâmica;
- b) Dinamizar um planeamento integrado e sistemático do desenvolvimento social;
- c) Promover a eficácia das respostas sociais existentes;
- d) Fomentar a qualificação da intervenção social local.

O CLAS é constituído por um grupo de representantes de entidades públicas e privadas, sendo elas:

- Entidades Concelhias;
- 21 Juntas de Freguesia de acordo com a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias do Território Nacional de acordo com a publicação da Lei nº11-A/2013, de 28 de janeiro;
- Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's);
- Conferências Vicentinas.

Os parceiros têm como principal função analisar os problemas sociais do Concelho e procurar soluções necessárias, mediante a responsabilização e a participação das várias entidades.

Por outro lado, o Núcleo Executivo da Rede Social é composto pelos representantes das seguintes entidades:

- Câmara Municipal de Santa Maria da Feira Resende;
- Centro de Saúde de Santa Maria da Feira;
- Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Santa Maria da Feira;
- Junta de Freguesia de Lourosa;
- Centro Social Padre José Coelho e (Fiães);
- Isvouga.

Este grupo é mais operativo e é responsável pelo desenvolvimento de todas as ações.

As competências do CLAS estão inscritas no Artigo 26º do Decreto-Lei nº 115/2006:

- Aprovar o seu regulamento;
- Constituir o núcleo executivo;
- Criar grupos de trabalho temáticos, sempre que considerados necessários para o tratamento de assuntos específicos;
- Fomentar a articulação entre os organismos públicos e entidades privadas sem fins lucrativos, visando uma atuação concertada na prevenção e resolução dos problemas locais de exclusão social e pobreza;
- Promover a realização participada de um diagnóstico Social e de um Plano de Desenvolvimento Social do Concelho (PDS);
- Aprovar e difundir o diagnóstico e o PDS, assim como os respetivos planos de ação anuais;
- Promover a participação num sistema de informação nacional a disponibilizar pelo ISS, IP;
- Avocar e deliberar sobre qualquer parecer emitido pelo Núcleo Executivo;
- Tomar conhecimento de protocolos e acordos celebrados entre o Estado, as autarquias, as instituições de solidariedade social e outras entidades que atuem no concelho;
- Apreciar as questões e propostas que sejam apresentadas pelas CSF, ou por outras entidades, e procurar as soluções necessárias mediante a participação de entidades competentes representadas, ou não, no CLAS;



- Avaliar, periodicamente, a execução do plano de desenvolvimento social e dos planos de ação;
- Promover ações de informação e formação e outras iniciativas que visem uma melhor consciência coletiva dos problemas sociais;

Submeter à decisão das entidades competentes as questões e propostas que não se enquadrem na sua área de intervenção.

#### IPSS's com Educação Pré-Escolar

IPSS's com Educação Pré-Escolar	Freguesias
Associação de Bem-estar de Santa Maria de Lamas	Santa Maria de Lamas
Associação do Centro Social de Escapães	Escapães
Casa Nossa Senhora do Sameiro	S. Paio Oleiros
Masspo - Movimento de Apoio Social a S. Paio de Oleiros	
Centro de Apoio Social de Mozelos	Mozelos
Centro de Assistência Social à Terceira Idade e Infância de Sanguedo	Sanguedo
Movimento de Assistência, Cultura, Urbanismo e Recreio "Macur"	Rio Meão
Centro Social de Santa Maria de Fiães	Fiães
Centro Infantil de Fiães	
Centro Social DR. Crispim Teixeira Borges de Castro	Milheirós de Poiares
Centro Social de Paços de Brandão	Paços de Brandão
Centro Social Paroquial de Argoncilhe	Argoncilhe
Centro Social Paroquial de Arrifana	Arrifana
Centro Social Paroquial de Sanfins	Sanfins
Centro Social Paroquial de Romariz	Romariz
Cruzada do Bem Patronato Amor de Deus	S. João de Ver
Centro Social e Paroquial de Santa Maria da Feira	Santa Maria da Feira
Centro Infantil de Santa Maria da Feira	
Associação de Solidariedade Social – Padre Osório	Pigeiros

#### Escolas Profissionais/ Centros Formação

Escolas Profissionais/Centro Formação	Freguesias
Escola Profissional de Paços de Brandão	Paços de Brandão
Centro de Formação Profissional de Rio Meão	Rio Meão
Centro de Formação Terras de Santa Maria	Arrifana
Cincork – Centro de Formação Profissional Indústria de Cortiça	Santa Maria de Lamas
DECEL	Santa Maria da Feira

#### CERCIS

CERCIS	Freguesias
CERCIFEIRA – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas	Santa Maria da Feira
CERCILamas – Cooperativa p/ Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas	Santa Maria de Lamas

#### Centros Novas Oportunidades - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

Centros Novas Oportunidades	Freguesias
Centros Novas Oportunidades de Santa Maria da Feira	Santa Maria da Feira
Centros Novas Oportunidades de Fiães	Fiães
Escola Profissional de Paços de Brandão	Paços de Brandão
Centro Novas Oportunidades do Cincork	Santa Maria de Lamas

#### Ensino Superior – Licenciaturas e Pós Graduações

Ensino Superior	Freguesias
ISPAB	Paços de Brandão
ISVOUGA	Santa Maria da Feira

#### Outras Entidades com Responsabilidade na Educação

Entidade	Local
CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco	Santa Maria da Feira
PETI – Plano para a Eliminação da exploração de Trabalho Infantil	S. João da Madeira

#### Roteiro dos Espaços Educativos

Entidade	Local
Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira	Santa Maria da Feira
Centro de Ciência Viva – Visionarium	Santa Maria da Feira
Escola de Educação Rodoviária	Fiães
Castelo de Santa Maria da Feira	Santa Maria da Feira
Zoo de Lourosa – Parque Ornitológico de Santa Maria da Feira	Lourosa
Museu Convento dos Lóios	Santa Maria da Feira
Museu de Santa Maria de Lamas	Santa Maria de Lamas
Museu do Papel Terras de Santa Maria	Paços de Brandão
Centro de Recursos Educativos Municipal	Lobão

Os projetos socioeducativos promovidos pelo Município encontram-se estruturados por quatro eixos prioritários de intervenção:

#### 1.º Eixo – Reabilitação do Parque Escolar

O Município de Santa Maria da Feira tem um programa de requalificação, construção e modernização do parque escolar com base na Carta Educativa, que visa revolucionar o concelho em termos de rede escolar e equipamentos educativos. A meta é a criação de centros escolares modernos, quer através de construções de raiz, quer através da requalificação dos edifícios já existentes, de forma a garantir a igualdade no acesso a um ensino pré-escolar e ensino básico de qualidade e promotor do sucesso educativo ao longo da vida, sem descurar a requalificação dos recreios e parques infantis dos estabelecimentos de ensino.



**Projeto Parques Escolares** Este projeto pretende rentabilizar os espaços exteriores das escolas e respetivos recreios para as aulas de Atividade Física e Desportiva, no âmbito das atividades de enriquecimento curricular, assim como embelezar a própria escola. Deste modo, pretende-se realizar a marcação de campos, pistas de atletismo, jogos tradicionais e de coordenação, para apoio ao professor de Atividade Física e Desportiva e para substituir o pavilhão para as aulas desta disciplina.

**Manutenção de Parques Infantis / Espaços de Jogo e Recreio** No âmbito de uma maior segurança e salubridade nos espaços de jogo e recreio dos jardins-de-infância do concelho, serão realizadas vistorias periódicas a todos estes espaços.

**Plano de Segurança nas Escolas** O Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, em colaboração com o Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil e Ambiente, continua a levar a cabo um esforço redobrado para dotar os edifícios escolares com sistemas de segurança eficazes.

**Medida 1.1 - Construção de novas salas para a educação pré-escolar** As propostas de atuação quanto à construção de salas para o pré-escolar encontram-se justificadas na carta Educativa e têm como base as baixas taxas de pré-escolarização e a existência de instalações degradadas. Pretende-se, ainda, concluir a colocação de pavimento sintético e dos parques infantis em todos os jardins-de-infância concelhios, outra etapa essencial para uma maior segurança e qualidade escolar das nossas crianças.

**Medida 1.2 - Ampliação de escolas do 1.º ciclo** A qualificação e modernização do primeiro ciclo de ensino básico é uma das grandes prioridades da política educativa, quer governamental, quer concelhia. O aumento do tempo de permanência nas escolas, por parte dos alunos, e a diversidade de atividades complementares implica que as escolas continuem a ser dotadas de estruturas de apoio, nomeadamente refeitórios, polivalente, recreios qualificados, etc. Assim, no âmbito da requalificação e modernização do parque escolar do 1º ciclo do ensino básico, e com vista a melhorar a qualidade das aprendizagens e as condições de socialização, com a conseqüente aposta no sucesso educativo e dignificação das nossas escolas, continuam a decorrer algumas remodelações e ampliações em diversos estabelecimentos de ensino. Todas as intervenções visam criar condições para que as escolas possam funcionar com um mínimo de quatro turmas e em regime normal, dotar as escolas de equipamentos socioeducativos e reduzir o número de salas modulares.

**Reforçar as novas tecnologias - Programa SALA +** A escola de hoje é uma escola cada vez mais exigente, necessitando de ser apetrechada de acordo com as novas tecnologias. Deste modo, ao ser mais exigente e participativa, a escola deve ser, também, mais aberta à evolução tecnológica que se tem registado. Com o intuito de responder às novas necessidades e no sentido de tornar a escola mais apelativa, a autarquia pretende continuar a desenvolver um projeto de apetrechamento das escolas e jardins-de-infância, através da aquisição de mais material e novos recursos, a saber: dotar todas as escolas do 1º ciclo de quadros interativos e internet *wireless*, a renovação e apetrechamento de equipamento tecnológico e software pedagógico interativo e a colocação de computadores em todas as salas de aula.

**Medida 1.3 - Construção de novas escolas de 1.º ciclo – Centros Escolares** A construção de novas escolas tem como finalidade substituir edifícios degradados ou prover a fusão de pequenas escolas sem condições ou permitir que todas as turmas funcionem em regime normal. Cientes de que a sociedade de hoje exige uma aposta clara na educação e formação das novas gerações, e que a escola atual tem que dar uma resposta eficaz às novas exigências do sistema educativo e contribuir para o sucesso e desenvolvimento harmonioso dos nossos jovens, a autarquia tem, cada vez mais, assumido competências na área da educação.

## **2º EIXO – Combate ao Abandono e ao Insucesso Escolar**

**Promoção de programas/Projetos que visem combater o abandono e insucesso escolar.** No âmbito do combate ao abandono e insucesso escolar, é necessário articular uma rede de oferta formativa mais diversificada e coerente com a realidade económico-social do concelho, estando prevista a elaboração de um guia municipal digital da oferta educativa e formativa. Como medidas de combate ao insucesso escolar e à saída precoce do sistema educativo, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira pretende, também, desenvolver os seguintes programas/projetos:

### **Ação Social Escolar**

**Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico** A Divisão de Educação propõe-se, mediante candidatura anual realizada pelos encarregados de educação, a apoiar financeiramente os agregados familiares mais carenciados. Estes apoios destinam-se à aquisição de manuais, material escolar e didático, refeições e regime de fruta escolar.

**Bolsas de Estudo – Ensinos Secundário e Superior** No seguimento dos anos transatos, a autarquia irá conceder bolsas de estudo que têm como objetivo possibilitar a prossecução dos estudos aos jovens residentes no concelho de Santa Maria da Feira, promovendo uma efetiva igualdade de oportunidades. As bolsas de estudo serão concedidas em reunião de Câmara, depois do parecer técnico e do parecer do Conselho Municipal de Educação, considerando-se a carência socioeconómica e a ponderação global da situação concreta de cada candidato.

**Fornecimento de Refeições Escolares** O fornecimento de refeições escolares é uma medida que promove positivamente as condições de aprendizagem, uma vez que contribui para a adoção de uma alimentação mais equilibrada e adequada às necessidades da população escolar. Ao nível do 1.º ciclo, temos o Programa de Generalização do Fornecimento das Refeições Escolares, o qual promove o fornecimento de refeições a todos os alunos interessados, dando prioridades aos alunos carenciados. Diariamente são fornecidas, uma média de 5475 refeições escolares a alunos da educação pré-escolar e aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico. Estas refeições são confeccionadas nas cantinas escolares da autarquia, nas Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho e em Escolas EB 2/3 protocoladas.

### **Aquisição de Bens - salas de refeição**

**Fardamento** Com vista a garantir o apoio às salas de refeição fornecidas por IPSS's e Escolas EB 2,3, a Câmara Municipal possui Assistentes Operacionais que acompanham os alunos nos refeitórios das EB do 1º Ciclo e Jardins de Infância. Ao nível das IPSS'S a Câmara Municipal disponibiliza apoio para a elaboração das ementas a implementar, bem como o apoio ao nível de ações de formação para as funcionárias ao serviço nas cozinhas. São também planificadas visitas aos locais, havendo no final de cada visita a elaboração de um relatório, mencionando os pontos críticos e as medidas corretivas a implementarem. Ao nível das escolas servidas pela GERTAL, são planificadas visitas a fim de verificar o cumprimento de todas as alíneas do caderno de encargos.

**Materiais - Higienização das mãos /materiais e equipamentos / materiais e equipamentos de limpeza** Antes das refeições escolares é necessário salvaguardar que, os alunos procedam à correta lavagem das mãos, pelo que é essencial disponibilizar sabonete líquido e toalhetes de papel. Estas medidas tiveram início no ano letivo 2009/10, com a contingência da Gripe A e devem ser mantidas, uma vez que são essenciais às rotinas adequadas de higiene pessoal. É necessário ainda assegurar a distribuição de louça, escurdores da louça, toalhetes de papel e guardanapos nas salas de refeição, bem como equipar as salas com caixotes do lixo, armários para os produtos de limpeza e máquinas de lavar louça, bem como de todos os materiais e equipamentos essenciais à limpeza e desinfeção das salas de refeição não concessionadas.

**Regime de Fruta Escolar (RFE)** Com o intuito de promover hábitos alimentares adequados para a saúde das populações mais jovens, visando contribuir para a redução dos custos sociais e económicos associados a regimes alimentares menos saudáveis, o gabinete de planeamento e políticas do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, através da portaria n.º 1242/ 2009, de 12 de Outubro de 2009, propõe o desenvolvimento do Regime de Fruta Escolar. Segundo a Estratégia Nacional (2010/2013), propõe-se a disponibilização dos produtos, duas vezes por semana à população escolar do 1.º CEB. Sendo assim, os produtos elegíveis para este período são: maçã, pêra, clementina, tangerina, laranja, banana, cereja, uvas, ameixa, pêsego, cenoura e tomate, devendo estes obedecer aos regimes públicos de qualidade certificada de produção integrada, de modo de produção biológico, de denominação de origem protegida, de indicação geográfica protegida ou de produção integrada. Para além da distribuição gratuita por todos os alunos das EB1's, este regulamento prevê ainda apoio para a dinamização de medidas de acompanhamento, com vista a promover o consumo dos produtos elegíveis.

**Projeto “Educar em Alimentação”** A alimentação é, sem dúvida, um fator ambiental essencial à promoção da saúde, estando relacionada com a prevenção ou desenvolvimento de determinadas doenças, nomeadamente a obesidade, a diabetes, doenças cardiovasculares e certos tipos de cancro. A autarquia tem assim como objetivo a sua atuação no âmbito da educação alimentar e, com isso, melhorar a saúde dos seus munícipes, propondo a dinamização de palestras pelos diferentes locais do concelho, nas seguintes áreas: **Ao nível da Saúde Escolar:** educação alimentar com alunos, pais e encarregados de educação; aconselhamento alimentar e nutricional de crianças com excesso de peso ou outras patologias, como por exemplo doença celíaca, diabetes, hipercolesterolemia, entre outras; ações de formação com educadores e

outros funcionários do estabelecimento de educação sobre alimentação saudável. **Ao nível da Saúde do Idoso:** educação alimentar com idosos sobre a prática de uma alimentação saudável na idade sénior. **Ao nível da Saúde do Adulto:** educação alimentar dirigida à população.

**Comemorações “Dia Mundial da Alimentação”** A obesidade infantil é um dos maiores problemas do dia de hoje. Segundo dados atuais, o número de crianças com excesso de peso continua a aumentar, o que traz transtornos a vários níveis: na saúde, na autoestima, no desenvolvimento físico e intelectual. Assim, e no sentido de colaborar na luta contra a obesidade em crianças e jovens, realizar-se-á ao longo do mês de Outubro, no âmbito das comemorações do dia Mundial da Alimentação, uma sessão de sensibilização, por agrupamento de escolas, junto dos encarregados de educação, com o objetivo de sensibilizá-los para a mudança de atitudes e comportamentos, face à alimentação, alertando para a importância da alimentação na saúde. Compete aos agrupamentos de escolas: propor a data, hora e local, bem como divulgar a sessão, junto das coordenadoras de cada escola, no sentido de mobilizar os respetivos encarregados de educação. Estas ações serão agendadas, de acordo com a ordem de chegada das respetivas solicitações.

**Fundação Sanitus – Projecto em Saúde Pública “Balança da Saúde” ou Vita-Balance** Trata-se de um projeto que pretende difundir um novo conceito educativo de “saúde global”, através de um ensino em rede, visando nomeadamente modificar comportamentos sobre hábitos alimentares e exercício em estudantes do ensino básico, com o principal objetivo de prevenir a obesidade, a diabetes infantil e as doenças cardiovasculares no adulto. Tem como base a implementação de ações de formação, ações de sensibilização e criação de material pedagógico a partir de um poster com um ator principal (EU-R-EKO = modelo a seguir) e baseia-se na conceptualização de 4 pirâmides e o enfoque na importância do equilíbrio entre uma alimentação correta, atividade física adequada e correspondente e estabelecimento de comportamentos/consumos sustentáveis e de longa duração. Este projeto pretende constituir-se como um novo instrumento de educação básica para a criança de 8 anos, sendo um meio transmissor de aspetos essenciais na promoção e educação para a saúde, com base no conceito de equilíbrio para a saúde, ou seja, a VITA-BALANCE.

**Projeto “Práticas Seguras em Salas de Refeição”** Manual de Procedimentos para as Salas de Refeição, onde se encontrem definidas as operações de higienização das instalações, equipamentos e utensílios definindo o plano de higiene para cada uma das zonas e equipamentos, no qual ficará reunida toda a informação relativa à forma como devem ser realizadas as operações de limpeza e desinfeção, definindo dosagens, bem como os responsáveis pela higienização. No entanto e para salvaguardar a conformidade das ações de limpeza e desinfeção efetuadas, de acordo com o que está previsto no plano de higienização, serão planificadas e agendadas visitas às escolas, de modo a verificar o cumprimento do plano estipulado.

**Programa de Transportes Escolares** De acordo com o Decreto-Lei n.º 299/84, de 05 de Setembro, compete aos municípios assegurar o transporte dos alunos entre a sua residência e o local dos estabelecimentos de ensino aos alunos dos ensinos básico e secundário, desde que residam a mais de 3 ou 4 km dos estabelecimentos de ensino, respetivamente sem ou com refeitório. O referido transporte escolar é gratuito para os alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória e

comparticipado em 50% para os alunos do ensino secundário. No entanto, quando os alunos frequentam estabelecimentos de ensino fora das áreas de influência pedagógica, é apenas concedido passe escolar aos alunos: que não tenham vaga no curso pretendido na área de influência pedagógica; comprovem que as escolas que pretendem têm um curso diferente dos existentes na área de influência pedagógica; desde que frequentem a escola mais próxima. Este programa também abrange os alunos com necessidades educativas especiais (exceto aqueles que residam a uma distância inferior à referida anteriormente, ou os que frequentam as escolas de referência, pois nestas duas situações compete ao Ministério da Educação assegurar o transporte). De acordo com o Decreto-Lei nº 176/2012 de 2 de Agosto, quando estes alunos frequentam o ensino secundário, têm o transporte totalmente gratuito. O Município é responsável pela organização e pagamento do transporte a mais de 5000 alunos, incluindo também as crianças com necessidades educativas especiais. Estes alunos são transportados por carrinhas de apoio às escolas da autarquia ou por táxis, tendo em conta as necessidades específicas de cada aluno. O planeamento do serviço de transportes escolares é enriquecido pelos contactos permanentes entre os diversos intervenientes/parceiros, de forma a fazer um balanço do serviço que está a ser prestado, verificando se existem anomalias e de que forma poderão ser colmatadas, a fim de prestarmos o melhor serviço aos alunos do Concelho.

**Programa de Apoio à Família – Educação Pré-Escolar** Pretende-se desenvolver com as crianças dos jardins-de-infância um trabalho de expressão corporal, e no desenvolvimento da motricidade fina utilizando diferentes exercícios. As aulas de expressão físico-motora compreendem um trabalho individual e coletivo das crianças. Ao nível individual, os objetivos envolvem o desenvolvimento da criatividade corporal e utilizando as possibilidades que o corpo possui de forma a descobri-las e a desenvolvê-las através dos diferentes exercícios. Essa prática tem como finalidade desenvolver a criatividade, espontaneidade e autonomia de cada criança, bem como desenvolver um trabalho físico de coordenação motora. Ao nível coletivo, os exercícios envolvem atividades simples, que vão desde a prática de alongamentos, expressão dramática, mímica, jogos e simulações ou a exploração espontânea de movimentos corporais. Os objetivos pedagógicos consistem nas atividades de ginástica, psicomotricidade e jogos lúdicos/didáticos, dinâmica de grupos e trabalhos de equipa, o jogo (individual ou em grupo), saber estar, saber ser a sociabilidade (ser bom cidadão). Os jardins-de-infância aderentes ao programa de expressão físico-motora são todos aqueles que têm o Programa de Apoio à Família.

#### **Atividade lúdica dos jardins-de-infância**

**Tertúlia Poética Infantil** Esta atividade pretende desenvolver a curiosidade intelectual, o gosto pelo saber e pela leitura, e promover o convívio inter-geracional entre crianças, família, educadores e assistentes operacionais. Esta atividade consiste numa dramatização/encenação/recitação, de excertos/partes de uma obra infantil com destaque para uma obra nacional e outra concelhia.

**Coro Infantil** Com esta atividade pretende-se demonstrar o trabalho realizado com os alunos das escolas do concelho (jardins de infância e escolas básicas). Os alunos do coro infantil, em representação de toda a comunidade escolar, cantarão em diversos eventos promovidos pelo Município.

**Festa do Halloween** Pretende-se assinalar a abertura do ano escolar com uma festa do Halloween de tradição milenar, com base na pesquisa das diversas origens e tradições em torno desta mítica festa. Esta atividade decorrerá com a participação de alunos de diferentes níveis de ensino e em parceria com os alunos dos cursos profissionais de animação sociocultural e organização de eventos.

**Desfile de Carnaval** Esta atividade visa promover e dinamizar as tradições carnavalescas, apelando à criatividade, imaginação, animação e espírito de associativismo entre a comunidade escolar do nosso concelho. À semelhança de anos anteriores, o desfile de Carnaval pretende envolver toda a comunidade escolar. Podem participar quaisquer entidades do concelho, desde associações, IPSS's e escolas de ensino público e privado.

**Mais Família** Esta atividade, a realizar no Complexo Desportivo do Feirense, visa fortalecer os laços familiares e desenvolver a capacidade recreativa. Deste modo, irá ser organizado um torneio de futebol para pais e mães dos alunos que frequentam o programa de apoio à família. Para além do torneio, estarão igualmente disponíveis jogos de componente desportiva (body combat, hip hop), bem como jogos mais tradicionais (corrida de sacos, o jogo da malha, o jogo do "lencinho", "bom barqueiro", "cabra cega"). Para além destas atividades, serão colocadas diversas barraquinhas com atividades, tais como: "pinta a tua t-shirt", pinturas faciais, fazer marcadores de livros alusivos ao dia da mãe e do pai, realização de vira-ventos. O encontro terminará com um lanche convívio entre todos os participantes.

**ESCOLA+** Esta atividade consiste na mostra dos Projetos Educativos promovidos pela autarquia e pelos agrupamentos de escolas, das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), do Programa de Apoio à Família através de apresentações de palco, de dinâmicas desportivas, de oficinas e da dinamização de jogos.

**Programa de Apoio à Família – 1.º Ciclo** O programa de apoio à família, desenvolvido pelo Grande Sábio, tem a seu cargo assegurar o acolhimento e o prolongamento das crianças na escola antes e após o término das aulas, nas EB1 do concelho de Santa Maria da Feira. Durante este período de tempo os profissionais responsáveis procuram proporcionar às crianças um pleno desenvolvimento das suas capacidades, sendo evidenciada uma clara relação entre as atividades lúdicas e as atividades desenvolvidas no âmbito do ensino, da educação, da saúde e vida cultural.

**Programa de Férias Escolares** A aquisição de uma imagem positiva da escola e o reforço de competências individuais, de criatividade e de sociabilidade, a promoção de uma melhor integração num novo ciclo de escolaridade e a prevenção do abandono escolar e o ingresso precoce no mundo do trabalho, através da ocupação saudável e construtiva do tempo de férias de verão, que proporcionem aos jovens a participação em atividades desportivas, culturais, lúdicas e criativas, são os principais objetivos do programa de férias escolares. Este programa decorre na última quinzena do mês de Junho e a primeira do mês de Julho, nos agrupamentos de escolas do concelho, acolhendo cerca de 1000 alunos oriundos de todas as freguesias.

**Programa de Saúde Escolar** O Programa de Saúde Escolar, através da promoção da saúde oral e rastreios visuais, é fundamental para prevenir graves doenças, nomeadamente nas crianças em risco. O Programa de Saúde Oral é organizado pelo Centro de Saúde de Santa Maria da Feira e o de Rastreios Oftalmológicos pelo Hospital São Sebastião, contando ambos com o apoio da Câmara Municipal. As parcerias encetadas com organismos públicos de saúde são exemplo a nível nacional.

### **3º EIXO – Melhoria da Qualidade de Ensino**

Neste eixo encontram-se os projetos socioeducativos que visam melhorar a qualidade educativa e formativa do concelho, e que muitas vezes se entrelaçam com outros eixos. Pretende-se, deste modo, criar as condições ideais para uma efetiva melhoria da forma como se processa a relação ensino-aprendizagem, através de programas que acompanhem efetivamente as transformações pelas quais passa a nossa sociedade, privilegiando-se a articulação e a criação de parcerias.

#### **Medida 3.1 – Criação de condições para um melhor desempenho dos elementos da comunidade educativa.**

**Gestão do Autocarro Municipal** Os agrupamentos de escolas do concelho poderão utilizar o autocarro municipal entre 5 a 15 dias letivos (das 8h às 17h), de acordo com as respetivas normas de cedência, competindo a cada agrupamento a gestão dos serviços nestes dias. Às coletividades recreativas, culturais e desportivas, bem como às instituições particulares de solidariedade social, o Município poderá ceder uma viagem anual, mediante a disponibilidade do autocarro municipal.

**Rede Nacional de Bibliotecas Escolares** O projeto de Rede de Bibliotecas Escolares conta atualmente com cerca de 19 escolas do 1.º ciclo, sendo este um número sempre em evolução. É reconhecido o investimento que tem suportado esse crescimento – investimento a nível central, da autarquia e das próprias escolas – e é necessário assegurar que esse investimento continue a ser feito, sobretudo através da consolidação de um conceito central: o de que a biblioteca escolar constitui um contributo essencial para o sucesso educativo, sendo um recurso fundamental para o ensino e para a aprendizagem.

**Programa de Apoio a Projetos Educativos** Neste programa é facultado apoio logístico às solicitações dos jardins-de-infância, escolas do 1.º ciclo, escolas EB 2/3 e Secundárias, em atividades que promovam o trabalho com a comunidade, práticas pedagógicas, produção e utilização de materiais didáticos, bem como na partilha e utilização de experiências pedagógicas.

**Feira de Artes Performativas** Pretende-se promover a realização do concurso de artes performativas aberto à participação de jovens estudantes a frequentar os estabelecimentos de ensino do concelho, do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário. Deste concurso resultará uma seleção de projetos que serão apresentados num festival.

**Programa Eco-Escolas** O Eco-Escolas é um programa internacional que pretende encorajar ações e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pela escola, no âmbito da Educação Ambiental/EDS. Fornece fundamentalmente metodologia, formação, materiais pedagógicos, apoio e enquadramento ao trabalho desenvolvido pela escola.

**Fundação Champalimaud** Esta iniciativa pretende divulgar a investigação científica biomédica junto dos mais novos, assim como despertar o interesse dos jovens estudantes pelos temas científicos e incentivar talentos nessa área; envolver ativamente alunos e professores na ação, através de um conjunto de atividades que ultrapassem a apresentação do show, de maneira a manter o interesse dos jovens pela ciência.

**Comenius** Pretende-se apoiar as iniciativas ligadas aos programas Comenius. A finalidade é fortalecer a dimensão europeia na educação escolar e oferecer experiências europeias de aprendizagem a professores e alunos, bem como a todos os responsáveis pela administração dos sistemas escolares.

**GIP – Gabinete de Intervenção Psicopedagógica** Pretende promover o sucesso escolar e aumentar a motivação para o processo de aprendizagem, disponibilizando o serviço de avaliação e intervenção psicopedagógica aos alunos sinalizados pelos agrupamentos de escolas. Para isso, este gabinete contará com uma equipa multidisciplinar (terapeutas da fala, terapeutas ocupacionais, psicólogos, psicopedagogos e pediatras do desenvolvimento) através de protocolos efetuados com diversas entidades clínicas. Os agrupamentos de escolas devem sinalizar os alunos que manifestem problemas cognitivos, emocionais ou comportamentais para que sejam avaliados por um psicólogo. Após o processo de avaliação, o técnico é responsável por traçar um plano de intervenção adequado e reencaminhar a criança para apoios nas valências que sejam fundamentais para o progresso no seu desenvolvimento. Este gabinete pretende, também, atuar junto das famílias, de forma a ajudar os pais na resolução de conflitos que interfiram no desenvolvimento da criança. Será disponibilizado um espaço de atendimento a pais, onde estes poderão recorrer sempre que necessitem de esclarecimentos, através de marcação prévia. Os professores poderão ter apoio Psicopedagógico, caso o solicitem, para lidar com as diversas problemáticas com que se deparam na sala de aula.

**Sorrisos Felizes** Este projeto consiste num rastreio psicopedagógico que visa a identificação de dificuldades de aprendizagem das crianças em idade pré-escolar, de modo a intervir precocemente e a corrigi-las antes da entrada no 1.º ciclo do ensino básico. Deste modo, são estabelecidos vários protocolos com entidades clínicas para que seja possível reencaminhar as crianças que acusem algum défice no seu desenvolvimento para devido acompanhamento especializado. Este projeto será desenvolvido nos jardins-de-infância da Cruz, Montinho, Espargo, Milheirós e Cavaco.

**“Entre Sarilhos”** Este projecto destina-se a pais, encarregados de educação, auxiliares da ação educativa e professores e pretende abordar diversos temas da infância e adolescência através de palestras realizadas nas diversas escolas que aderem a este projecto. Há um mundo a ser descoberto dentro de cada criança e de cada jovem e só não consegue descobri-lo quem está encarcerado dentro do seu próprio mundo. Para que cada pai conheça o seu filho é necessário descobrir e decodificar os simbolismos do seu mundo, que não é igual ao mundo dos adultos. Apesar de todos sabermos,



que a nossa geração quis dar o melhor às crianças e aos jovens, temos que reconhecer que o melhor não é sinónimo de realização de desejos supérfluos, ou seja, materialismo.

**Concurso Escola + Humana** Ao longo dos últimos anos, os agrupamentos de escolas têm vindo a desenvolver diversos projetos no âmbito da sensibilização sobre a deficiência, em resposta ao apelo inerente ao próprio desenvolvimento das sociedades atuais e ao repto lançado pelo Instituto Nacional de Reabilitação, do Ministério do Trabalho e da Segurança Social (MTSS). Com o intuito de dar continuidade ao trabalho realizado no ano anterior, e no sentido de impulsionar sinergias e estimular a cidadania ativa sobre a deficiência nas suas diversas vertentes, a Divisão da Educação, em parceria com a Provedoria Municipal dos Cidadãos com Deficiência (PMCD), pretende levar a cabo a 3.ª edição do concurso Escola+Humana, alargando agora a outros níveis de ensino: 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e alunos do ensino secundário. No ano de 2011 a Provedoria Metropolitana dos Cidadãos com Deficiência decidiu implementar um projecto de sensibilização na área da deficiência, alargado a todos os municípios que a integram. Desta feita, a edição de 2013/2014 contará igualmente com o alargamento deste concurso a nível metropolitano. Os objetivos fundamentais do concurso escolar “Escola + Humana” incluem o fomento de uma educação inclusiva; a alteração de atitudes e comportamentos; a eliminação de barreiras sociais, comunicacionais, urbanísticas e arquitetónicas. Deseja-se a inclusão da pessoa especial na vida da comunidade escolar e local, realçando o enriquecimento individual, educacional e cultural pelo convívio com a diversidade, ao mesmo tempo que se promove a igualdade na cidadania, ambicionando uma comunidade que se orgulhe de ser acolhedora e diversa.

#### **Comemorações do Dia Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência**

**Desporto Adaptado: Boccia e Mega aula de hidroginástica e Hipoterapia** No âmbito da programação do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, serão desenvolvidas atividades desportivas, nomeadamente um torneio de Boccia e Mega aula de hidroginástica fomentando assim a prática desportiva e promovendo o convívio entre os diversos participantes. Prevê-se ainda a inclusão de outras atividades desportivas adaptadas, nomeadamente as sessões de hipoterapia, bem como outras atividades em parceria com o Gabinete do Desporto.

**Festa de Natal pela Inclusão** A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira organiza a Festa de Natal para Pessoas Portadoras de Deficiência desde 1999, tendo como parceiros principais a Cerci Feira e a Cerci Lamas. Para reforçar o carácter inclusivo desta iniciativa, em 2011 foram dados passos no sentido de envolver outras entidades na sua organização, a saber: Provedoria Municipal dos Cidadãos com Deficiência ou Incapacidade, Amicis, Casa Ozanam. Nesta atividade, são tarefas da Câmara Municipal a coordenação do alinhamento e a produção do espetáculo. Para além de constituir um momento de celebração da quadra natalícia, trata-se de uma oportunidade para que professores e utentes das várias instituições participantes apresentem o resultado do trabalho desenvolvido ao longo de todo o ano às suas famílias e à comunidade em geral. Importa referir que, assumindo como vetor essencial destas iniciativas o traçar de um caminho que promova o espírito da inclusão, pretende-se em cada ano a integração de outros projetos sociais, nomeadamente a Orquestra Criativa de Santa Maria da Feira.

**Sessões de Sensibilização** Pretende-se, com estas sessões promover junto dos alunos do 3.º Ciclo do Ensino Básico, a troca e partilha de experiências que materializem a ideia, tantas vezes julgada como ilusória, de que as limitações físicas e/ou cognitivas, não são sinónimo de barreiras a uma vida repleta de múltiplas experiências. Os temas das sessões serão propostos aos diversos agrupamentos de escolas. Para cada tema poderão ser realizadas uma ou duas sessões, com mais ou menos 50 alunos que, previamente terão trabalhado o tema.

**Colóquio “Turismo Adaptado”** A realização do colóquio no âmbito do “Turismo Adaptado” tem como objetivo juntar especialistas das várias áreas do saber que têm vindo a trabalhar e a desenvolver projetos nesta matéria. Numa lógica de diálogo estruturado entre diversos Pelouros da autarquia, pretende-se, por um lado, mostrar as boas práticas feirenses, dando conta de todo o trabalho que tem vindo a ser realizado numa lógica de promover eventos que sejam efetivamente para todos; por outro lado, reunindo sinergias das várias áreas do saber científico e empírico, aspira-se a uma partilha de saberes dos diversos atores intervenientes no colóquio, que se perspetivam como uma mais-valia para a construção de um concelho que promova ideias, iniciativas, eventos e atividades verdadeiramente inclusivas e de todos e para todos.

**Jornadas de Educação - da escola que temos à escola que queremos** Pretende-se que os aspetos metodológicos e resultados conceptuais da atividade interna do Pelouro sejam divulgados e partilhados, mas também enriquecidos e contrastados com perspetivas oriundas de outras instâncias, com outros ângulos de abordagem, conhecimentos e experiências. Com estas jornadas visa-se, também, alargar ainda mais os espaços de reflexão e apreciação, plurais e interativos, para que se identifiquem novos problemas, que se conheçam melhor outras propostas e suas consequências, e se assinalem, para além das diferenças, as linhas de convergência existentes no terreno social e educativo, que abordem e retratem medidas relacionadas com a família, a escola, a comunidade local, a vida nacional e as pertenças europeia e global.

**Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (RTPCE)** A RTPCE da AICE (Associação Internacional das Cidades Educadoras) é uma instância de reflexão e debate sobre os princípios da carta das Cidades Educadoras e de coordenação e fomento de atividades promotoras destes princípios a nível municipal/nacional. Procura que os municípios portugueses incorporem os princípios da carta das Cidades Educadoras e articulem as suas intervenções, transversalmente a nível municipal e, mais amplamente ainda, a nível nacional e internacional, participando também em Congressos e em trabalhos de Redes Temáticas, nacionais e internacionais. Depois da aprovação pelo executivo camarário e pela Assembleia Municipal, a proposta de adesão de Santa Maria da Feira à Rede Internacional de Cidades Educadoras foi aprovada pela Assembleia-geral desta Associação, reunida em Tampere, na Finlândia em 2002. Atualmente integram 46 municípios a RTPCE, sendo que Santa Maria da Feira integra, ainda, a Comissão de Coordenação da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras desde 2006. A “Carta das Cidades Educadoras” – Declaração de Barcelona de 1990 e Declaração de Génova de 2004, manifesta a preocupação em refletir e aplicar na sua vivência os seus Princípios, assumindo que para além de educativa a cidade deve ser educadora, o que implica uma intencionalidade, uma consciencialização e um trabalho transversal, coordenado ao nível dos vários agentes educadores da cidade, espaço apropriado, recriado por todos os seus cidadãos, sendo por isso um espaço de cidadania e formação ao longo da vida.

Periodicamente, os municípios portugueses que integram esta rede reúnem-se, tendo como objetivos:

- Promover o intercâmbio de ideias e de boas práticas de trabalho entre as cidades da Rede Portuguesa de Cidades Educadoras em torno de temáticas pertinentes e atuais;
- Difundir e aprofundar a construção do discurso das cidades educadoras;
- Aprender, trocar, partilhar e enriquecer a vida dos municípios.

No âmbito desta rede são desenvolvidos:

- Encontros nacionais em rede, trimestrais, nos quais são debatidos problemas comuns aos vários municípios e onde se analisam e debatem assuntos de interesse, bem como temas específicos, definidos na reunião plenária.
- Congressos nacionais, de 2 em 2 anos, promovendo o intercâmbio de ideias e boas práticas de trabalho entre as Cidades da Rede Territorial Portuguesa, com a participação de vários especialistas nas temáticas em debate.
- Participação em congressos internacionais, através de stand modular, com posters, vídeos e publicações alusivas às experiências educadoras dos vários municípios da rede.
- Boletim da rede territorial portuguesa, veículo de divulgação que pretende reforçar a troca e partilha de experiências, notícias e eventos, entre as cidades membros da rede.
- Portal da rede portuguesa, com o endereço [www.edcities.org](http://www.edcities.org) – link “Portugal”, permite ter online e em permanente atualização, várias práticas educadoras dos municípios da rede.
- Redes temáticas são trabalhados temas de acordo com as propostas apresentadas no plenário. Podem ser feitos estudos específicos e trabalhos empíricos.
- Divulgação e apoio a novas adesões, através do envio para os vários municípios do país, serviços e entidades, de documentação e informações diversas, sobre a AICE, processos de adesão e eventos nacionais e internacionais.

**Campanha de recolha de livros escolares usados** Tendo em consideração a atual conjuntura socioeconómica, pretende-se minimizar os seus efeitos junto da comunidade educativa, que se apresenta como eixo prioritário de ação. Assim sendo, com esta campanha pretende-se constituir uma bolsa de livros escolares usados, potenciando desta forma a reutilização dos mesmos e a promoção da igualdade de oportunidades para todos os alunos em prol do sucesso educativo e do combate ao insucesso e absentismo escolar.

**Natal das Crianças “Terra dos Sonhos”** estará associado ao projeto “Terra dos Sonhos”, a desenvolver em parceria com a empresa municipal Feira Viva. A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira marca a época natalícia oferecendo um presente a todas as crianças que frequentam os Jardins de Infância e escolas básicas de 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho da rede pública, materializado num bilhete de entrada na mágica Terra dos Sonhos. Nesta quadra pretende-se envolver todas as Instituições de Ensino na decoração da zona envolvente à Terra dos Sonhos. Após a seleção de um objeto ou material unificador, será lançado o desafio a cada Instituição de criar uma peça decorativa.

**Programa de Educação para o Empreendedorismo** Existe a necessidade de uma educação para o empreendedorismo dirigida aos alunos do ensino secundário e profissional, assente na necessidade de inculcar alguns valores e atitudes nos jovens da geração “playstation”, como o espírito de iniciativa, a capacidade de tomar decisões e de interagir com terceiros.

**Programa “ABC do Concelho”** O programa “ABC do Concelho”, visa proporcionar aos alunos, uma visita pelo nosso concelho através de um roteiro virtual, e um melhor conhecimento dos equipamentos e do que de melhor e belo existe e os identifica como sendo “feirenses”, com uma vertente pedagógica e ao mesmo tempo com uma vertente lúdica muito vincada. Neste projecto com 3 fases distintas no espaço e no tempo, vamos tentar numa primeira fase levar a cultura do nosso concelho até aos alunos e posteriormente trazer os alunos até nós para, e numa vertente mais lúdico-pedagógica, cativar os feirenses mais novos para identificá-los cada vez mais com as suas origens.

**Newsletters** Ao longo da sua existência, o Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, tem lutado para levar mais longe e dar a conhecer todas as suas atividades, iniciativas e projetos, utilizando, para tal efeito, a tecnologia do século XXI – a Internet. É, aliás, essa a raiz da nossa missão. É na sequência desta missão que será dada continuidade à “NEWSLETTER”

**Viagem Medieval - Pequenos Guerreiros** Será implementado um espaço privilegiado na Viagem Medieval para as crianças do 1.º e 2.º ciclo do Ensino Básico. Este espaço irá proporcionar, diariamente, jogos e animações medievais diversas. No intervalo entre o termo das férias escolares e o início da Viagem Medieval, serão marcados vários encontros e ensaios com o grupo de animação previamente formado, culminando em espetáculos para o grande público durante a Viagem Medieval.

**Fogaceiras | Difusão da Tradição e Convite de Participação** Esta atividade pretende envolver toda a comunidade escolar na Festa das Fogaceiras. Numa abordagem direta, através da deslocação de técnicos da autarquia às escolas, é apresentada a tradição às crianças, quer em registos de vídeo, quer em registos fotográficos. Esta informação resultará numa conversa informal, onde todos podem partilhar as experiências vividas em anos anteriores e esclarecer curiosidades. As meninas interessadas poderão inscrever-se para ocupar o lugar de destaque desta festa: a procissão.

**Orquestra Criativa** A Orquestra Criativa, projecto desenvolvido em parceria com a Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida, pretende ser um momento de encontro e partilha de conhecimentos musicais com origens diversas. Numa lógica de improviso e sob a orientação do músico Aleksander Caric Zar, os alunos experienciarão formas não convencionais de criar sons, que darão corpo a uma orquestra. O laboratório funcionará, numa primeira fase, nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico e numa segunda fase numa escola de 2.º e 3.º ciclo, onde será possível reunir toda a orquestra.

**Escola de Educação Rodoviária (EER)** Promover a educação das crianças e jovens do Concelho como utentes da via pública; Consciencializar os docentes, famílias e comunidade em geral, para a importância da prevenção rodoviária; Desenvolver projetos educativos em parceria com os agentes de segurança.

**Pé na Estrada - Pequenos** Este projecto educativo é dirigido aos alunos do Jardim-de-infância (4 e 5 anos) que visa abordar a prevenção rodoviária nos seus três temas principais: peões, passageiros e ciclistas. Em 2013, no âmbito do trabalho desenvolvido com o intuito de sensibilizar os mais novos para as questões da acessibilidade para todos, a Divisão de Educação, em colaboração com o Pelouro do Urbanismo pretende desenvolver um programa interativo que oriente a atenção dos mais novos para as questões das acessibilidades e adoção de comportamentos que materializam valores como o respeito pela diversidade e diferença e solidariedade e a igualdade Este programa, integralmente desenvolvido pela autarquia, será apresentado aos alunos na Escola de Educação Rodoviária, integrando o vasto programa vocacionado para os comportamentos e atitudes no espaço público.

**Pé na Estrada – Médios** Este projecto educativo dirige-se aos alunos do 4.º ano de escolaridade, e visa abordar a prevenção rodoviária nos seus três temas principais: peões, passageiros e ciclistas.

**Visitas à EER** Esta atividade dirige-se a todo o público que não está abrangido pelos nossos projetos (escolas, associações de pais, IPSS's), e visa apresentar a escola rodoviária e o seu funcionamento, sendo realizada uma atividade que se divide em duas fases: numa primeira fase é realizado um jogo educativo, e numa segunda fase os participantes poderão circular na pista da EER.

**Visita livre à EER** Dirige-se a todo o público que pretende utilizar livremente a pista e os nossos veículos.

**Centro de Recursos Educativos Municipais** O Centro de Recursos Educativos Municipal (CREM) tem como objetivo desenvolver atividades do Projecto Educativo Municipal. Pretende-se que a comunidade escolar tenha acesso e conhecimento de novas áreas disciplinares que de outro modo não seria possível.

## Concursos

**Reinventar o Traje Fogaceiras** O concurso pretende a recriação do traje das fogaceiras e, desta forma, permitir que os mais novos vivam a tradição da Festa das Fogaceiras numa vertente lúdica e de intervenção Este concurso consiste na intervenção artística e lúdica do traje das fogaceiras, em que os participantes podem intervir num traje branco com diversos materiais. Os trajes são apresentados numa exposição coletiva a decorrer nos festejos da Festa das Fogaceiras e, posteriormente, noutros locais de interesse (Posto de Turismo, Shopping 8ª Avenida).

**Escola a Mexer** Intervenção artística e lúdica, que tem como objetivo incutir conceitos de empreendedorismo. Visa também desenvolver a criatividade e o espírito de interajuda, assim como a responsabilidade social dos espaços públicos.

**OFICINA 31** As oficinas 31 visam explorar diferentes temáticas numa forma mais lúdica, onde os alunos participam, realizando, experimentando e discutindo informações específicas sobre os temas e áreas abordados. Através da

experimentação multidisciplinar os participantes são convidados a interagir no desenvolvimento da atividade. Proporcionar aos alunos que frequentam a componente de apoio à família do ensino pré-escolar público, novas experiências e conhecimentos com vertente lúdica, interventiva e de cidadania. Serão desenvolvidas as seguintes atividades: eu sou assim » multimédia; penso logo crio » jogos de dinâmicas de grupo; ecodesign » artes e criatividade; oficina experimental» experiências divertidas.

## **Cidadania**

**Assembleia de Crianças** A Assembleia de Crianças (AC) pretende estimular o desenvolvimento global da criança; Inculcar comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas no âmbito da cidadania; Incentivar a participação ativa do indivíduo na construção e desenvolvimento do seu “eu” individual e social; Promover uma consciência crítica nos mais jovens em relação ao seu concelho; Intervir para sensibilizar, onde se promove a reflexão e sentido de responsabilidade nas suas múltiplas implicações: artísticas, urbanísticas, sociais e políticas. Desenvolvido desde 2006, a AC trabalha em parceria com diversas entidades, desde a cidade geminada de Joué-lès-Tours, Assembleia da República, Câmara Municipal e seus Vereadores, Juntas de Freguesia, instituições de solidariedade social, associações locais, entre muitos outros. Em 2013 será realizado um intercâmbio entre a Assembleia de Crianças e o Conseil des Enfants na cidade de Joué-lès-Tours.

## **Comunidade Escolar**

**Apoio Multimédia** Pretende-se conceder apoio às atividades do município, escolas e associações do concelho na realização de atividades lúdicas e na promoção e divulgação de eventos (design de cartazes, desenvolvimento Web e cedência de equipamentos).

**Escola Mágica** No âmbito do protocolo estabelecido com a empresa Escola Mágica é oferecido um conjunto de soluções e recursos didáticos para o desenvolvimento de competências cognitivas, escolares, sociais e cívicas das crianças. Respeitando os programas oficiais, a escola mágica foi desenhada para promover as vantagens inerentes à utilização das TIC no ensino através de múltiplos recursos multimédia que estimulam a aprendizagem das crianças de forma divertida e multidisciplinar. Para todos os professores, encarregados de educação e alunos do nosso concelho, o acesso à escola mágica ficou mais fácil, bastando para tal que cada utilizador faça a sua inscrição no sítio [www.escolamagica.pt](http://www.escolamagica.pt).

**Dadores de Sangue Santa Maria da Feira** No âmbito da parceria estabelecida será realizada uma colaboração em atividades pedagógicas de sensibilização para a importância de ser doador de sangue, e exploração da temática através do livro oferecido.

**Outras atividades não programadas** Ao longo do ano serão apoiadas outras atividades promovidas pelo Município, associações ou escolas, nomeadamente a Marcha Branca, o Carnaval, o Imaginarius, a Terra dos Sonhos, a Viagem Medieval e o programa Escola+.

### **Medida 3.2 – Divulgação dos resultados de desempenho do sistema educativo e formativo do concelho e de cada unidade que o compõe**

Para que possa ser atingida uma melhor qualidade do processo educativo é necessário que em cada momento seja promovida a sua avaliação pela organização que o desenvolve. Não se trata de avaliar o desempenho dos alunos mas sim o desempenho de toda a organização, da sua estrutura, e de cada parte que a compõe tendo em vista detetar pontos fortes e pontos fracos que importa corrigir. É a partir desta avaliação que é possível definir planos de melhoria que conduzam a melhores resultados. Apesar de a autoavaliação ser uma tarefa de cada escola importa apoiar externamente, dinamizando o processo e promovendo a troca de experiências e de resolução de dificuldades. Assim, pretende-se criar o Observatório da Educação e Inovação, com a missão de prestar um serviço de referência na produção e divulgação de informação sobre o sistema educativo no concelho. Este organismo está vocacionado para a recolha, tratamento, análise e divulgação de informação estatística e estudos relativos ao sistema educativo. É pretensão deste pelouro continuar a trabalhar em colaboração com a Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação do Porto para apoio e acompanhamento técnico, bem como com a FAPFeira.

**Programa AVES** O Programa AVES – Avaliação de Escolas, nasce num contexto novo como um contributo para alcançar o objetivo de ligar, no terreno de cada escola, a identificação dos fatores que promovem (e impedem) a qualidade do seu desempenho com as ações e os projetos que, ainda em cada escola, se podem mobilizar em ordem à melhoria deste mesmo desempenho social.

### **4.º Eixo – Ampliar a procura da formação ao nível secundário e adequar as formações às necessidades**

A Iniciativa Novas Oportunidades representou um novo impulso no caminho da qualificação dos portugueses. É urgente combater os défices de formação e de qualificação que o concelho apresenta, quer a nível dos jovens quer a nível dos ativos. Devido à elevada taxa de abandono escolar e ao elevado insucesso no ensino básico implicava que poucos eram os jovens que frequentavam o ensino secundário, assim o governo alargou a escolaridade obrigatória dos 9 anos para os 12 anos. O Pelouro da Educação continua a ser o elemento aglutinador e desenvolver um plano de ação envolvendo todos os parceiros com vista a aumentar as ofertas educativas e formativas articuladas com as necessidades do concelho.

**Rede de Oferta Formativa** é um grupo de trabalho em que o Município, juntamente com as várias entidades educativas e formativas do concelho, pretende estar atento à crescente mutação da nossa sociedade global, implicando uma mobilização constante e continuada ao nível do desenvolvimento tecnológico, profissional, económico, social, cultural e educacional, entre outras transformações significativas. Para acompanhar e imprimir esta evolução, urge apostar na valorização das

competências pessoais e sociais, capazes de corresponder às exigências da “nova sociedade” onde nos encontramos. Este cenário só é possível através do esforço de cada um dos atores implicados e a implicar nesta dinâmica, na medida em que é fundamental a interação entre municípios, entidades educativas/formativas, entidades patronais e a população em geral. É neste sentido que se torna urgente a formação e a qualificação profissional ao longo da vida, assente numa perspetiva de uma educação permanente.

**Universidade Júnior** é o maior programa nacional de iniciação ao ambiente universitário para os jovens do ensino básico (2.º e 3.º ciclos) e secundário, e tem como principal finalidade a promoção do gosto pelo conhecimento em áreas tão diversificadas como as Ciências, as Engenharias, as Letras, o Desporto e as Belas Artes. No âmbito do protocolo celebrado entre a Universidade Júnior e a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, pretende-se proporcionar aos alunos dos vários estabelecimentos de ensino do concelho apoio ao nível do transporte e ao nível da inscrição, que inclui as despesas relacionadas com o seguro, alimentação e a frequência nos programas durante uma semana.

**Prémio Rotary – melhores alunos** Esta é uma iniciativa organizada pelo Rotary, com o apoio da Câmara Municipal e da comunidade escolar local, visando incentivar a qualidade, promovendo as boas práticas e os seus protagonistas, de forma a evitar o abandono escolar. Procurando distinguir os alunos que se destacam da mediana e são modelos a seguir, o Rotary pretende dar sinais à sociedade, e neste caso específico à comunidade escolar, de que vale a pena o esforço de lutar por aquilo que é gratificante, assumindo uma cultura de mérito, qualidade e de empenhamento, em detrimento da mediocridade e do facilitismo.

**Proalv** Pretende-se apoiar as iniciativas ligadas aos programas de aprendizagem ao longo da vida. A finalidade é fortalecer a dimensão europeia na educação escolar/profissional e oferecer experiências europeias de aprendizagem a professores e alunos, bem como a todos os responsáveis pela administração dos sistemas escolares. Os diversos programas da Agência Nacional deverão ajudar as regiões a melhorar a sua oferta educacional e profissional para os jovens. O objetivo não é envolver diretamente alunos, mas promover o desenvolvimento de uma cooperação estruturada entre regiões parceiras.

**(Im) Pulso das Associações Juvenis** Realização de encontros informais com as várias Associações Juvenis e grupos informais de Jovens que desenvolva atividades de relevo no concelho. Estes encontros pretendem promover e fomentar o diálogo estruturado, quer entre associações, quer entre associações e autarquias, numa perspetiva bidirecional e que se pretende propulsora de sinergias que permitam a estruturação de um plano estratégico que aproxime e apresente o poder local aos jovens, procurando ir ao encontro das necessidades, expectativas e desafios da Juventude feirense.

5. Sucesso educativo (resultados académicos, abandono escolar, taxas de transição e de repetência, resultados da avaliação externa das escolas...)

**AE António Alves Amorim**



	2009/10					2010/11					2011/12				
	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%
1º Ano	199	199	100,00	0	0,00	201	187	93,03	0	0,00	188	170	90,43	0	0,00
2º Ano	191	182	95,29	9	4,71	204	189	92,65	9	4,41	207	175	84,54	16	7,73
3º Ano	188	182	96,81	6	3,19	180	175	97,22	1	0,56	191	183	95,81	2	1,05
4º Ano	226	222	98,23	4	1,77	192	171	89,06	2	1,04	181	172	95,03	1	0,55
5º Ano	133	122	91,73	11	8,27	147	113	76,87	14	9,52	116	108	93,10	8	6,90
6º Ano	127	121	95,28	6	4,72	121	112	92,56	6	4,96	122	107	87,70	15	12,30
7º Ano	143	134	93,71	9	6,29	120	99	82,50	12	10,00	124	108	87,10	16	12,90
8º Ano	96	89	92,71	7	7,29	119	103	86,55	12	10,08	106	106	100,00	0	0,00
9º Ano	93	80	86,02	13	13,98	86	77	89,53	2	2,33	116	100	86,21	16	13,79

### AE Argoncilhe

	2009/10					2010/11					2011/12				
	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%
1º Ano	159	158	99%	1	1%	121	117	97%	4	3%	140	136	97%	4	3%
2º Ano	141	124	88%	17	12%	159	143	90%	16	10%	128	122	95%	6	5%
3º Ano	137	127	93%	10	7%	148	148	100%	0	0%	150	143	95%	7	5%
4º Ano	117	104	89%	13	11%	148	144	97%	4	3%	137	128	93%	11	8%
5º Ano	115	110	96%	5	4%	116	111	96%	5	4%	101	98	97%	3	3%
6º Ano	128	119	93%	9	7%	117	100	85%	7	6%	123	114	93%	9	7%
7º Ano	126	102	81%	24	19%	124	103	83%	21	17%	109	97	89%	12	11%
8º Ano	109	102	94%	7	6%	98	82	84%	16	16%	101	94	93%	7	7%
9º Ano	78	69	88%	9	12%	107	74	69%	33	31%	95	85	89%	10	11%

### AE Arrifana

	2009/10					2010/11					2011/12				
	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%
1º Ano	78	78	100,00	0	0,00	64	63	98,44	1	1,56	59	59	100,00	0	0,00
2º Ano	91	80	87,91	11	12,09	81	74	91,36	7	8,64	65	58	89,23	7	10,77
3º Ano	63	61	96,83	2	3,17	81	78	96,30	3	3,70	78	72	92,31	6	7,69
4º Ano	89	80	89,89	9	10,11	88	81	92,05	7	7,95	82	77	93,90	5	6,10



5º Ano	88	73	82,95	15	17,05	90	83	92,22	7	7,78	84	61	72,62	23	27,38
6º Ano	95	83	87,37	12	12,63	85	72	84,71	13	15,29	94	66	70,21	28	29,79
7º Ano	98	78	79,59	20	20,41	81	63	77,78	18	22,22	70	48	68,57	22	31,43
8º Ano	77	64	83,12	13	16,88	78	71	91,03	7	8,97	62	56	90,32	6	9,68
9º Ano	79	64	81,01	15	18,99	64	43	67,19	21	32,81	79	73	92,41	6	7,59
CEF	33	28	84,85	5	15,15	46	38	82,61	8	17,39	57	49	85,96	8	14,04
EFA	18	4	22,22	14	77,78	32	24	75,00	8	25,00	18	16	88,89	2	11,11

## AE Canedo

	2009/10					2010/11					2011/12				
	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%
1º Ano	107	106	99%	1	1%	72	72	100%	0	0%	76	76	100%	0	0%
2º Ano	106	96	91%	10	9%	112	105	94%	7	6%	74	71	96%	3	4%
3º Ano	106	104	98%	2	2%	98	98	100%	0	0%	104	103	99%	1	1%
4º Ano	108	105	97%	3	3%	102	102	100%	0	0%	90	86	96%	4	4%
5º Ano	121	118	98%	3	2%	119	119	100%	0	0%	98	96	98%	2	2%
6º Ano	118	107	91%	11	9%	129	116	90%	13	10%	112	99	88%	13	12%
7º Ano	122	115	94%	7	6%	107	96	90%	11	10%	100	89	89%	11	11%
8º Ano	91	85	93%	6	7%	112	104	93%	8	7%	88	83	94%	5	6%
9º Ano	79	73	92%	6	8%	88	84	95%	4	5%	89	75	84%	14	16%

## AE Fernando Pessoa

	2009/10					2010/11					2011/12				
	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%
1º Ano	243	243	100,0	0	0,0	204	204	100,0	0	0,0	226	226	100,0	0	0,0
2º Ano	267	253	94,8	14	5,2	255	249	97,6	6	2,4	206	200	97,1	6	2,9
3º Ano	218	214	98,2	4	1,8	260	251	96,5	9	3,5	254	249	98,0	5	2,0
4º Ano	263	256	97,3	7	2,7	216	215	99,5	1	0,5	253	248	98,0	5	2,0
5º Ano	273	258	94,5	15	5,5	280	270	96,4	10	3,6	209	200	95,7	9	4,3
6º Ano	265	250	94,3	15	5,7	265	252	95,1	13	4,9	285	259	90,9	26	9,1
7º Ano	189	164	86,8	25	13,2	140	129	92,1	11	7,9	138	126	91,3	12	8,7
8º Ano	185	165	89,2	20	10,8	165	149	90,3	16	9,7	135	130	96,3	5	3,7
9º Ano	93	85	91,4	8	8,6	161	149	92,5	12	7,5	136	133	97,8	3	2,2

**AE Ferreira de Almeida**

	2009/10					2010/11					2011/12				
	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%
1º Ano	146	146	100%	0	0	139	138	98%	1	2%	116	111	96%	5	4%
2º Ano	155	147	95%	8	5%	155	151	97%	4	3%	140	135	96%	5	4%
3º Ano	152	152	100%	0	0	147	145	99%	2	1%	153	152	99%	1	1%
4º Ano	160	155	97%	5	3%	154	151	98%	3	2%	153	148	97%	5	3%
5º Ano	142	134	94,4%	8	5,6%	150	144	96,0%	6	4,0%	130	121	93,1%	9	6,9%
6º Ano	141	131	92,9%	10	7,1%	145	140	96,6%	5	3,4%	142	125	88,0%	17	12,0%
7º Ano	141	119	84,4%	22	15,6%	149	125	83,9%	24	16,1%	149	108	72,5%	41	27,5%
8º Ano	122	103	84,4%	19	15,6%	130	103	79,2%	27	20,8%	119	88	73,9%	31	26,1%
9º Ano	106	76	71,7%	30	28,3%	116	102	87,9%	14	12,1%	114	83	72,8%	31	27,2%

**AE Fiães**

	2009/10					2010/11					2011/12				
	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%
1º Ano	115	115	100	0	0	96	95	99,0	1	1,0	95	95	100	0	0
2º Ano	131	121	92,4	10	7,6	131	125	95,4	6	4,6	103	100	97,1	3	2,9
3º Ano	145	142	97,9	3	2,1	125	125	100	0	0,0	118	113	95,8	5	4,2
4º Ano	137	132	96,4	5	3,6	134	131	97,8	3	2,2	115	109	94,8	6	5,2
5º Ano	160	153	95,6	7	4,4	139	137	98,6	2	1,4	140	138	98,6	2	1,4
6º Ano	134	128	95,5	6	4,5	161	152	94,4	9	5,6	139	123	88,5	6	4,3
7º Ano	149	125	83,9	24	16,1	143	117	81,8	26	18,2	153	129	84,3	24	15,7
8º Ano	122	111	91,0	11	9,0	139	121	87,1	18	12,9	134	121	90,3	13	9,7
9º Ano	139	114	82,0	15	10,8	142	119	83,8	23	16,2	152	120	78,9	32	21,1
10º Ano Regular	124	105	84,7	19	15,3	98	89	90,8	9	9,2	98	92	93,9	6	6,1
11º Ano Regular	134	124	92,5	10	7,5	98	90	91,8	8	8,2	95	88	92,6	7	7,4
12º Ano Regular	156	128	82,1	28	17,9	131	89	67,9	42	32,1	87	64	73,6	23	26,4
10º Ano Profissional	103	103	100	0	0	53	53	100	0	0,0	58	58	100	0	0,0
11º Ano Profissional	44	44	100	0	0	86	86	100	0	0,0	45	45	100	0	0,0
12º Ano Profissional	67	55	82,1	12	17,9	41	27	65,9	14	34,1	85	70	82,4	15	17,6

**AE Lobão**

	2009/10					2010/11					2011/12				
	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%
1º Ano	112	112	100,00	0	0,00	122	122	100,00	0	0,00	101	101	100,00	0	0,00



2º Ano	137	134	97,81	3	2,19	116	113	97,41	3	2,59	121	116	95,87	5	4,13
3º Ano	119	115	96,64	4	3,36	142	137	96,48	5	3,52	114	114	100,00	0	0,00
4º Ano	145	139	95,86	6	4,14	128	122	95,31	6	4,69	135	128	94,81	7	5,19
5º Ano	127	112	88,19	15	11,81	141	135	95,74	6	4,26	124	116	93,55	8	6,45
6º Ano	139	112	80,58	27	19,42	127	123	96,85	4	3,15	133	120	90,23	13	9,77
7º Ano	133	90	67,67	43	32,33	128	121	94,53	7	5,47	127	107	84,25	20	15,75
8º Ano	118	110	93,22	8	6,78	94	83	88,30	11	11,70	119	109	91,60	10	8,40
9º Ano	87	70	80,46	17	19,54	109	104	95,41	5	4,59	71	66	92,96	5	7,04
10º Ano Profissional	14		0		0	11					22				
11º Ano Profissional	11					9					9				
12º Ano Profissional	0						11		0			7		1	
CEF		33		0			32		2			25		5	

### AE Milheirós de Poiares

	2009/10					2010/11					2011/12				
	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%
1º Ano	87	87	100,00	0	0,00	59	59	100,00	0	0,00	64	64	100,00	0	0,00
2º Ano	89	85	95,51	4	4,49	87	78	89,66	9	10,34	66	60	90,91	6	9,09
3º Ano	82	82	100,00	0	0,00	84	83	98,81	1	1,19	78	77	98,72	1	1,28
4º Ano	92	91	98,91	1	1,09	80	79	98,75	1	1,25	82	76	92,68	6	7,32
5º Ano	97	93	95,88	4	4,12	86	85	98,84	1	1,16	69	60	86,96	9	13,04
6º Ano	115	110	95,65	5	4,35	94	90	95,74	4	4,26	86	77	89,53	9	10,47
7º Ano	96	75	78,13	21	21,88	120	96	80,00	24	20,00	96	71	73,96	25	26,04
8º Ano	85	80	94,12	5	5,88	76	69	90,79	7	9,21	94	80	85,11	14	14,89
9º Ano	61	51	83,61	10	16,39	74	56	75,68	18	24,32	64	54	84,38	10	15,63
CEF	57	54	94,74	3	5,26	57	56	98,25	1	1,75	31	31	100,00	0	0,00
EFA	33	33	100,00	0	0,00	44	43	97,73	1	2,27	-	-	-	-	-

### AE Paços de Brandão

	2009/10					2010/11					2011/12				
	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%
1º Ano	197	197	100%	0	0%	178	178	100%	0	0%	167	167	100%	0	0%
2º Ano	197	190	96,45%	7	3,55%	200	194	97%	6	3%	182	177	97,25%	5	2,75%
3º Ano	192	192	100%	0	0%	188	188	100%	0	0%	194	192	99%	2	1%
4º Ano	222	218	98,20%	4	1,80%	199	198	99,50%	1	0,50%	187	175	93,60%	12	6,40%
5º Ano	110	104	95%	6	5%	118	113	96%	5	4%	121	100	83%	21	17%



6º Ano	137	124	91%	13	9%	121	117	97%	4	3%	119	103	87%	16	13%
7º Ano	129	99	77%	30	23%	134	100	75%	34	25%	134	98	73%	36	27%
8º Ano	109	95	87%	14	13%	100	82	82%	18	18%	108	89	82%	19	18%
9º Ano	103	92	89%	11	11%	93	73	78%	20	22%	89	76	85%	13	15%

### Escola Secundária de Santa Maria da Feira

	2009/10					2010/11					2011/12				
	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%
5º Ano											56	53	94.6	3	5.4
6º Ano															
7º Ano	106	99	93,4	7	6,6	137	120	87.6	17	12.4	138	119	86.2	19	13.8
8º Ano	80	76	95	4	5	104	96	92.3	8	7.7	122	112	91.8	10	8.2
9º Ano	170	152	89,4	14	8.2	92	89	96.7	3	3.3	126	106	84.1	18	14.3
10º Ano Regular	219	187	85.4	24	11	300	270	90.0	20	6.7	331	308	93.1	19	5.7
11º Ano Regular	338	309	91.4	18	11.1	225	201	89.7	6	2.7	293	268	91.5	20	6.8
12º Ano Regular	262	197		64		292	215		77		206	139		67	
10º Ano Profissional	159	130	81.8	0	0	117	90	76.9	0	0	146	125	85.6	0	0
11º Ano Profissional	119	107	89.9	0	0	120	105	87.5	0	0	72	67	93.1	0	0
12º Ano Profissional	65	30	46.8	35	53.8	96	70	73	26	27	97	21	21.6	76	78.4

### Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas

	2009/10					2010/11					2011/12				
	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%	Total Alunos	Alunos Transitados	%	Alunos Retidos	%
5º Ano	265	262	99%	3	1%	281	274	98%	7	2%	193	185	96%	8	4%
6º Ano	274	258	94%	16	6%	270	262	97%	8	3%	275	230	84%	45	16%
7º Ano	329	301	91%	28	9%	280	255	91%	25	9%	268	224	84%	44	16%
8º Ano	267	246	92%	21	8%	247	230	93%	17	7%	258	231	90%	27	10%
9º Ano*	241	229	95%	12	5%	164	153	93%	11	7%	238	209	88%	29	12%
10º Ano Regular	325	282	87%	43	13%	352	316	90%	36	10%	291	261	90%	30	10%
11º Ano Regular	272	253	93%	19	7%	302	268	89%	34	11%	303	283	93%	20	7%
12º Ano Regular	247	177	72%	70	28%	251	160	64%	91	36%	284	207	73%	77	27%
10º Ano Profissional	95	85	89%	10	11%	101	85	84%	16	16%	134	126	94%	8	6%
11º Ano Profissional	62	57	92%	5	8%	109	83	76%	26	24%	83	79	95%	4	5%
12º Ano Profissional	53	33	62%	20	38%	76	62	82%	14	18%	82	63	77%	19	23%



**Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário em % da população residente: total e por nível de ensino**

Nível de ensino (Município de Santa Maria da Feira)																				
Total			Educação Pré-Escolar			Ensino Básico - 1º Ciclo			Ensino Básico - 2º Ciclo			Ensino Básico - 3º Ciclo			Ensino Secundário			CET		
2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
20,06	19,11	18,58	2,66	T 2,71	4,35	T 4,26	2,66	T 2,72	6,18	T 5,30	4,21	T 3,58	4,12	3,58	4,21	T 3,58	4,12	4,12	3,58	4,12
			2,67		4,35	4,35		2,53	5,43		4,12	4,12		3,58	4,12		3,58	4,12	3,58	0,01

Dados obtidos de [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt) em 2012-12-11

**Alunos do ensino secundário regular que transitaram de ano: total e por subsistema de ensino**

Subsistema de ensino (Município de Santa Maria da Feira)									
Total			Público			Privado			
2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	
1830	1787	1721	1115	1056	935	715	731	786	

Dados obtidos de [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt) em 2012-12-11

**Alunos do ensino básico regular que transitaram de ano: total e por nível de ensino**

Ensino Básico (Município de Santa Maria da Feira)												
Total			1º Ciclo			2º Ciclo			3º Ciclo			
2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	
13595	13390	13172	6213	6079	5799	3342	3197	3255	4040	4114	4118	

Dados obtidos de [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt) em 2012-12-11

**População ativa segundo os Censos: total e por grupo etário**

		Grupos etários											
Territórios		Total			12-14			15-24			25-34		
Âmbito Geográfico	Anos	1981	T 2001	T 2011	1981	T 2001	T 2011	1981	T 2001	T 2011	1981	T 2001	T 2011
NUTS 2002	Portugal	4183022	T 4990208	T 5023367	86256	//	//	1043264	T 730228	T 431722	1022224	T 1396429	T 1279611
NUTS I	Continente	4002512	T 4778115	T 4780963	81618	//	//	990443	T 692884	T 406734	982044	T 1334210	T 1212740
NUTS II	Norte	1445287	T 1775015	T 1756065	46531	//	//	450214	T 293585	T 166295	352234	T 516584	T 447348
NUTS III	Grande Porto	513498	T 647391	T 636738	10767	//	//	137204	T 90245	T 52918	144079	T 185715	T 160191
NUTS III	Entre Douro e Vouga	108843	T 141608	T 136310	4035	//	//	35877	T 23197	T 12768	26443	T 41491	T 33781
Município	Arouca	9115	T 10891	T 9954	417	//	//	2959	T 2307	T 1139	1780	T 3135	T 2639
Município	Oliveira de Azeméis	29718	T 36882	T 34583	1046	//	//	9469	T 5881	T 3406	7404	T 10536	T 8113
Município	Santa Maria da Feira	50426	T 70728	T 70154	2069	//	//	18098	T 11499	T 6379	12588	T 21368	T 17655
Município	São João da Madeira	8302	T 11543	T 11170	167	//	//	2240	T 1619	T 927	2174	T 3237	T 2763
Município	Vale de Cambra	11282	T 11564	T 10449	336	//	//	3111	T 1891	T 917	2497	T 3215	T 2611
		Grupos etários											
Territórios		35-44			45-54			55-64			65+		



Âmbito Geográfico	Anos	1981			T 2001			T 2011			1981			T 2001			T 2011		
		1981	T 2001	T 2011	1981	T 2001	T 2011	1981	T 2001	T 2011	1981	T 2001	T 2011	1981	T 2001	T 2011	1981	T 2001	T 2011
NUTS 2002	Portugal	798643	T 1281285	T 1416341	711971	T 1001926	T 1208861	428873	T 490148	T 616660	91791	T 90192	T 70172						
NUTS I	Continente	769542	T 1224498	T 1347950	683813	T 965932	T 1152924	408594	T 474156	T 592936	86458	T 86435	T 67679						
NUTS II	Norte	239959	T 465798	T 498586	208863	T 332391	T 428996	121058	T 144013	T 196495	26428	T 22644	T 18345						
NUTS III	Grande Porto	97245	T 171419	T 180521	75771	T 133294	T 157674	39794	T 57750	T 77268	8638	T 8968	T 8166						
NUTS III	Entre Douro e Vouga	17853	T 37826	T 38728	14543	T 25559	T 34007	8439	T 11808	T 15430	1653	T 1727	T 1596						
Município	Arouca	1321	T 2628	T 2673	1331	T 1806	T 2275	1134	T 860	T 1108	173	T 155	T 120						
Município	Oliveira de Azeméis	4987	T 9795	T 9700	4028	T 6840	T 8879	2324	T 3361	T 4014	460	T 469	T 471						
Município	Santa Maria da Feira	8043	T 19372	T 20392	6037	T 12381	T 17414	3011	T 5407	T 7642	580	T 701	T 672						
Município	São João da Madeira	1592	T 3156	T 3079	1329	T 2298	T 2877	649	T 1050	T 1338	151	T 183	T 186						
Município	Vale de Cambra	1910	T 2875	T 2884	1818	T 2234	T 2562	1321	T 1130	T 1328	289	T 219	T 147						

Dados obtidos de [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt) em 2012-12-11

### Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino

Nível de ensino																				
Total			Educação Pré-Escolar			Ensino Básico - 1º Ciclo			Ensino Básico - 2º Ciclo			Ensino Básico - 3º Ciclo			Ensino Secundário			CET		
2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
29670	27507	25876	3939	3845	3771	6429	6266	5930	3940	3642	3784	9137	7821	7380	6225	5933	4993	//	//	18

Dados obtidos de [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt) em 2012-12-11

Valor esperado DGEEC (2010-2011)	Santa Maria da Feira	AE	Nome do AE	Total de Alunos	% de alunos que concluíram				% Positiva e Média das classificações obtidas nas Provas de Aferição e Exames Nacionais			
					1º CEB	2º CEB	3º CEB	Ens. Sec.	4º ano		6º ano	
									% Positivas a LP (Prova de aferição)	% Positivas a MAT (Prova de aferição)	% Positivas a LP (Prova de aferição)	% Positivas a MAT (Prova de aferição)
			AE António Alves Amorim	1358	97,5	96,9	84,8		87,2	81,7	84,7	66,2
			AE Argoncilhe	1220	96,1	90,6	85,9		82,8	76,3	75,9	50,5
			AE Arrifana	763	94,5	92,6	88,4		80,8	73,2	82,7	62,2
			AE Canedo	963	98	92,5	89,7		85,9	83,4	76,3	55,8
			AE Corga de Lobão	1237	97	94,1	89,7		84	79,6	79,9	60,2
			AE Doutor Ferreira de Almeida	1346	97,3	95,7	82,7		90,7	85,5	85,9	68,4
			AE Fernando Pessoa	1999	97,6	94,6	89,7		86,8	79	86,1	65,4
			AE Fiães	1823	95,4	95,4	86,5	60,4	82	75,5	85,1	65,2
			AE	829	97,4	95,3	86,5		86,3	81,8	83,3	63,3



	Milheirós de Poiares									
	AE Paços de Brandão	1380	97,5	93,6	87,2		87,8	82,3	82,9	61
	AE Secundária de Santa Maria da Feira	1499			86,9	65,8				
	Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas									
Agrupamentos (2010-2011)	AE António Alves Amorim	1358	98,4 ↑	94,1 ↓	92,9 ↑		97,2 ↑	97,7 ↑	85,5 →	55,6 ↓
	AE Argoncilhe	1220	97,4 ↑	94,1 ↑	65,1 ↓		89,4 ↑	88 ↑	78 ↑	63,5 ↑
	AE Arrifana	763	92,2 ↓	85,7 ↓	66,7 ↓		85,5 ↑	76,8 ↑	86,2 ↑	66,7 ↑
	AE Canedo	963	100 ↑	89,9 ↓	94,3 ↑		90,1 ↑	71,7 ↓	86,3 ↑	68 ↑
	AE Corga de Lobão	1237	95,3 ↓	96,1 ↑	95,4 ↑		81,7 ↓	75 ↓	69 ↓	67,5 ↑
	AE Doutor Ferreira de Almeida	1346	96,8 ↓	96,6 ↑	78,9 ↓		94,5 ↑	88,3 ↑	80,6 ↓	71,3 ↑
	AE Fernando Pessoa	1999	99,5 ↑	95,2 ↑	96,3 ↑		92,1 ↑	81,9 ↑	87,5 ↑	66,3 →
	AE Fiães	1823	98 ↑	94,4 ↓	83,1 ↓	65 ↑	83,9 ↑	82,2 ↑	75,9 ↓	53,8 ↓
	AE Milheirós de Poiares	829	98,8 ↑	95,7 →	76 ↓		76,2 ↓	73,4 ↓	76,6 ↓	56,4 ↓
	AE Paços de Brandão	1380	99,5 ↑	96,8 ↑	77,7 ↓		84,2 ↓	65,8 ↓	85,1 ↑	48,2 ↓
	AE Secundária de Santa Maria da Feira	1499			90,6 ↑	71,5 ↑				
	Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas									
	Município (2010-2011)		14417	96,8	94,1	87,1	63,1	85,4	79,8	82,3

Valor esperado	Santa Maria	AE António Alves	Total de Alunos	9º ano			12º ano			
				% Positivas a LP (Exame Nacional)	% Positivas a MAT (Exame Nacional)	Média a LP (Exame Nacional)	Média a MAT (Exame Nacional)	Média a Português (Exame Nacional)	Média a MAT (Exame Nacional)	Média a História (Exame Nacional)
			1358	51,8	37,8	2,65	2,37			





DGEEC (2010-2011)	da Feira	Amorim								
		AE Argoncilhe	1220	51,3	44,7	2,65	2,49			
		AE Arrifana	763	57,7	42	2,73	2,47			
		AE Canedo	963	55,3	43,5	2,71	2,5			
		AE Corga de Lobão	1237	56,9	44,2	2,72	2,52			
		AE Doutor Ferreira de Almeida	1346	55,5	35,6	2,68	2,28			
		AE Fernando Pessoa	1999	60,5	43,7	2,79	2,49			
		AE Fiães	1823	55,6	43,8	2,71	2,48	97,4	97,5	101,2
		AE Milheirós de Poiares	829	52,8	41,7	2,66	2,43			
		AE Paços de Brandão	1380	58,2	43,6	2,74	2,49			
		AE Secundária de Santa Maria da Feira	1499	59,8	41	2,72	2,43	99,8	107,7	103,6
		Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas								
Agrupamentos (2010-2011)	AE António Alves Amorim	1358	49,4	37,7	2,62	2,46				
			↓	→	↓	↑				
	AE Argoncilhe	1220	73,3	45,3	3,05	2,49				
			↑	→	↑	→				
	AE Arrifana	763	86,7	42,2	3,11	2,53				
			↑	→	↑	↑				
	AE Canedo	963	55,3	41,2	2,64	2,42				
			→	↓	↓	↓				
	AE Corga de Lobão	1237	56,9	52,9	2,75	2,64				
			→	↑	→	↑				
	AE Doutor Ferreira de Almeida	1346	54,9	38,2	2,7	2,44				
		→	↑	→	↑					
AE Fernando Pessoa	1999	59,7	54,8	2,81	2,68					
		→	↑	→	↑					
AE Fiães	1823	50	36,8	2,62	2,25	106,8	85	127,6		
		↓	↓	↓	↓	↑	↓	↑		
AE Milheirós de Poiares	829	76,2	36,5	3,13	2,35					
		↑	↓	↑	↓					
AE Paços de	1380	70,5	55,1	2,99	2,71					



	Brandão		↑	↑	↑	↑			
	AE Secundária de Santa Maria da Feira	1499	67	59,3	2,92	2,79	97,8	109,2	107,2
	Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas		↑	↑	↑	↑	↓	→	→
	Município (2010-2011)	14417	55,9	42	2,71	2,45	98,6	102,6	102,4

Indicadores de educação por município, 2009/2010 e 2010/2011

NUTS	Taxa bruta de pré-escolarização	Taxa bruta de escolarização		Taxa de retenção e desistência no ensino básico				Taxa de transição/conclusão no ensino secundário			Relação de feminidade no ensino secundário
		Ensino básico	Ensino secundário	Total	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Total	Cursos gerais/científico-humanísticos	Cursos vocacionais	
Continent e	87,2	122,4	136,3	7,3	3,2	7,1	12,9	79,5	78	81,9	50,6
Norte	90,1	121,7	131,7	6,1	2,5	5,3	11,2	82,1	80	85,2	51,4
Grande Porto	85,6	122,2	147,7	6,7	2,8	6,6	12	81	79,8	82,9	50,4
Entre Douro e Vouga	96,4	120,8	116,8	5,8	2,6	4,1	11	83,6	83,8	83,3	51,5
<b>Santa Maria da Feira</b>	<b>91,1</b>	<b>114</b>	<b>99,3</b>	<b>6,4</b>	<b>2,2</b>	<b>4,5</b>	<b>13,1</b>	<b>80,7</b>	<b>82,2</b>	<b>78,2</b>	<b>52,6</b>

Fonte: Anuário estatístico da região norte 2011

INE

- A taxa bruta de pré-escolarização no concelho atinge os 91.1%, valor este inferior ao do EDV (96.4%) e superior ao do continente (87.2%);
- Relativamente ao ensino básico, a taxa bruta de escolarização no concelho atinge os 114%, abaixo do valor do EDV (120.8%) e do continente (122.4%);
- No ensino secundário, a taxa bruta de escolarização do concelho (99.3%) apresenta um valor inferior ao do EDV (116.8%) e ao do continente (136.3%);
- A taxa de retenção e desistência no ensino básico, no total dos 3 ciclos, a percentagem em Santa Maria da Feira atinge os 6.4%, enquanto o EDV chega aos 5.8% e o continente 7.3%;
- A taxa de transição/conclusão no ensino secundário, nos cursos gerais/científico-humanísticos, o concelho apresenta uma percentagem de 82.2%, abaixo do EDV (83.8%) e superior ao do país (78%). Enquanto que nos cursos vocacionais, o concelho apresenta uma taxa de 78.2%, abaixo do valor do EDV (83.3%) e do continente (81.9%);
- Relativamente à relação de feminidade no ensino secundário, o concelho de Santa Maria da Feira apresenta um valor de 52.6%, superior ao do EDV (51.5%) e ao do continente (50.6%).

6. Análise Swot (pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças)

	Pontos fortes <sup>1</sup>	Pontos fracos <sup>2</sup>
<b>Fatores internos</b>	<p>Forte abertura, envolvimento e cooperação com a comunidade educativa;</p> <p>Elevada motivação para responder a novos desafios;</p> <p>Boa reputação ao nível das práticas educativas;</p> <p>Existência de várias redes de parceria/cooperação;</p> <p>Diversidade de projetos e programas educativos concelhios;</p> <p>Presença de um número significativo de equipamentos educativos;</p> <p>Forte envolvimento da Autarquia no apoio ao desenvolvimento dos projetos educativos das escolas dos diferentes níveis;</p> <p>Taxa de analfabetismo no concelho na ordem dos 3,97%, inferior à do EDV com 4,38% e inferior à do continente com 5,20%;</p> <p>A melhoria da rede escolar, dando cumprimento aos objetivos da carta educativa no que diz respeito ao parque escolar;</p> <p>Bom funcionamento do Conselho Municipal de Educação, com a participação dos diretores dos agrupamentos de escolas;</p> <p>Baixa percentagem da proporção da população residente com 15 e mais anos de idade sem nenhum nível de escolaridade completo, com 9,21%, comparativamente com o EDV, com 9,63% e o continente com 10,33%;</p> <p>Boa percentagem da população residente com idade entre os 3 e 5 anos a frequentar a educação pré-escolar com 77,72%, ligeiramente superior à do EDV com 77,44% e superior à do continente com 73,34%;</p> <p>Nº de indivíduos com o 1º CEB completo no concelho com uma percentagem de 28,30%, semelhante à do EDV (28,23%) e acima da percentagem do continente (25,40%);</p> <p>Nº de indivíduos com o 2º CEB completo no concelho com uma percentagem de 17,11%, semelhante à do EDV (17,17%) e acima da percentagem do continente (13,23%);</p>	<p>Inexistência de um verdadeiro projeto educativo municipal;</p> <p>Alguma dificuldade em envolver algumas das Associações de Pais do concelho;</p> <p>Falta de atualização dos dados para o observatório para a educação;</p> <p>Nº de indivíduos com o 3º CEB completo no concelho com uma percentagem de 15,79%, semelhante à do EDV (15,88%) e abaixo da percentagem do continente (16,30%);</p> <p>Nº de indivíduos com o ensino secundário completo no concelho com uma percentagem de 11,18%, semelhante à do EDV (11,06%) e inferior à percentagem do continente (13,48%);</p> <p>Nº de indivíduos com o ensino superior completo no concelho com uma percentagem de 8,74%, ligeiramente superior à do EDV (8,27%) e abaixo da percentagem do continente (11,92%);</p> <p>Taxa de abandono escolar na ordem dos 1,64%, bastante superior, comparativamente com o EDV com 1,42% e do continente com 1,54%;</p> <p>Taxa de retenção e desistência no ensino básico de 6,4% superior à do EDV mas inferior à do continente com 7,3%;</p> <p>Taxa de transição/conclusão no ensino secundário regular com 80,7%, inferior ao EDV com 83,6% mas superior ao continente com 79,5%;</p> <p>Taxa bruta de pré-escolarização de 91,1% inferior à do Entre Douro e Vouga com 96,4%, mas superior à do continente com 87,2%;</p> <p>Taxa bruta de escolarização no ensino básico de 111,2% inferior à do EDV com 115,5% e à do continente com 121,3%;</p> <p>Baixa taxa bruta de escolarização no ensino secundário (99,3% enquanto que no EDV a taxa cifra-se nos 116,8% e no continente nos 136,3%);</p> <p>Baixa percentagem da proporção da população residente com idade entre 6 e 15 anos que não está a frequentar o sistema de ensino com 1,58%, inferior à do continente com 1,59% mas superior à do EDV com 1,46%;</p> <p>Baixa taxa de conclusão do ensino básico, 61,21% ligeiramente inferior à do EDV com 61,89% mas bastante superior à do continente com 54,94%;</p> <p>Percentagem de população residente sem nível de escolaridade completo, com 18,25%;</p>

<sup>1</sup> Todos os elementos, estruturas, dinâmicas, conhecimentos que potenciam a construção de um Projeto educativo municipal mais integrado, mais mobilizador, mais eficaz.

<sup>2</sup> Tudo o que dificulta a realização do objetivo.



		ligeiramente superior ao EDV com 18,00%, e inferior ao continente 18,81%; Falta de condições físicas em alguns jardins-de-infância e escolas de 1º ciclo, dificultando a implementação das AEC e da CAF (componente de apoio à família);
	<b>Oportunidades</b> <sup>3</sup>	<b>Ameaças</b> <sup>4</sup>
<b>Fatores externos</b>	<p>Equipa jovem, dinâmica e proactiva; Técnicos habilitados e com competências multidisciplinares; Existência de forte dinâmica associativa ao nível local/concelho; Crescente articulação e diálogo entre pelouros/serviços; Relação próxima entre agentes da educação e os técnicos da autarquia; Notoriedade e consolidação das estruturas culturais e artísticas locais; Consolidação do projeto coletivo de identidade de território; Inserção num território com tradição em animação artística e cultural; Integração na Área Metropolitana do Porto e na Associação Internacional de Cidades Educadoras; Cobertura suficiente ao nível do programa de apoio à família no ensino pré-escolar e 1º CEB; Parque escolar quantitativa e qualitativamente estável, resultante do grande investimento nas infraestruturas escolares e na criação de condições promotoras do sucesso educativo; Considerável cobertura concelhia ao nível das bibliotecas escolares; Existência de escolas de música; Grande quantidade de equipamentos culturais e associações diversas; Existência de instituições de ensino superior; Existência de Escola Profissional; Equipamentos e locais de interesse histórico-culturais; Investimento nas novas tecnologias da informação e comunicação; Boa cobertura de equipamentos culturais e desportivos; Existência de rede de estruturas de apoio ao ensino especial (SAP – EB nº2 Santa Maria da Feira, Erebas – EB Cavaco; CRTIC – EB Cavaco, CERCIS, ...); Excelente localização geográfica do concelho e de redes viárias facilitadoras de movimentos intra e interconcelhos; Variação populacional no concelho positiva</p>	<p>Contenção orçamental nas Autarquias (crise económica); Algum constrangimento na interação do tecido empresarial com a comunidade educativa; Agregação de freguesias; Agregações de escolas; Dimensão geográfica do concelho; Fracas rede de transportes públicos; Percentagem da proporção da população residente empregada ou estudante com duração média dos movimentos pendulares inferior a 31 minutos, de 89,58%, inferior ao EDV de 90,78% e superior à do continente com 82,98%; Baixa percentagem da proporção da população residente empregada ou estudante que utiliza modo de transporte coletivo nas deslocações pendulares, de 12,08%, comparativamente com o EDV é superior (10,63%), mas bastante inferior à do continente com 19,96%; Elevada percentagem na proporção da população residente empregada ou estudante que utiliza modo de transporte individual nas deslocações pendulares de 75,56%, superior à do EDV com 74,52% e bastante superior quando comparada com a do continente 63,35%; Baixa percentagem da proporção da população estudante que utiliza o modo pedonal nas deslocações pendulares de 14,23% comparativamente com o EDV com 17,28% e continente com 22,59%; Aumento exponencial da taxa de desemprego concelhia de 2001 para 2011, tendo-se registado uma variação de 215% nestes períodos; Taxa de atividade e de desemprego no concelho na ordem dos 59,82%, acima da média do EDV (58,34%) e do continente (55,83%); Taxa de desemprego no concelho de 14,81%, superior à do EDV, com 11,99% e do continente com 13,19%; Índice de dependência de jovens no concelho de 22,81% superior ao EDV (21,85%) e ao do Continente (22,40%); Percentagem da proporção da população</p>

<sup>3</sup> Todos os fatores externos que podem ajudar na construção e desenvolvimento do PEM.

<sup>4</sup> Tudo o que, a nível externo ao município, pode limitar a realização do objetivo.



	<p>(59) contrariando a tendência do EDV (-830) e do continente (-54319);                  Necessidade de uma permanente adequação das ofertas formativas às necessidades do tecido empresarial;                  Índice de envelhecimento no concelho com valor de 93,56% inferior ao do EDV 109,43%) e ao total do país (130,57%);                  Índice de dependência de idosos no concelho de 21,34% inferior ao EDV (23,91%) e ao do continente (29,25%);                  Taxa de crescimento efetivo positivo, de 0,04%, superior ao EDV (-0,30%) e ao continente (-0,54%);                  Baixa percentagem da proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município, 29.96%, comparativamente com o EDV com 28.88% e com o continente com 29,94%;</p>	<p>residente com idade entre os 18 e 24 anos de idade com o 3º CEB completo que não está a frequentar o sistema de ensino, com 22,08%, ligeiramente inferior ao EDV, com 22,91% e superior relativamente ao continente com 21,46%;                  Problemas sociais de alguma gravidade de alunos oriundos de famílias economicamente carenciadas;</p>
--	---	--

### III. Plano de Ação

#### 1. Linhas orientadoras do projeto educativo

A educação e a formação constituem pilares fundamentais para a sustentação de qualquer comunidade. A preocupação com o desenvolvimento educacional, da formação e da qualificação dos cidadãos é uma questão transversal e preponderante no desenho e implementação da política municipal, sendo crescentes as responsabilidades e competências no que respeita à educação, com um enfoque particular no planeamento, gestão e desenvolvimento do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico. O Município de Santa Maria da Feira reconhece o papel determinante que a educação detém no desenvolvimento integrado das comunidades, e assume a intervenção no setor da educação como uma prioridade da sua atuação política, nomeadamente através da intervenção de uma forma mais intensa no ordenamento da rede educativa e na qualidade da educação e formação, de acordo com um projecto de desenvolvimento e promoção dos cidadãos e da comunidade. Neste sentido, e apesar da conjuntura económica, o Município continua a apostar na educação, tendo como referência um conjunto de princípios e linhas orientadoras vertidos na Carta Educativa. Os objetivos estratégicos da política educacional concelhia são os seguintes: criação de um concelho educador, inovador, empreendedor, criativo e "cidadão"; qualificação dos munícipes e elevação das suas competências básicas e dos níveis de formação; reabilitação e requalificação e/ou construção de novos espaços nos edifícios escolares; promoção do trabalho em rede em todo o município.

LINHA ORIENTADORA 1: CRIAÇÃO DE UM CONCELHO EDUCADOR, INOVADOR, EMPREENDEDOR, CRIATIVO E "CIDADÃO"					
Objetivos gerais	Objetivos específicos	Metas	Estratégias	Atividades/ Projetos/ programas	Recursos



<p>1.1. Garantir educação para o desenvolvimento pessoal e social de qualidade com base nas competências e conhecimentos necessários para o crescimento sustentável, para o emprego e competitividade.</p>	<p>1.1.1. Garantir um equilíbrio eficaz entre as qualificações das pessoas que entram no mercado de trabalho e as necessidades dos empregadores</p> <p>1.1.2. Centrar sobre as oportunidades da globalização na construção de um novo modelo de cidadania</p> <p>1.1.3. Incrementar a participação dos jovens em reflexões sobre questões de cidadania e do território</p>	<p>Aumentar a oferta de pessoas qualificadas de acordo com a procura por parte das empresas, assegurando o equilíbrio entre a oferta e a procura</p> <p>Concretizar o desenvolvimento de 4 atividades anualmente, com 60% de presenças de jovens e 30% das propostas concretizadas são dos jovens</p>	<p>Execução de, pelo menos, 1 reunião anual entre empresas, parceiros sociais e instituições de educação e formação</p> <p>Realização de sessões de esclarecimento para apoiar os alunos para que façam uma escolha informada sobre as oportunidades de carreira em diferentes setores e profissões</p> <p>Produção de incentivos a atividades e apoios educativos da iniciativa dos municípios</p> <p>Conceção de, pelo menos, 2 atividades de intervenção e mediação políticas</p> <p>Realização de, pelo menos, 2 fóruns para envolver e responsabilizar toda a comunidade educativa no processo de construção de um município educador</p>	<p>Assembleia de Crianças</p> <p>Juntos pela Educação</p> <p>Fogaceiras   Difusão da Tradição</p> <p>Orquestra Criativa</p>	<p>Escolas FapFeira/AP CME CMJ CMS</p> <p>Associações Juvenis, Culturais, Recreativas, Desportivas IPSS's IEFP</p> <p>Autarquia Associação Empresarial Serviços educativos Universidade Sénior Institutos superiores Centros de Formação Comunidade em geral</p>
<p>1.2. Adequar a oferta educativa do município às necessidades reais, de modo a contribuir para o desenvolvimento da qualidade e diversidade da oferta educativa concelhia, assegurando o desenvolvimento social do concelho</p>	<p>1.2.1. Orientar a educação para a inovação, conhecimento e tecnologia</p>	<p>Orientar a expansão do sistema educativo em função do desenvolvimento económico, social e cultural, de forma a promover e garantir a igualdade de acesso ao ensino</p>	<p>Promoção da articulação e adequação da rede de oferta formativa às necessidades do mercado de trabalho concelhio através de reuniões e fóruns de discussão</p> <p>Promoção da articulação e adequação da rede de oferta formativa às necessidades do mercado de trabalho concelhio através de reuniões e</p>		

			fóruns de discussão		
--	--	--	---------------------	--	--

LINHA ORIENTADORA 2: QUALIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIES E ELEVAÇÃO DAS SUAS COMPETÊNCIAS BÁSICAS E DOS NÍVEIS DE FORMAÇÃO					
Objetivos gerais	Objetivos específicos	Metas	Estratégias	Atividades/ Projetos/ programas	Recursos
2.1. Concretizar a universalização da frequência da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário para todos	2.1.1. Alargar progressivamente a educação pré-escolar a todas as crianças	Aumentar em 5 pontos percentuais a taxa bruta de pré-escolarização no concelho até 2020	Elaboração de 1 relatório completo para avaliar as condições dos espaços físicos da EPE e apresentar respetivas propostas de melhorias  Realização de campanhas de sensibilização para aumentar a participação na educação pré-escolar enquanto fundamento para o futuro sucesso educativo  Divulgação anual através de boletins informativos para promoção do programa de apoio à família no 1º CEB e da componente de apoio à família na EPE	Ação Social Escolar Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico  Bolsas de Estudo – Ensinos Secundário e Superior  Programa de Transportes Escolares  Fornecimento de Refeições Escolares  Regime de Fruta Escolar (RFE)  Rede de oferta formativa  Projeto “Educar em Alimentação”  Projeto em Saúde Pública “Balança da Saúde”	Escolas FapFeira/AP MEC - DSRN CME CMJ CMS Associações Juvenis, Culturais, Recreativas, Desportivas IPSS’s IEFP Autarquia Associação Empresarial Serviços educativos Universidade Sénior Institutos superiores Centros de Formação Comunidade em geral
	2.1.2. Reduzir o abandono escolar	Reduzir a taxa de abandono escolar para o máximo de 1,4% no prazo de 6 anos	Realização de projetos educativos com vista a: redução das taxas de saída precoce do sistema de ensino e formação; a assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos; e a elevar os níveis de sucesso	Programa de Apoio à Família – Educação Pré-Escolar	
	2.1.3. Aumentar a % de alunos que transitam do básico para o ensino secundário	Aumentar em 3% a taxa de conclusão do ensino básico  Combater o insucesso e abandono escolar	Monitorização e avaliação dos resultados a nível concelhio, de cada agrupamento e de cada escola	Programa de Apoio à Família – 1º CEB  Atividade lúdica dos jardins-de-infância (tertúlias poéticas infantis, coro infantil, festa do halloween, desfile de carnaval, dia da família, etc)	
	2.1.4. Aumentar as taxas de escolarização ao nível do secundário	Reduzir a taxa de retenção e desistência para o máximo de 14% no prazo de 6 anos	Acompanhamento anual dos progressos de cada escola e realização de um balanço	Programa de Férias Escolares  Programa de Saúde Escolar	
2.2. Combater o analfabetismo	2.2.2. Reduzir a taxa de analfabetismo	Reduzir para o máximo de 3% a taxa de analfabetismo no prazo de 6 anos			
2.3. Promover o	2.3.2. Aumentar e	Aumentar em			



aumento da qualidade das aprendizagens	diversificar as ofertas de formação e aprendizagem	10% as classificações de nível 4 e 5	intermédio para reavaliar as metas, em face dos progressos verificados	Feira de Artes Performativas	
2.4. Alargar as oportunidades de qualificação certificada para jovens e adultos	2.4.1. Reforçar a articulação dos sistemas de educação e formação com o mercado de trabalho  2.4.2. Aumentar a participação dos adultos, em particular dos adultos pouco qualificados, na aprendizagem ao longo da vida	Aumentar em 2 pontos percentuais o nº de munícipes a frequentar cursos de educação e formação, de aprendizagem, de adultos, entre outros	Divulgação anualmente as ofertas	Programa Eco-Escolas  GIP – Gabinete de Intervenção Psicopedagógica  Sorrisos Felizes  “Entre Sarilhos”  Concurso Escola + Humana  Comemorações do Dia Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência  Bolsa de manuais escolares usados  Natal das Crianças “Terra dos Sonhos”  Programa ABC do concelho  Viagem Medieval – pequenos guerreiros  Escola de Educação Rodoviária  Concurso Reinventar o traje das fogueiras  Oficinas  Programa AVES  Universidade Júnior  Prémio Rotary Melhores Alunos	

**LINHA ORIENTADORA 3:  
REABILITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS NOS EDIFÍCIOS ESCOLARES**

Objetivos gerais	Objetivos específicos	Metas	Estratégias	Atividades/ Projetos/ programas	Recursos
------------------	-----------------------	-------	-------------	---------------------------------	----------





<p>3.1. Criar estratégias que primem pelo aproveitamento e rentabilização das sinergias locais e pela promoção e dinamização das potencialidades existentes, para que os nossos alunos possam delas usufruir tornando-as sustentáveis e promotoras de desenvolvimento</p>	<p>3.1.1. Dotar as escolas de infraestruturas e equipamento tecnológico para a promoção da utilização generalizada das tecnologias da informação e da comunicação</p> <p>3.1.2. Permitir a polivalência de edifícios de forma a dar resposta às necessidades dos alunos, e desta forma fixá-los no concelho</p>	<p>Recuperar e modernizar os edifícios, potenciando uma cultura de aprendizagem, divulgação do conhecimento e aquisição de competências</p> <p>Criação de 2 centros escolares modernos, quer através de construções de raiz de 5 JI e 1 EB1, quer através da requalificação dos edifícios já existentes, 11 reconversões para JI e 8 ampliações/reconversões para EB1, de forma a garantir a igualdade no acesso a um ensino pré-escolar e ensino básico de qualidade e promotor do sucesso educativo ao longo da vida, sem descuidar a requalificação dos recreios e parques infantis dos estabelecimentos de ensino</p> <p>Disponibilização de uma biblioteca em cada escola e melhorar o rácio computador/aluno</p>	<p>Criação de um sistema eficiente e eficaz de gestão dos edifícios</p> <p>Construção de novos empreendimentos e à reconversão e adaptação do parque escolar, otimizando a funcionalidade da rede existente e a respetiva</p> <p>Promoção de todas as ações conducentes à entrada em parque dos novos Centros Escolares / Escolas, nomeadamente: EBS em Santa Maria da Feira, CE João de Ver, CE Canedo, CE Fornos, CE Escapães, CE Arrifana, JI Sanguedo</p>	<p>Carta educativa do concelho de Santa Maria da Feira</p> <p>Manutenção de Parques Infantis / Espaços de Jogo e Recreio</p> <p>Plano de Segurança nas Escolas</p> <p>Construção de novas salas para a educação pré-escolar</p> <p>Ampliação de escolas do 1.º ciclo</p> <p>Reforçar as novas tecnologias - Programa SALA +</p> <p>Construção de novas escolas de 1.º ciclo – Centros Escolares</p> <p>Rede Nacional de Bibliotecas Escolares</p> <p>Concurso Escola a Mexer</p> <p>Escola Mágica</p>	<p>MEC – DSRN CCDRN Escolas CME Autarquia</p>
---	---	--	---	---	---

<p style="text-align: center;"><b>LINHA ORIENTADORA 4: PROMOÇÃO DO TRABALHO EM REDE EM TODO O MUNICÍPIO</b></p>					
Objetivos gerais	Objetivos específicos	Metas	Estratégias	Atividades/ Projetos/ programas	Recursos
<p>4.1. Promover a articulação entre os diferentes equipamentos com serviços educativos</p>	<p>4.1.1. Facilitar a articulação com entidades relevantes no sector da educação, através de uma lógica de</p>	<p>Aprofundar o envolvimento das escolas e comunidades educativas, em pelo menos 5 ações anuais e com uma participação de 70%, na concretização dos compromissos municipais</p>	<p>Identificação, em permanência, as evoluções e alterações ocorridas nos diferentes sectores da</p>	<p>Associação Internacional das Cidades Educadoras/Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras</p>	<p>Escolas FapFeira/AP CME CMJ CMS Autarquia Associações Juvenis,</p>

	<p>cooperação</p> <p>4.1.2. Aumentar a interação entre as escolas e destas com as instituições do território</p> <p>4.1.3. Construir, divulgar e concretizar parcerias para implementar propostas de clara valorização das atividades âncora do concelho</p>	<p>em matéria de política educativa</p> <p>Incrementar o envolvimento/participação das Associações de Pais/Escolas nas atividades da Divisão da Educação em cerca de 70% das ações anuais</p> <p>Contribuir para o desenvolvimento sustentável do concelho de Santa Maria da Feira através da melhoria da educação, ensino, formação e cultura em pelo menos 2 ações anuais</p>	<p>sociedade que influenciem a educação no concelho</p> <p>Criação de dinâmicas que facilitem a participação das escolas, famílias, autarquia e comunidade em geral na construção do projeto educativo municipal</p> <p>Realização de reuniões periódicas entre os vários agentes educativos</p> <p>Formação anual dos agentes educativos</p>	<p>Área Metropolitana do Porto</p> <p>Associação de Municípios das Terras de Santa Maria</p> <p>Comenius Regio</p> <p>Projeto Educativo Municipal</p> <p>Programa de Apoio a Projetos Educativos</p> <p>Gestão do Autocarro Municipal</p> <p>Jornadas de Educação - da escola que temos à escola que queremos</p> <p>Newsletter digital</p>	<p>Culturais, Recreativas, Desportivas IPSS's IEFP</p> <p>Associação Empresarial Serviços educativos Universidade Sénior</p> <p>Institutos superiores Centros de Formação Comunidade em geral</p>
<p>4.2. Promover a participação como metodologia principal na construção do projeto educativo municipal</p>	<p>4.2.1. Apoiar as organizações educativas nas suas atividades de educação e formação</p> <p>4.2.2. Concertar sinergias de forma a otimizar recursos</p>	<p>Facilitar o acesso à informação e garantir a comunicação entre os diversos atores em pelo menos 2 encontros anuais</p> <p>Diversificar pelo menos 2 atividades educativas não curriculares, não formais e informais, anualmente</p>	<p>Realização de ações e projetos que promovam a educação para a cidadania</p> <p>Criação e gestão de uma base de dados de programas e recursos educativos</p> <p>Promoção dos recursos educativos para uma melhor rentabilização</p>		

É nesta perspetiva que se pretende continuar a dinamizar um conjunto de projetos já existentes e implementar novas iniciativas de modo a atingir-se os objetivos delineados e, assim, dar um importante passo na elevação da qualidade da educação e formação.

À semelhança de outras câmaras municipais, o município de Santa Maria da Feira tem alargado o seu leque de intervenções, promovendo o desenvolvimento de um conjunto de projetos que constituem um primeiro e importante passo para modificar a situação e contribuir para superar os problemas educativos do concelho.

## 2. Plano de atividades e calendarização



Eixos	Projeto	Faixa etária					Calendarização										
		Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto
Cidadania	Assembleia de Crianças		X				x	x	x	x	x	x	x	x			
	Escola a mexer (Concurso)	x	x				x	x	x	x	x	x	x	x			
	Skola di nó		x				x	x	x	x	x	x	x	x			
	Correio da Amizade	x	x				x	x	x	x	x	x	x	x			
	Escola Mais Humana	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
	Igualdade da Diferença				x		x	x	x	x	x	x	x	x			
	Autismo na População Portuguesa (Palestras)		x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x			
	Proteção Civil e as Escolas » um caminho em comum	x	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x			
	Manual de Segurança na Escola	x	x				x	x	x	x	x	x	x	x			
Tradição e Cultura	Confissões de Adolescentes (Espetáculo de dança)			x	x		x										
	Feira de Artes Performativas				x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
	Imaginarium		x										x				
	Ofício Tradicional	x	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x			
	Quem quer quentes e boas! Quentinhas! (S. Martinho)	x	x	x	x	x		x									
	Festa de Halloween (Concurso Bruxinha de Trapos)	x	x					x									
	Halloween no Museu	x	x	x	x	x	x										
	Terras dos Sonhos	x	x							x							
	Bolas Gigantes de Natal	x	x							x							



	Oficina de Natal	x	x	x	x			x	x								
	Um Natal de Papel	x	x	x	x	x			x								
	Um Natal de Cortiça	x	x	x	x	x			x								
	Fogacinha Minha	x	x							x							
	Reinventar o Traje das Fogaceiras (Concurso)	x	x				x	x	x	x	x	x	x	x			
	Cumprindo a tradição	x	x	x	x					x							
	A minha Fogaça de Cortiça	x	x	x	x	x				x							
	São Valentim (Concurso)	x	x								x						
	São Valentim no Museu	x	x	x	x	x					x						
	Carnaval ("Afetos da minha Terra")	x	x									x					
	Máscaras de Papel	x	x	x	x	x					x						
	Oficina de Carnaval	x	x	x	x						x	x					
	Carnaval é no Museu	x	x	x	x	x					x	x					
	Presente para o teu pai!	x	x	x	x	x						x					
	A Páscoa no Museu	x	x	x	x								x				
	Um Miminho para a Mãe (Dia da Mãe no Museu)	x	x	x	x	x							x	x			
	Turno da Noite » La nuit Européenne des Musées	x	x	x	x	x								x			
	Festival Internacional de Música de Verão	x	x	x	x	x										x	
	O Moinho de Papel (Viagem Medieval em Terras de Santa Maria)	x	x	x	x	x											x
Património	ABC do Concelho		x				x	x	x	x	x	x	x	x	x		
	Comemoração do Aniversário do Museu do Papel (Semana Aberta)	x	x	x	x	x	x										





	Uma viagem pelo Barroco			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	X
Educação	Eu respeito a estrada					x				x	x	x	x	x	x		
	Pé na Estrada (Pequenos)	x					x	x	x	x	x	x	x	x	x		
	Pé na Estrada (Médios)		x				x	x	x	x	x	x	x	x	x		
	Pé na Estrada (Grandes)			x			x	x	x	x	x	x	x	x	x		
	Oficinas 31	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
	Cremanima		x				x	x	x	x	x	x	x	x	x		
	Digitacrem		x				x	x	x	x	x	x	x	x	x		
	Apoio a Projetos e Atividades	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
	Serviços Multimédia	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
	Autocarro Municipal	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
	Orquestra Criativa	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
	Tertúlia Poética Infantil	x	x								x						
	Minha Escola Numa Caixinha (Concurso)	x	x											x			
	Dia da Família	x	x												x		
	VIII Jornada da Educação	x	x	x	x	x			x								
	Campanha de Recolha de Livros Escolares Usados	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
	Dia Nacional do Livro Infantil » “Era uma vez...”	x												x			
	O Museu em Movimento » Carrinha Maleta Pedagógica	x	x	x	x	x	x										
	O Museu vai ter Contigo!	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Universidade Júnior			x	x	x											x
	Prémio Rotary » Melhores Alunos			x	x	x		x									
	Programa de Férias Escolares		x	x	x											x	x
	Troca a Praia pelo Museu	x	x	x	x	x										x	x
Oficinas Descobrir e Fazer (Férias	x	x							x				x				



	Escolares)																
	Férias no Museu	x	x	x								x		x	x	x	
	Oficinas de Verão	x	x	x	x	x								x	x	x	
	Teatro de Sombras » Noite de Natal, O Pedro e o Lobo, A Menina do Mar	x	x	x	x	x	x		x				x				
	Vem Conhecer a Árvore mais Famosa do Mundo: o Sobreiro!	x	x	x	x	x						x					
	Vai um Pézinho de Dança?!	x	x	x	x	x							x				
	Festeja o Teu Aniversário No Museu!	x	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Aniversário no Museu	x	x	x			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Juntos Pela Educação		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
<b>Saúde e Bem-Estar</b>	Campeonato Mundial de Desporto Escolar de Voleibol	x	x	x	x	x							x				
	Balança da Saúde		x				x	x	x	x	x	x	x	x	x		
	Com peso e Medida			x	x		x	x	x	x	x	x	x	x			
<b>Ambiente</b>	Jardins Instantâneos	x					x	x	x	x	x	x	x	x			
	Coroas da Primavera	x	x									x					
	Oficina Temática Dia da Árvore	x	x	x	x	x						x					

#### IV. Avaliação do projeto educativo

“A avaliação é um dos elementos mais decisivos do currículo uma vez que pode condicionar todo o processo de aprendizagem e está impregnada de dimensões éticas, sociais e psicológicas e não meramente didáticas. Compreender o que é a avaliação e fazê-la bem seria uma excelente via para melhorar as práticas do ensino nas escolas (...) Só aprende quem quer. O verbo aprender, como o verbo amar, não se pode conjugar no imperativo.”

Santos Guerra (2009)

No que diz respeito à avaliação, esta segundo Joaquim Machado (1999:7), “envolve objectivos ambíguos, lógicas diferenciadas e envolvimentos diversos que constituem um desafio para os agentes educativos, porquanto tanto pode ser

uma estratégia de desenvolvimento organizacional como tornar-se num ritual simbólico de legitimação quer da escola enquanto instituição quer de práticas arraigadas e de poderes instalados (in Silva & Coutinho, 2005:130). A Lei nº 31/2002, de 20 de Dezembro, “aprova o sistema de avaliação da educação do ensino não superior, tendo em vista, nomeadamente, a promoção de «uma cultura de melhoria continuada da organização, do funcionamento e dos resultados do sistema educativo e dos projectos educativos» [artigo 3º, alínea h]” (Silva & Coutinho, 2005:130).

O conceito “avaliação” comporta uma rica pluralidade de significados e entendimentos que vão, na dimensão educativa, além do contexto escolar. Ainda neste domínio, facilmente se empregam várias designações – julgar, estimar, situar, verificar, calcular.

A riqueza semântica e a flexibilidade conceptual da avaliação, anunciada por Manuela Terrasêca, corroboram a extrema complexidade de análise e entendimento desta ideia. A evidência e importância que o ato de avaliar assume são alargadas a várias dimensões que, no universo educativo, se inscrevem marcadamente “a crises de legitimidade da acção dos poderes públicos e não tanto a tentativas de esclarecer uma suposta menor transparência dessas acções ou sequer da sua complexidade” (2002:189).

A avaliação da educação não é mais do que, como relembra Manuela Terrasêca, “uma função de controlo estatal no que respeita aos seus modos de funcionamento e de cumprimento dos preceitos estipulados legalmente” (2002:189), e resultada de uma exigência política que recomenda a avaliação do sistema e de projetos educativos, especificamente como forma de garantir e controlar o alcance das metas propostas, desenhadas pela qualidade e eficácia educativas.

A avaliação é um processo indispensável e incontornável, um processo de regulação que visa a execução de estratégias para a melhoria dos projetos educativos, tanto ao nível da organização do projeto, como ao nível do funcionamento. Dá-se preferência a uma avaliação próxima da investigação-ação, uma avaliação participativa. Como podemos verificar na tabela abaixo, a avaliação pode ser realizada de duas formas: externa, um avaliador/a externo/a à ação da instituição; e interna.

<b>Categorias da avaliação institucional</b>	<b>Definição</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Quem avalia</b>	<b>Como avalia</b>
<b>Interna</b>	Tem como motivação principal o acompanhamento dos projectos de escola, no quadro de uma dinâmica de desenvolvimento organizacional.	Produção de conhecimentos	Professores/outros técnicos	Formação contínua ou investigação
		Práticas institucionais	Direcção ou grupos de gestão	Dispositivos de regulação e inovação ou acompanhamento de projecto do estabelecimento de ensino
<b>Externa</b>	É normalmente decidida por razões de ordem institucional que se prende com necessidades de controlo organizacional ao nível do sistema de ensino.	Produção de conhecimentos	Investigadores científicos (olhar exterior)	Projectos de investigação
		Práticas institucionais	Administração regional ou central	No âmbito de acções de inspecção ou de controlo, com a intenção de proceder



às práticas institucionais e das eventuais mudanças a introduzir

Fonte: António Nóvoa, Para uma análise das instituições escolares in Alexandre Ventura, 1999.

Para António Nóvoa, a avaliação deve basear-se em dispositivos que respondam às seguintes funções:

<b>Operatória</b>	<b>Orientada para a acção e a tomada de decisões, revestindo-se de uma importância estratégica para o aperfeiçoamento das escolas.</b>
<b>Permanente</b>	Funcionando ao longo do desenvolvimento do projecto de escola, e não apenas no final, o que implica a montagem de dispositivos simples e eficazes de acompanhamento e regulação.
<b>Participativa</b>	Associando o conjunto dos actores às práticas de avaliação, de forma a facilitar a devolução dos resultados aos actores e a permitir a confrontação entre grupos com interesses distintos.
<b>Formativa</b>	Criando as condições para uma aprendizagem mútua entre os actores educativos, através do diálogo e da tomada de consciência individual e colectiva.

Fonte: Funções e critérios de avaliação – António Nóvoa, Para uma análise das instituições escolares in Alexandre Ventura, 1999.

O projeto educativo deve ser implementado de acordo com as especificidades locais, por isso é que a avaliação é tão importante. O projeto educativo deve constituir também uma forma de promover as melhores ações educativas, de melhorar os resultados e de aperfeiçoar o serviço prestado à comunidade.

A avaliação deve aferir os resultados, os objetivos alcançados e das metas concretizadas. Solicitam a implementação de medidas de revisão do plano de maneira a resolver os problemas encontrados, ajustar as estratégias e os objetivos a novas situações ou contexto.

A avaliação dos projetos educativos visa compreender o que está a resultar e a falhar no projeto, quer numa fase intermédia, quer na fase final da implementação do projeto. Assim como o impacto do projeto na comunidade educativa.

As vantagens da avaliação do projeto educativo é podermos aferir sobre os pontos fortes e fracos, através da análise swot, rever os métodos e as atividades, aferir a ação educativa e obter indicadores. Desta maneira, no que toca à produção de indicadores de desempenho, estes podem ser expressões diferenciadoras da qualidade dessa mesma interação social e, como resultado, dos próprios resultados educativos. O recurso a esses mesmos indicadores é visto como mecanismo de avaliação e de autoavaliação das instituições e decorre da convicção de que estes constituem dados de informação de base que permitem a produção de um tipo de conhecimento vantajoso, descrevendo, assim, de uma forma simples, uma determinada realidade.

A avaliação consiste na recolha e compilação dos dados sobre os resultados das atividades, permitindo concluir sobre a eficácia e qualidade de execução do projeto e obter indicadores para reformular no futuro. Estes resultados, também podem ser uma estratégia de promover as atividades e dar uma maior credibilidade ao projeto.

A avaliação pode realizar-se em duas fases, uma antes e outra após a implementação do projeto educativo. Numa primeira fase, é denominada avaliação diagnóstico, aferindo indicadores sobre o público-alvo e o contexto antes da ação e intervenção do projeto educativo. Na outra fase, a fase após a conclusão do projeto educativo, avaliam-se os resultados obtidos.

Numa fase intermédia, realiza-se a avaliação formativa, faz-se o acompanhamento e monitorização das atividades realizadas, recolhendo os dados de desempenho do projeto. Podendo ser necessário ajustar estratégias. Esta está relacionada com funções como, melhorar, desenvolver, aprender e motivar. Deve também, métodos predominantemente qualitativos, sem no entanto esquecer os métodos de carácter quantitativo.

Numa fase final, a avaliação sumativa afere os resultados obtidos nas fases anteriores e obtém indicadores para uma reformulação futura. Esta avaliação é vista como um balanço final, revendo o percurso do projeto, o que contribui para melhorar nos contextos e em relação ao público-alvo e aferir a pertinência do projeto. A avaliação sumativa propõe uma classificação.

## V. Glossário

### 1. Nomes

ABC do Cabeleireiro e da Estética – escola Profissional de cabeleireiros e Estética, LDA (polo de Santa Maria da Feira);  
Academia All About Dance;  
Academia APAMM – Centros de Formação;  
ACES Entre Douro e Vouga Feira / Arouca;  
Agrupamento de Escolas de Argoncilhe;  
Agrupamento de Escolas de Arrifana e Milheirós de Poiares;  
Agrupamento de Escolas de Fiães;  
Agrupamento de Escolas de Lobão;  
Agrupamento de Escolas Dr. Fernando de Almeida;  
Agrupamento de Escolas Paços de Brandão;  
Associação de Bem Estar de Santa Maria de Lamas;  
Associação de Solidariedade Social – Padre Osório;  
Associação do Centro Social de Escapães;  
Associação Empresarial de Santa Maria da Feira;  
Associação Vencer Autismo;  
Biblioteca Municipal Santa Maria da Feira;  
Câmara Municipal de Espinho;

Câmara Municipal de Santa Maria da Feira;  
Casa Nossa Senhora do Sameiro;  
Castelo Santa Maria da Feira;  
Centro de Apoio Social de Mozelos;  
Centro de Assistência Social à Terceira Idade e Infância de Sanguedo;  
Centro de Formação Profissional de Rio Meão;  
Centro de Formação Terras Santa Maria;  
Centro de Saúde de Santa Maria da Feira;  
Centro Infantil de Fiães;  
Centro Infantil de Santa Maria da Feira;  
Centro Novas Oportunidades de Fiães;  
Centro Novas Oportunidades de Santa Maria da Feira;  
Centro Social de Paços de Brandão;  
Centro Social de Santa Maria de Fiães;  
Centro Social Dr. Crispim Teixeira Borges de Castro;  
Centro Social Paroquial de Argoncilhe;  
Centro Social Paroquial de Arrifana;  
Centro Social Paroquial de Romariz;  
Centro Social Paroquial de Sanfins;  
CERCI Lamas;  
CERCIFEIRA;  
Cincork;  
Cine Teatro António Lamoso;  
Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas;  
CREM;  
Cruzada Social e Paroquial de Santa Maria da Feira;  
DECEL – Centro de Formação Profissional de Arrifana;  
Divisão Social;  
EER;  
Escola Profissional de Paços de Brandão;  
Escola Secundária c/ 3º CEB de Santa Maria da Feira;  
Feirensino;  
Fundação da Juventude;  
Fundação Sanitus;  
Gabinete da Juventude;  
Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Internacionais;  
Gabinete de Planeamento, Prevenção e Informação Pública;

Gabinete de Reencaminhamento;  
Grande Sábio;  
ISPAB;  
ISVOUGA;  
Macur;  
Masspo;  
Museu Convento dos Lóios;  
Museu de Santa Maria de Lamas;  
Museu do Papel em Terras de Santa Maria;  
Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude;  
Provedoria Municipal para a Mobilidade;  
Serviço Municipal de Proteção Civil;  
SISEP – Sindicato dos Profissionais de Seguros de Portugal (polo de Santa Maria da Feira);  
Termas de S. Jorge;  
Visionarium – Centro de Ciência do Europarque;  
Winet Institute – Centro de Formação;  
Zoo de Lourosa – Parque Ornitológico;

## 2. Conceitos

Agrupamento: “é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída por estabelecimentos de educação pré-escolar e escolas de um ou mais níveis e ciclos de ensino, com vista à realização das finalidades seguintes: a) Proporcionar um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos numa dada área geográfica e favorecer a transição adequada entre níveis e ciclos de ensino; b) Superar situações de isolamento de escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar e prevenir a exclusão social e escolar; c) Reforçar a capacidade pedagógica das escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar que o integram e realizar a gestão racional dos recursos; d) Garantir o funcionamento de um regime de autonomia, administração e gestão.” (Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, secção II, artigo 6º).

Analfabetismo: “uma pessoa funcionalmente analfabeta é aquela que não pode participar de todas as atividades nas quais a alfabetização é requerida para uma atuação eficaz em seu grupo e comunidade, e que lhe permitem, também, continuar usando a leitura, a escrita e o cálculo a serviço do seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento de sua comunidade”, de acordo com a definição da UNESCO.

Associativismo: “considerado como fenómeno ou dinâmica de acção colectiva, constitui uma das alternativas de transformação socioeconómica, política, cultural e ambiental, no âmbito do que tem sido designado «terceiro sector», «economia solidária», «altermundialização», etc.” (Cattani, Laville, Gaiger e Hespanha (Coord., 2009) in José Pereira e

Marcelino Lopes, 2011:127). De acordo com o princípio 18 da Carta das Cidades Educadoras, as autarquias não se devem focar apenas nas escolas, mas abrir a sua atuação a empresas, associações, fundações, cooperativas, bibliotecas, teatros, museus, sindicatos, organizações religiosas e outras de carácter mais ou menos informal.

Atividades de Enriquecimento do Currículo: “As escolas do 1.º ciclo, no desenvolvimento do seu projeto educativo, devem proporcionar aos alunos atividades de enriquecimento do currículo de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural, incidindo, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação.” (Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de Julho, Capítulo II, Secção II, artigo 14º).

Auscultação: Ação de escutar a comunidade, no sentido de perceber os seus problemas, iniciativas ou ideias a fim de melhorar a ação educativa e os contextos onde esta ocorre.

Autonomia: Corresponde ao poder que as escolas, agrupamentos e autarquias têm para tomar decisões ao nível da administração, do ensino e do financiamento. Os vários atores da comunidade educativa, sociais e profissionais, devem trabalhar em rede, tendo o poder de mudar ou criar novas leis para melhorarem o sistema, assim como a ação educativa. Permite às instituições elaborarem um projeto próprio, mais específico para aquele contexto e público-alvo, criando uma identidade de escola.

Avaliação: permite realizar uma mudança ou um reajuste na escola, na ação educativa, nas atividades escolares e extracurriculares, nas metas e objetivos dos projetos educativos, “deve basear-se em dispositivos simples e exequíveis, que permitam uma regulação no decurso dos projectos, e não apenas um balanço posterior. É frequente a aplicação descontextualizada de processos e de instrumentos de avaliação conduzindo a dissonâncias de diversa ordem. Neste sentido, é importante que a avaliação respeite critérios de pertinência, de coerência, de eficácia, de eficiência e de oportunidade.” (António Nóvoa, Para uma análise das instituições escolares in Alexandre Ventura, 1999).

Carta educativa: “instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município.” (Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, artigo 10º). Sendo um documento complementar ao Projeto Educativo Municipal.

Cidadania: é um estatuto apenas concedido aos membros integrais de uma comunidade, e é nessa comunidade que tem que estar implícito o conceito de igualdade, mesmo que limitada no seu conteúdo, para que contribua para o abalo da desigualdade existente nos sistemas de classes.

Comunidade Educativa: Segundo António Nóvoa, deve permitir a interação dos vários atores da comunidade educativa num projeto comum, melhorar e aperfeiçoar a ação educativa. Os membros que fazem parte da comunidade educativa são os seguintes: diretor/a da escola, tem acesso às leis e regulamentos da escola, assim como às condições e ao financiamento; docentes, ministram a atividade escolar; funcionários/as, possuem um conhecimento dos alunos fora das aulas e das suas dificuldades; alunos, pais e encarregados de educação, são os mais interessados num bom projeto educativo e conseqüente sucesso educativo; municípios locais e outras instituições com interesse público, aprovam planos e o seu financiamento, desenvolvem atividades escolares e extracurriculares; e as empresas e sindicatos, aferem os cursos a desenvolver e ajustam a escola às mudanças de emprego e trabalho.

Conselho Municipal de Educação: constitui um dos órgãos do Sistema Municipal de Educação de participação e representação na sociedade civil no controlo social das políticas educativas locais. (VI Colóquio Internacional, "Educação e Contemporaneidade").

Democratização: fator de desenvolvimento cultural e humano na sociedade, combatendo a exclusão social e o abandono e insucesso escolar, garantindo a igualdade de oportunidades e acesso educacionais.

Descentralização: constitui a transferência de poder na tomada de decisões, de um nível superior a um nível local, podendo as instituições planear projetos e atividades para culminar algumas falhas específicas em cada instituição.

Desenvolvimento Local: processo que ocorre em unidades territoriais pequenas e agrupamentos, promovendo a economia e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, está ligada a iniciativas inovadoras e que envolvam a coletividade, articulando as potencialidades locais. Segundo Haveri, "*as comunidades procuram utilizar suas características específicas e suas qualidades superiores e se especializar nos campos em que têm uma vantagem comparativa com relação às outras regiões*" (Haveri, 1996 in [www.permear.org.br](http://www.permear.org.br)).

Desenvolvimento Sustentável: "concepção de progresso que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das futuras gerações satisfazerem as suas", "implica certos limites – não limites absolutos, mas sim limitações impostas pelo estado actual da tecnologia e da organização social relativamente aos recursos ambientais e pela capacidade da biosfera absorver os efeitos das actividades humanas", "não é um estado de harmonia fixo, mas antes um processo de mudança em que a exploração de recursos, a orientação dos investimentos e desenvolvimento tecnológico além das transformações institucionais têm de dar resposta às necessidades tanto futuras como presentes" (Carta da Terra, Nações Unidas, UNESCO, 2000 in [www.wiki.ua.sapo.pt](http://www.wiki.ua.sapo.pt)).

Educação: É um processo contínuo de desenvolvimento das capacidades físicas, intelectuais e morais da pessoa, com a missão de esta se integrar na sociedade ou no grupo em que está inserido. Existem três tipos de educação: educação formal, não formal e informal. A educação formal é um processo estruturado, onde os alunos devem seguir programas e currículos estipulados pelo Estado, sendo esta confinado ao contexto escola. É um direito dos alunos, garantida pelo

Estado, com a missão de desenvolver o raciocínio destes, ensinar a pensar sobre vários problemas, apoiando o crescimento intelectual e a formação de cidadãos capazes de contribuir para uma sociedade melhor. A educação não-formal ocorre em espaços específicos como os museus, zoológicos e outras instituições, fora da escola, através de cursos, conferências, feiras ou encontros, de acordo com os interesses de cada pessoa. Por último, a educação informal é a chamada “escola da vida”, onde se aprende com quem sabe, através de situações presenciadas e experiências vividas pela pessoa ao longo da sua vida.

Educação especial: realiza-se com intervenções ao nível da monitorização e regulação da organização e funcionamento da educação especial; da produção e adaptação de manuais escolares, assim como de outros materiais pedagógicos para apoio a alunos com Necessidades Educativas Especiais; da adaptação de programas curriculares para alunos com deficiência auditiva (grau severo e profundo); da conceção e produção de normas de orientação e disponibilização de informação sobre cada área de intervenção; e, finalmente, da cooperação internacional - European Agency (Portaria nº 360/2007, de 30 de Março - Lei Orgânica da DGIDC).

Educação extraescolar: “1 – A educação extra-escolar tem como objectivo permitir a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades, em complemento da formação escolar ou em suprimento da sua carência.” (Lei nº 46/86, de 14 de Outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo, Secção III, artigo 23º).

Educação pré-escolar: “1- A educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico e é ministrada em estabelecimentos de educação pré-escolar.

2 — A frequência da educação pré-escolar é facultativa, no reconhecimento de que cabe, primeiramente, à família a educação dos filhos, competindo, porém, ao Estado contribuir activamente para a universalização da oferta da educação pré-escolar, nos termos da presente lei.

3 — Por estabelecimento de educação pré-escolar entende-se a instituição que presta serviços vocacionados para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe actividades educativas, e actividades de apoio à família.

4 — O número de crianças por cada sala deverá ter em conta as diferentes condições demográficas de cada localidade.” (Decreto-Lei nº 4/97, de 10 de Fevereiro, Capítulo II, artigo 3º). “A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário.” (DGE, Currículo e Programas, Educação de Infância).

Ensino básico: “1 — O ensino básico visa assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses, proporcionando a aquisição dos conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos e compreende:

- a) O ensino básico geral;
- b) Cursos de ensino artístico especializado (EAE);
- c) Cursos de ensino vocacional;

d) O ensino básico na modalidade de ensino recorrente.” (Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de Julho, Capítulo II, Secção I, artigo 5º).

Ensino recorrente: “O ensino recorrente apresenta-se como uma segunda oportunidade de educação para os que dela não usufruíram em idade própria ou que não a completaram e para aqueles que a procuram por razões de promoção cultural e profissional. Constitui-se, assim, uma vertente da educação de adultos que, de uma forma organizada e segundo um plano de estudos, conduz à obtenção de um grau e à atribuição de um diploma ou certificado, equivalentes aos conferidos pelo ensino diurno.” (DGE, Ensino Recorrente, Histórico).

Ensino secundário: “1 — O ensino secundário visa proporcionar uma formação e aprendizagens diversificadas e compreende:

- a) Cursos científico-humanísticos vocacionados para o prosseguimento de estudos de nível superior;
- b) Cursos com planos próprios;
- c) Cursos artísticos especializados, vocacionados, consoante a área artística, para o prosseguimento de estudos ou orientados na dupla perspetiva da inserção no mundo do trabalho e do prosseguimento de estudos;
- d) Cursos profissionais vocacionados para a qualificação profissional dos alunos, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos;
- e) Ensino secundário na modalidade de ensino recorrente;
- f) Cursos de ensino vocacional.” (Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de Julho, Capítulo II, Secção I, artigo 6). Responsável pelo desenvolvimento do jovem durante a sua adolescência.

Ensino superior: “1 – O ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico.

3 – O ensino universitário visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica.

4 – O ensino politécnico visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais.” (Lei nº 46/86, de 14 de Outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo, Subsecção III, artigo 11º).

Escolas: “As escolas são estabelecimentos aos quais está confiada uma missão de serviço público, que consiste em dotar todos e cada um dos cidadãos das competências e conhecimentos que lhes permitam explorar plenamente as suas capacidades, integrar -se activamente na sociedade e dar um contributo para a vida económica, social e cultural do País.

É para responder a essa missão em condições de qualidade e equidade, da forma mais eficaz e eficiente possível, que deve organizar -se a governação das escolas.” (Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril).



Formação: enquanto processo de reconstrução e apropriação das aprendizagens, é apresentada num papel comum de “compreensão, de significação, de renovamento, por vezes de criação” (Honoré, 1977 in Chené, 1988:87). A articulação do sentido pessoal ao contexto social e profissional traduz, assim, que a prática formativa “oferece, com efeito, momentos privilegiados para a expressão da carência de viver como preocupação mais profunda, como interesse, como motor de experiência formativa” (Idem). A formação profissional deve ser vista como um processo global e permanente, é através da aquisição e desenvolvimento de competências, que as pessoas se preparam para a prática de uma atividade profissional ou para melhorarem as suas funções. Para isto, deve-se fazer um diagnóstico das necessidades de formação, para apurar os défices de desempenho, competências e de conhecimentos. No final da formação os adultos recebem uma declaração ou certificado de formação. O IEFP tem como preocupação aumentar as qualificações da população ativa, assim apresenta as seguintes modalidades de formação: Cursos de Aprendizagem, Cursos de Educação e Formação para Jovens, Cursos de Especialização Tecnológica, Cursos de Educação e Formação de Adultos, Formações Modulares Certificadas, Medida Vida Ativa, Programa de Formação em Competências Básicas, Programa Português para Todos e Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – RVCC.

Igualdade de Oportunidades: trata-se de um princípio presente na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, que defende a igualdade entre homens e mulheres, a não discriminação e a diversidade cultural, religiosa e linguística. Todas as pessoas devem ter acesso à educação, emprego e participação social.

Intervenção Educativa: ação de acompanhamento de um profissional e uma criança, ajudando-a nas suas especificidades de maneira a alcançar o sucesso educativo. Este profissional também faz a mediação entre a família e a criança.

Investigação-ação: é definida por Morin (1985) enquanto metodologia interventiva e reflexiva, combinando características de uma investigação experimental e de uma investigação etnográfica. Tem como objetivo a recolha de informações, para aperfeiçoar ou melhorar as ações, tendo sempre por base a pesquisa, sendo positiva se modificar os resultados obtidos inicialmente.

Método qualitativo: são mais do tipo compreensivo, visam a compreensão dos significados e intenções dos sujeitos.

Método quantitativo: a investigação é realizada dentro de protocolos estabelecidos e a principal técnica é o inquérito. É mais do tipo de testar hipóteses e estabelecer relações entre as variáveis.

Município: divisão administrativa de um estado, distrito ou região, com autonomia administrativa, e que se constitui de certos órgãos político-administrativos. É constituído por Assembleia Municipal, Câmara Municipal e pelo Conselho Municipal. Pode-se distinguir três tipos de municípios: urbanos; rurais, composto por um ou mais núcleos populacionais de pequenas dimensões; e mistos, território urbano e território rural.

Ofertas formativas: “pretendem proporcionar a todos os estudantes opções adequadas e diversificadas, adaptadas a percursos diferentes de educação que possam ser orientados tanto para o prosseguimento de estudos superiores como para a qualificação profissional, tendo em conta a formação integral do indivíduo, bem como a sua inserção no mercado de trabalho.” (Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de Julho).

Poder Local: as autarquias têm autonomia administrativa, representando os interesses das pessoas perante o Estado, garantindo assim uma maior eficácia na resolução dos seus problemas.

Projeto Educativo: “sem esquecer os interesses e valores de que os diversos grupos são portadores, são uma forma de “obrigar” a um esforço de produção de consensos dinâmicos em torno de objectivos partilhados.” (António Nóvoa, Para uma análise das instituições escolares in Alexandre Ventura, 1999).

Projetos Socioeducativos: as autarquias devem estabelecer parcerias entre as escolas e as diferentes instituições do município, pensadas sempre ao nível da educação, com o objetivo de envolver as escolas e o meio envolvente, em prol de uma melhor qualidade do ensino.

Rede educativa: “ 1 — Entende-se por «rede educativa» a configuração da organização territorial dos edifícios escolares, ou dos edifícios utilizados em actividades escolares, afectos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, visando a sua adequação às orientações e objectivos de política educativa, nomeadamente os que se referem à utilização mais eficiente dos recursos e à complementaridade das ofertas educativas, no quadro da correcção de desigualdades e assimetrias locais e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação pré-escolar e de ensino a todas as crianças e alunos.

2 — A necessidade da adequação, em permanência, da oferta educativa, nomeadamente a que decorre das alterações da procura, em termos qualitativos e quantitativos, e do estado físico dos edifícios, obriga a um processo anual de apreciação e ajustamento da rede educativa.” (Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, artigo 13º).

Sistema Educativo: “2 – O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.

3 – O sistema educativo desenvolve-se segundo um conjunto organizado de estruturas e de ações diversificadas, por iniciativa e sob a responsabilidade de diferentes instituições e entidades públicas, particulares e cooperativas.” (Lei nº 46/86, de 14 de Outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo, Capítulo I, artigo 1º). “1 – O sistema educativo compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar.” (Lei nº 46/86, de 14 de Outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo, Capítulo II, artigo 4º).

Sucesso Educativo: quando o aluno atinge as metas e os objetivos definidos, quando obtém aprovação nas disciplinas e aprende os conteúdos.

Territórios Educativos de Intervenção Prioritária: “Na sequência da implementação do Programa TEIP2 — Programa dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, pretende-se agora alargar a medida e reforçar a autonomia das escolas que, estando integradas em contextos particularmente desafiantes, devem ter possibilidades acrescidas para a implementação de projetos próprios, fortemente alicerçados em evidências e no conhecimento que detêm sobre as realidades locais.

Justifica-se assim a criação de um terceiro programa TEIP3, mais concentrado em torno das ações que as escolas identificaram como promotoras da aprendizagem e do sucesso educativo, de modo a assegurar maior eficiência na gestão dos recursos disponíveis e maior eficácia nos resultados alcançados.

O Programa TEIP3 desenvolve-se a partir do ano letivo de 2012-2013 e deve materializar -se na apresentação e desenvolvimento de planos de melhoria, visando, sem prejuízo da autonomia das escolas que os integram, a prossecução dos seguintes objetivos gerais:

A melhoria da qualidade da aprendizagem traduzida no sucesso educativo dos alunos;

O combate ao abandono escolar e às saídas precoces do sistema educativo;

A criação de condições que favoreçam a orientação educativa e a transição qualificada da escola para a vida ativa;”  
(Despacho normativo n.º 20/2012).

Varição homóloga: compara o nível da variável em estudo entre o período de referência atual e o mesmo período do ano anterior.

### 3. Acrónimos

AC: Assembleia de Crianças;

AE: Agrupamento de Escolas;

AEC: Atividades de Enriquecimento do Currículo;

AICE: Associação Internacional das Cidades Educadoras;

ASA: Associação Social Escolar;

AVES: Avaliação de Escolas;

CAF: Componente de Apoio à Família;

CCDRn: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;

CCH: Cursos Científico-Humanísticos;

CEB: Ciclo do Ensino Básico;

CEF: Curso de Educação e Formação;

CERCI: Cooperativa para Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas;

Cincork: Centro de Formação Profissional Indústria de Cortiça;

CME: Conselho Municipal da Educação;

CMJ: Conselho Municipal da Juventude;

CMS: Conselho Municipal da Segurança;  
CP: Cursos Profissionais;  
CPCJ: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco;  
DGE: Direção-Geral da Educação;  
EB: Ensino Básico;  
EDS: Educação para o Desenvolvimento Sustentável;  
EDV: Entre Douro e Vouga;  
EER: Escola de Educação Rodoviária;  
EPE: Educação Pré-Escolar;  
FapFeira: Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação de Santa Maria da Feira;  
FDR: Fator Dinamismo Relativo;  
GERTAL: Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação SA;  
GIP: Gabinete de Intervenção Psicopedagógica;  
IDS: Instituto de Desenvolvimento Social;  
IEFP: Instituto de Emprego e Formação Profissional;  
INE: Instituto Nacional de Estatística;  
IpC: Indicador per Capita;  
IPSS: Instituição Particular de Solidariedade Social;  
ISPAB: Instituto Superior de Paços de Brandão;  
ISVOUGA: Instituto Superior de Entre Douro e Vouga;  
Macur: Movimento de Assistência, Cultura, Urbanismo e Recreio;  
Masspo: Movimento de Apoio Social a S. Paio de Oleiros;  
MTSS: Ministério do Trabalho e da Segurança Social;  
NEE: Necessidades Educativas Especiais;  
NUT: Nomenclatura de Unidade Territorial;  
PEM: Projeto Educativo Municipal;  
PETI: Plano para a Eliminação da exploração de Trabalho Infantil;  
PMCD: Provedoria Municipal dos Cidadãos com Deficiência;  
PORDATA: Base de Dados Portugal Contemporâneo;  
PPC: Percentagem de Poder de Compra;  
Proalv: Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida;  
RFE: Regime de Fruta Escolar;  
RTPCE: Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras;  
RVCC: Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências;  
TIC: Tecnologias de Informação e Comunicação;  
UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

## VI. Bibliografia

### 1. Obras consultadas:

CHENÉ, A. (1988). *A narrativa e a formação de formadores*. In A. Nóvoa e M. Finger. O método (auto)biográfico e a formação. Lisboa: Ministério da Saúde.

COSTA, J.A.; NETO-MENDES, A.; VENTURA, A. (2004). *Políticas e gestão local da educação*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

FERNANDES, António Sousa (2004). *Município, cidade e territorialização educativa*. (pp. 35-43) in «Políticas e Gestão Local da Educação», Jorge Adelino Costa, António Neto-Mendes e Alexandre Ventura (orgs). Aveiro: Universidade de Aveiro.

FERNANDES, António Teixeira (1997). *Poder Autárquico e Poder Regional*. Porto: Edições Brasília.

FORMOSINHO, J.; FERNANDES, A.; SARMENTO, M. & FERREIRA, F. (1999) *Comunidades Educativas – novos desafios à Educação Básica*. Braga: Coleção Minho Universitária, Livraria Minho.

MORIN, André (1985). “Critères de «scientificité» de la recherche-action”. *Revue des Sciences de l’Éducation*, vol. XI, nº 1.

PEREIRA, José; LOPES, Marcelino (Coord, 2011). *As Fronteiras da Animação Sociocultural*. Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.

SANTOS Guerra, Miguel Ângelo (2009). *Almas Tatuadas. Aprendizagens sobre avaliação a partir da experiência*. Sisifo. *Revista de Ciências da Educação*, 09, pp. 101-114.

SILVA, Virgílio; COUTINHO, Vânia (2005). *Uma démarche participada de avaliação de Projetos Curriculares de Turma*. *Revista Portuguesa de Educação*, 18(2). CIED – Universidade do Minho, pp. 125-152.

TERRASÊCA, Manuela (2002). *Avaliação de Sistemas de Formação. Contributos para a compreensão da avaliação enquanto processo de construção de sentido*. Porto: FPCE-UP. (Tese de Doutoramento), pp. 188-194, 195-210, 211-232.

### 2. Legislação Consultada:

Decreto-Lei nº 77/84, nº 299/84, de 5 de Setembro e nº 399-A/84;

Lei nº 46/86, de 14 de Outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo, Decreto-Lei nº 31/87, Decreto-Lei nº 26/89, Decreto-Lei nº 172/91, de 10 de Maio;

Despacho nº 8/SERE/89, de 3 de Fevereiro;

Decreto-Lei nº 43/89, de 3 de Fevereiro (Lei Quadro da Autonomia);

Declaração de Barcelona de 1990;

Decreto-Lei nº 4/97, de 10 de Fevereiro;

Lei nº 5/97, Decreto-Lei nº 147/97, Decreto-Lei nº 115-A/98, Decreto regulamentar nº 12/2000, Lei nº 159/99, Lei nº 169/99, Lei nº 159/99, de 14 de Setembro;

Lei nº 31/2002, de 20 de Dezembro;

Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, Lei nº 41/2003;

Declaração de Génova de 2004;

Decreto-Lei nº 115/2006;

Despacho nº 12591/2006, de 16 de Junho;

Portaria nº 360/2007, de 30 de Março – Lei Orgânica da DGIDC;

Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de Abril;

Portaria nº 1242/2009, de 12 de Outubro de 2009;

Despacho normativo nº 20/2012;

Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de Julho;

Decreto-Lei nº 176/2012 de 2 de Agosto;

Lei 11-A/2013, de 28 de Janeiro de 2013.

### 3. Sítios da Internet:

[www.cdp.portodigital.pt](http://www.cdp.portodigital.pt) – Cidade das Profissões;

[www.cm-feira.pt](http://www.cm-feira.pt) – Município de Santa Maria da Feira;

[www.dgidc.min-edu.pt](http://www.dgidc.min-edu.pt) – DGE;

[www.edcities.org](http://www.edcities.org) – Portal da rede portuguesa;

[www.educonufs.com-br](http://www.educonufs.com-br) – VI Colóquio Internacional, “Educação e Contemporaneidade”;

[www.escolabarao.com.br](http://www.escolabarao.com.br) – António Nóvoa – Para uma análise das instituições escolares, in Alexandre Ventura (1999);

[www.escolamagica.pt](http://www.escolamagica.pt) – Escola Mágica;

[www.ine.pt](http://www.ine.pt) – Portal do Instituto Nacional de Estatística;

[www.ispab.pt](http://www.ispab.pt) – Instituto Superior de Paços de Brandão;

[www.isvouga.pt](http://www.isvouga.pt) – Instituto Superior de Entre Douro e Vouga;

[www.permear.org.br](http://www.permear.org.br) – Metodologia de planeamento do desenvolvimento local e municipal sustentável;

[www.pordata.pt](http://www.pordata.pt) – Base de dados sobre Portugal contemporâneo;

[www.rutis.org](http://www.rutis.org) – Associação Rede de Universidades da Terceira Idade;

[www.wiki.ua.sapo.pt](http://www.wiki.ua.sapo.pt) – Educação para o Desenvolvimento Sustentável.